

07/06/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Que seja pelo aluno](#)

[Aprendendo com quem transformou a educação no Brasil](#)

[Ministro da Educação defende fortalecimento de ensino superior particular](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A Terra é azul](#)

O GLOBO - RJ

[Resistência é um tema essencial para a educação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Trevisan faz acordo com grupo holandês e considera futura venda](#)

Revistas

CRUSOÉ

[O desastre Weintraub e a barreira militar](#)

VEJA - SP

[Acabou o recreio](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Participantes do Encceja podem estudar por apostilas gratuitas](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência](#)

MEIO NORTE - PI

[Alepi faz relatório da situação da UFPI](#)

O DIA - RJ

[Enem 2019 está garantido, diz ministro](#)

Agências de notícias e sites

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

["Universidade é resistência a qualquer governo", diz nova reitora da UFRJ](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Weintraub : crescimento econômico elevará procura por ensino superior](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Após confronto com universidades federais, Weintraub fala em fortalecer setor privado](#)

AGÊNCIA JB

[Petronext Lab é lançado na PUC-Rio](#)

G1

[Ministro da educação defende ensino superior privado em abertura de congresso do setor em BH](#)

[Sisu do 2º semestre encerra as inscrições nesta sexta](#)

GMC ONLINE

[COM NOVA DECISÃO DA CAPES, UEM DEVE PERDER 25 BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO](#)

Jornal preliminar

[Cortes no orçamento da UFGD são tema de audiência pública com acadêmicos](#)

Agências de notícias e sites

G1

[UFPE e UFRPE têm 218 bolsas de pós-graduação cortadas pela Capes em dois meses](#)

DIÁRIO DO SERTÃO

[Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB](#)

DIREITO DESCOMPLICADO

[MPF promove audiência pública sobre impactos do corte de verbas da Ufes e do Ifes](#)

DOURADOS AGORA

[Cortes no orçamento da UFGD são tema de audiência pública com acadêmicos](#)

ENTORNO INTELIGENTE

[Novo corte feito pela Capes afeta 17 bolsas](#)

G1

[Ufba tem bloqueio de mais 54 bolsas de pesquisa e de R\\$ 2,5 milhões em verbas para mobilidade internacional](#)

INFOREX

[Pesquisa veste aves com mochilas de GPS para entender migração](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Manifesto dos ex-reitores da Universidade Federal de Minas Gerais](#)

JORNAL DA USP - SP

[Estudo traz dados para melhorar treino de corrida em jogadores de futebol jovens](#)

LEIA JÁ

[UFRPE e Univasf sofrem com cortes de bolsas de estudos](#)

MILK POINT

[Inscrições abertas para o Mestrado em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados da](#)

UNOPAR

O PETRÓLEO

[Petronect lança laboratório de inovação com foco em atender o mercado](#)

PARAÍBA URGENTE

[Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB](#)

RÁDIO CBN

[Com nova decisão da Capes, UEM deve perder 25 bolsas de pós-graduação](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

[Tem recital de violão hoje na UEM](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Novo corte feito pela Capes afeta 17 bolsas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Veja na tabela quais universidades tiveram novos cortes nas bolsas da Capes](#)

PESQUISA EM NANOTUBOS DE CARBONO E GRAFENO NO BRASIL - UM

RELATO HISTÓRICO

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[UFC deve perder 73 bolsas de pós-graduação após bloqueio da Capes](#)

EMBRAPA

[Mais de 600 trabalhos científicos sobre fungos serão apresentados no Congresso Brasileiro de Micologia em Manaus](#)

FOLHA - GO

[Brasil precisa de políticas públicas para fomentar crescimento](#)

G1

[UFU e UFTM têm bolsas de mestrado e pós-doutorado congeladas pela Capes](#)

[Novo corte da Capes afeta 70% das bolsas da pós de Multimeios da Unicamp](#)

[Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB](#)

GUARULHOS WEB

[USP, Unesp e Unicamp têm 65 bolsas de pós-graduação da Capes cortadas](#)

SUL21

[Entenda como o congelamento de bolsas da Capes atinge universidades no Rio Grande do Sul](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência até dia 29](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Centro de pesquisa que é referência global está mudando a sede para universidade do Rio, mas bloqueios do MEC são ameaça](#)

PORTAL CARTA CAPITAL

[A centralidade da educação na oposição ao governo Bolsonaro](#)

[Sem bolsas, restaurantes e obras: os impactos dos bloqueios do MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Diretor de área responsável pelo Enem é exonerado](#)

[MPF propõe canais de denúncia de atos políticos em escolas públicas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência até dia 29](#)

[MPF propõe canais de denúncia de atos políticos em escolas públicas](#)

[No coração da balbúrdia](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Que seja pelo aluno

Mostra-se auspicioso que o governo de SP interfira na estrutura da rede de ensino

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tomou uma medida gerencial que surpreende pelo ineditismo e abrangência, quando deveria ser rotina na administração pública: decidiu exonerar 26 dos atuais 91 dirigentes regionais de ensino, devido a um novo sistema de avaliação e seleção.

Antes da mudança na sistemática pelo governo de João Doria (PSDB), a quem a lei facultava preencher tais cargos por livre nomeação, os dirigentes passavam só por concurso de provas escritas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/que-seja-pelo-aluno.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Aprendendo com quem transformou a educação no Brasil

É necessário pôr fim à narrativa paralisante de que nada funciona no país

Todo ano, lideranças educacionais vão visitar a Finlândia, Singapura ou Xangai. Com a divulgação dos resultados do Pisa, o interesse pelo processo de ensino por trás do excelente desempenho dos jovens de 15 anos dessas economias aumenta o turismo em

educação.

Faz sentido se inspirar no sucesso em qualquer área de atividade humana e replicar bons exemplos. No entanto, as diferenças de condições entre comunidades demandam certa contextualização de soluções e os mais céticos acabam atribuindo os resultados positivos à renda mais alta ou à cultura dos países que as abrigam.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/06/aprendendo-com-quem-transformou-a-educacao-no-brasil.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Ministro da Educação defende fortalecimento de ensino superior particular
Weintraub tem feito críticas a universidades federais, que tiveram corte de verbas**
Belo Horizonte

Enquanto as universidades federais têm sido alvo de críticas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, indicou em encontro com representantes do ensino superior particular que o setor é a prioridade para o governo Jair Bolsonaro (PSL) na busca pela expansão de vagas.

Weintraub disse que o governo pretende relaxar as regras de regulação de cursos e instituições, mas não detalhou outras ações planejadas pelo governo nesse sentido. A fala do ministro vai ao encontro da agenda do setor privado, defensor da simplificação de regulação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/ministro-da-educacao-defende-fortalecimento-de-ensino-superior-particular.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

A Terra é azul

E-MAIL: ELENA.LANDAU@EUSOULIVRES.ORG ELENA LANDAU ESCREVE
QUINZENALMENTE

Acabo de voltar de viagem à Europa, onde fui para participar de um seminário organizado por estudantes brasileiros. Vivi alguns dias em outra realidade e voltei mais leve. O fuso horário ajuda muito a ficar distante da polarização nas redes daqui. O tempo de sobra foi dedicado à cultura, especialmente em longas visitas a museus. A arte, em qualquer forma, aguça a curiosidade e desperta atitude crítica frente ao mundo. Conta a história da humanidade, as inquietações dos artistas frente à realidade vivida. Não vi censura ideológica pelos lugares que passei. Vi diversidade, controvérsia e inconformismo.

Fiz uma promessa: não deixar a amargura com os descaminhos do nosso País me dominar novamente. Cansada de escrever sobre os

disparates deste governo, tinha intenção de me deixar levar por essa leveza e escrever uma coluna diletante. Mas foi só aterrissar que o peso e o pessimismo voltaram.

O noticiário local reflete o desprezo pela ciência, cultura, educação e meio ambiente. Além da verdade, essas duas semanas com pé fora me mostraram que o terraplanismo não é uma jabuticaba. Mas isso não serve de consolo.

O premiê da Hungria, um dos países que nosso chanceler tanto admira, pretende extinguir as instituições de pesquisa que integram a Academia de Ciências do país, retirando sua autonomia. Orbán escolherá os temas considerados relevantes a serem pesquisados. Quem decide o que a ciência pode vir a descobrir são esses novos Luís XIVs, que surgem com o populismo de direita. Movimento que, como qualquer forma de autoritarismo, busca uma sociedade homogênea, incompatível com a democracia e a diversidade.

Li, recentemente, uma entrevista de Vargas Llosa, uma das vozes liberais mais importantes do momento. É mais um pessimista com o ressurgimento do nacionalismo, que vê como uma nova forma de autoritarismo. O escritor nos lembra que uma sociedade impregnada de arte forma indivíduos críticos e, por isso, mais difíceis de serem manipulados pelos grandes poderes. Diria eu, então, que estamos menos preparados por aqui para enfrentar a tentativa de pasteurização de ideias. Claro que o desprezo pela cultura e pela ciência não começou por aqui agora. O incêndio do Museu Nacional é a prova eloquente. Não foi obra do acaso. Foram anos de abandono, gambiarras elétricas e paredes improvisadas por compensados. Mas não se pode negar que este governo abraçou o retrocesso cultural e científico como plataforma política. Não é apenas descaso. Nenhuma manifestação aos prêmios internacionais, como Camões para Chico Buarque, e os de Cannes para o cinema brasileiro.

Chega a ser constrangedora nossa posição sobre meio ambiente. À semelhança do ídolo Trump, nega-se o aquecimento global. Afinal, ainda neva no mundo. Seria mais produtivo olhar a experiência americana com a legalização do consumo da maconha, mesmo para recreação, para se pensar numa alternativa à fracassada política local de combate às drogas.

Mas nosso ministro Osmar Terra, que também acumula a pasta da Cultura, é um dos principais representantes do obscurantismo. Impediu a divulgação de uma pesquisa sobre drogas por não confirmar o que os seus olhos viram pelas ruas de Copacabana. Espelho, espelho meu. Pesquisas, estudos, debates? Para quê? O Estado sou eu. Por que não deixar a controvérsia vigorar mais tempo antes de se tomar medidas radicais, com base em um achismo pessoal? Uma coisa é certa, não será um governador, dando tiros a esmo, do alto de um helicóptero, que vai resolver. É a cara do autoritarismo. Quer resolver tudo à sua imagem e à bala.

Este governo é reflexo de uma sociedade dividida, com cada lado cheio de certezas. Ninguém tem dúvidas. Tudo está predeterminado. O desprezo pela cultura e o deboche aos cursos de filosofia, incrivelmente, encontra eco na sociedade brasileira. Um astrólogo terraplanista é a essência deste retrocesso. Parece inacreditável que isso possa estar ocorrendo no ano em que se comemora 500 anos da morte de Leonardo da Vinci! 500 anos!

Ao longo da viagem, em todos museus que visitei, vi crianças curiosas ouvindo de seus professores histórias dos quadros de Picasso, Goya, Turner, Velásquez ou Rafael. A

diversidade estava lá, presente nas obras, no entusiasmo dos professores e nos olhares infantis. Essas crianças estão sendo criadas para que tenham uma visão crítica do mundo. Educação e cultura andando juntas. Mas aqui, às nossas crianças, e a nós adultos, a curiosidade está restrita, a oferta é cada vez mais rara e rasa.

Por enquanto, ao menos, a Terra segue redonda, azul e girando em torno do Sol.

O desprezo pela cultura, incrivelmente, encontra eco na sociedade brasileira

* ECONOMISTA E ADVOGADA

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Resistência é um tema essencial para a educação

No Rio, o pensador francês, de 97 anos, fala ao GLOBO em defesa do ensino como forma de enfrentar incertezas e angústias em tempos de crise

Entrevista : Edgar Morin / sociólogo

Aos 97 anos, o francês Edgar Morin está sentado num banco no topo de um hotel com vista para a praia de Ipanema, ao lado da socióloga Sabah Abouessalam Morin, com quem é casado há dez anos. Ele está no Rio para participar do 3º Congresso Socioemocional Liv, que o escalou para uma palestra amanhã, às 15h30. Um dos maiores sociólogos vivos, Morin foi convidado pelo evento de Educação a falar sobre "a relação entre a razão e a emoção no pensamento complexo".

Autor de mais de 30 livros, entre eles títulos canônicos como "O método" e "Os sete saberes necessários para a educação do futuro", Morin desacelerou as viagens nos últimos anos, mas aceitou cruzar o Atlântico para visitar o Brasil, onde, como conta, gostaria de ter morado.

— Ele não veio foi porque eu não podia — interpela Sabah, ao lado do marido que, por mais de 40 minutos, discorreu sobre desafios da Educação em tempos críticos, mas driblou temas da política local, como o contingenciamento de verbas para as universidades federais.

Se, em meio às eleições, no ano passado, Morin chegou a assinar um manifesto de repúdio ao então candidato Jair Bolsonaro, agora ele recua: — Acabei de chegar, não posso falar do presidente — ponderou algumas vezes ao longo da conversa.

Ao seu lado, a indignada Sabah o interrompeu ao final da entrevista: — Edgar, se você não falar sobre a política no Brasil, eu vou me divorciar esta noite!

Ele reclama:

— Mas eu falei!

A socióloga, enérgica, interrompe outra vez o marido: — Shhhh! (pedindo silêncio) É preciso falar, Edgar!

Ele tenta convencê-la: — Escute: eu cheguei aqui há dois dias, deixa eu me aprofundar... Eu sou contra o sistema autoritário, repressivo, mas não posso fazer um

diagnóstico se acabei de chegar.

Sabah, por sua vez, não se dá por vencida: — Sinto muito, Edgar, mas um pensador não precisa de dois ou três dias para fazer um diagnóstico. Você vai me desculpar, mas eu vou me divorciar esta noite, e (olhando para a repórter) você não vai embora até que ele diga alguma coisa. Edgar ficou doente, eu sou sua mulher e posso testemunhar.

Ele ficou doente por duas semanas com o que se passava no Brasil. Os intelectuais brasileiros procuraram-no. Ele se correspondeu muito com esses intelectuais, falou muito sobre seu desgosto. Nós não pudemos acreditar que isso estava acontecendo no Brasil.

Quando ela terminou a fala, o marido encerrou a entrevista, fechou os olhos e repousou a cabeça no banco.

Qual o papel da Educação hoje?

Ajudar os alunos a enfrentar problemas da vida. Isso sempre, mas eu diria que sobretudo em tempos de crise. Para mim, o que falta nos programas de Educação temas essenciais para que as pessoas enfrentem problemas da vida.

Que temas são esses?

Em primeiro lugar, a Educação trata de conhecimento, mas é preciso fazer a pergunta: o que significa conhecer? Porque conhecer pode ser uma armadilha, que guarda ilusões, equívocos, erros. Devemos ensinar aos jovens isso também. Todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução. E, em cada tradução, há possibilidade de erro. É muito importante ensinar a enfrentar o erro.

A segunda questão é a compreensão humana. Não se ensina a compreender o outro. Por fim, existe o elemento da crise, um momento de muito mais incertezas que em tempos normais. Na Educação em tempos "normais", ensinam-se certezas, e não incertezas. Mas precisamos estar preparados. Por exemplo, quando a França era ocupada pelos alemães, havia uma situação de incerteza, e era preciso encontrar possibilidades de enfrentar isso. Resistir às incertezas é parte da Educação.

A Educação é uma forma de resistência?

Sim, resistência é um tema fundamental da Educação hoje. Existe uma onda generalizada de retrocessos, uma crise da democracia em muitos países. É uma degradação do pensamento político que não é nada mais do que uma obediência à economia. Vivemos a destruição da política em prol da economia.

Nessa onda de retrocessos, há o neautoritarismo, um novo tipo de poder, como na Turquia, na Rússia, na Hungria e no Brasil. É uma época de retrocessos e devemos resistir pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Devemos manter o ideal de fraternidade humana, de uma economia solidária, uma ideia de, digamos, oásis, um outro tipo de vida que não obedeça aos poderes econômicos.

O senhor citou a Hungria, que adotou medidas restritivas na Educação, fechando

inclusive universidades. No Brasil, recentemente, o governo bloqueou 30% do orçamento para universidades...

Veja, cada país tem sua especificidade. Há uma tendência em todos os países, sobretudo nesses países autoritários, de se eliminar a cultura humanista em prol da adaptação a uma realidade econômica imediata. Devemos resistir a isso.

O governo brasileiro vem defendendo o ensino das crianças em casa, o chamado "homeschooling". O que o senhor acha desse modelo? E qual é o papel da escola na formação do indivíduo?

A vantagem da escola é que existe uma relação do professor com os alunos. Se o professor tem a paixão de ensinar, se tem o amor dos alunos... Platão dizia que, para ensinar, é necessário Eros, quer dizer, amor. A escola dá a possibilidade de relações concretas, e se existe essa paixão, o professor pode ajudar os pequenos a se tornarem mais conscientes. A escola é uma possibilidade de fazer amigos e amigas, e isso é um tesouro que se carrega para toda a vida. É fundamental o aprendizado em coletivo.

Numa entrevista recente ao jornal "Le Monde", o senhor disse que perdeu as ilusões. O que isso significa?

O que eu disse é que ficam comigo as aspirações da adolescência, não mais as ilusões.

Quais são as ilusões perdidas?

A ilusão de pensar que poderíamos fazer um mundo totalmente novo. Não é possível um mundo totalmente harmonioso. Sempre haverá a luta entre diferentes forças. Essa luta é permanente, parte de toda a História humana, não se pode pensar num ponto de harmonia total. A sociedade é um misto de ordem e desordem. A ilusão é a perfeição, e estamos num mundo imperfeito. Mas, não esqueçamos, ele pode ser melhorado.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Trevisan faz acordo com grupo holandês e considera futura venda

A Trevisan Escola de Negócios, fundada pelo empresário Antoninho Marmo Trevisan, fechou uma parceria acadêmica com a Global University School (GUS), grupo holandês dono de 20 instituições de ensino com forte presença na Europa. O acordo prevê ainda a possibilidade de venda da Trevisan para a GUS.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6296315/trevisan-faz-acordo-com-grupo-holandese-considera-futura-venda>

topo ↕

CRUSOÉ - REPORTAGEM

O desastre Weintraub e a barreira militar

A área responsável pela comunicação do governo federal avalia que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, é um desastre nessa área. Da entrevista em que classificou como "balbúrdia" o que ocorre nas universidades federais, até o vídeo em que aparece com um guarda-chuva, para ilustrar que "está chovendo fake news", e o mais recente, em que toca gaita como "autêntico cearense", tudo é visto pelos profissionais de mídia do entorno do presidente Jair Bolsonaro como prejudicial ao

governo. A outra avaliação é de que os militares do alto escalão gostam de impor barreiras para que o presidente fale com a imprensa, mas são os que mais costumam dar entrevistas.

topo ↕

VEJA - SP - BRASIL

Acabou o recreio

Manifestantes na rua, tudo por fazer no MEC, e Weintraub dá show via Twitter. Quando o governo vai se dedicar à lição de casa e tirar o ensino do atoleiro?

O clima era de tensão em Brasília dentro e fora dos gabinetes. Ninguém se arriscava a cravar a dimensão que alcançariam as manifestações contra a poda no orçamento da Educação naquela quinta-feira, 30 de maio. Na dúvida, a Força Nacional foi chamada para formar um cinturão de segurança em torno do Ministério da Educação. Às 9h23, veio um alívio cômico via Twitter, sempre ele: o chefe da pasta, Abraham Weintraub, soltou um vídeo em que fazia rodopiar um guarda-chuva à la Gene Kelly embalado por Singin' in the Rain (Cantando na Chuva). Extraiu inspiração do clássico dos anos 50 para fazer troça de uma notícia que responsabilizava o MEC pelo atraso na reconstrução do Museu Nacional, engolido pelas chamas no Rio de Janeiro. “Está chovendo fake news”, cutucou o ministro, com sorriso maroto, encarando a câmera. Mas o que choveu mesmo foram críticas: com a educação brasileira no fundo do poço, cadê o motivo da graça?

Durante os cinco meses de governo Bolsonaro, o tempo no MEC nunca deixou de estar fechado. Uma sucessão de crises ceifou a cabeça do colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, o primeiro a ocupar o cargo, e já entronou três presidentes no Inep, órgão que cuida do Enem. O saldo é um ministério com muitas trapalhadas e poucas iniciativas concretas para guindar o Brasil do lamaçal de notas vermelhas em que teima em ficar. Uma incômoda coleção de números dimensiona a má qualidade da educação, um freio ao desenvolvimento e à inserção do país no tabuleiro global (veja o quadro ao lado). Para se ter uma medida do atraso, os melhores alunos daqui ficam, por exemplo, atrás dos piores do Vietnã, onde a renda per capita é um quarto da brasileira. “O ministro não está onde está para fazer barulho no Twitter, mas para entregar resultados”, enfatiza Priscila Cruz, da ONG Todos pela Educação.

Os países que obtêm desempenhos extraordinários na sala de aula costumam ter ministros mais lembrados por sua obra do que por seu anedotário. Eles implantam uma cartilha que soa até elementar, de tão básica. Por que não aqui? Eis a lição número 1: contar com um batalhão de professores bem formados, treinados e valorizados. “Os países que vão bem no ensino tornaram a carreira docente atrativa para gente com talento e ambição”, diz Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV. E não o fizeram apenas remunerando bem os seus mestres, mas abrindo-lhes um leque de oportunidades de ascensão — a ponto de, veja só, os aspirantes à docência saírem da turma dos 20% melhores do colégio, enquanto no Brasil eles são egressos do grupo dos 20% com pior boletim.

Embora as faculdades sejam autônomas, o MEC pode e deve lançar as diretrizes para uma boa formação, hoje ainda manca nas escolas de pedagogia por ser demasiado teórica. A maioria estreia na profissão sem nunca ter ensaiado o ofício como estagiário em sua própria área. “A residência pedagógica obrigatória deve ser tratada com o mesmo rigor que na medicina”, afirma Mozart Neves Ramos, do Instituto Ayrton Senna. Em março, Vélez pediu para examinar um plano que trazia ares novos aos cursos

de formação de professores. Ele estava para ser chancelado pelo Conselho Nacional de Educação, mas agora dormita na gaveta. Os tropeços nesse que se tornou o ministério mais nervoso de toda a Esplanada também atravancaram o início dos repasses para a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Traduzindo: é o documento que demarca metas de aprendizado para todas as séries escolares. Sim, fundamental para um bom ensino, mas o Brasil não tinha nada parecido até 2018. Só lembrando, não há um país no topo do ranking mundial da educação que não tenha um currículo — e dos bons — para guiar seus professores — entre os melhores.

Ainda sob a gestão Vélez, recursos começaram a ser canalizados para que estados e municípios transformem a sigla BNCC em currículos compreensíveis e práticos e capacitem seus mestres a aplicá-los — este um bom sinal. Mas, nessa área, uma nuvem paira sobre a cabeça de Weintraub: a licitação para os livros didáticos, que naturalmente precisam se adequar aos objetivos traçados no BNCC, está cinco meses atrasada, e há um temor de que não seja possível fazê-la a tempo para o ano letivo. Segundo dois especialistas que acompanham o processo, ele demora não só porque tudo se arrasta nos lados do MEC, mas também porque gente do ministério está passando um pente-fino ideológico nos livros para que não contenham “viés de esquerda”.

O motor para a excelência não depende só de dinheiro — os EUA estão entre os países que mais investem em educação mas ocupam a porção mediana dos rankings de qualidade. Recursos fazem diferença quando não são dragados por ineficiência ou corrupção. E o Brasil ainda gasta por aluno no nível básico cerca de um terço do valor médio gasto pelos países da OCDE, que reúne as nações mais ricas. Ou seja, precisa de mais para dar um salto. Corre no Congresso uma discussão primordial: tornar o Fundo da Educação Básica (Fundeb) permanente; do jeito que está, ele expira até o fim de 2019. Esse fundo é constituído de impostos estaduais e municipais, além de um aporte do MEC. Projetos que tramitam na Câmara dos Deputados querem expandir a contribuição da União, mas o governo, envolto em cortes, silencia. O receio de alguns é que não dê para aprovar tudo a tempo de o Fundeb continuar vivo no ano que vem.

O MEC de Bolsonaro deu um tiro certo ao mirar em um plano nacional de alfabetização, a única meta da pasta para os 100 primeiros dias de governo. Como a ciência já mostrou, sem uma boa base no começo da vida escolar, todo o resto fica prejudicado, como um prédio que se ergue sobre alicerces frágeis. Hoje, aos 8, 9 anos, 55% das crianças brasileiras não sabem ler, escrever nem contar — nos países mais desenvolvidos, esse aprendizado se dá entre os 3 e os 7 anos. Agora, falta tirar o plano do campo teórico e levá-lo à ação nas redes de ensino, oferecendo os incentivos necessários para sua adoção. O Brasil tem à frente o gigantesco desafio de mover engrenagens que outros países botaram para andar no século passado e, ao mesmo tempo, ajustar-se às demandas contemporâneas — e crescentes — da educação. As chances de isso ocorrer aumentarão exponencialmente se Weintraub abandonar o tom beligerante e o pendor para o espetáculo e encarar, com seriedade, o bê-á-bá.

[topo](#)

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Participantes do Enceja podem estudar por apostilas gratuitas

Materiais estão disponíveis no site do Inep

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) registrou 2,9 milhões de pessoas habilitadas, de acordo com o balanço divulgado nesta terça-feira (06) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep). As provas serão aplicadas em 25 de agosto, em 611 municípios. O que muitos participantes podem não saber é que existem materiais de estudo gratuitos disponibilizados online.

Entre os materiais de apoio estão as apostilas Enceja 2019, disponíveis na Página do Participante. São disponibilizados oito volumes com orientações para os estudantes, sendo metade específica para o Ensino Fundamental e a outra metade para o Ensino Médio. Como o exame é organizado para avaliar as competências dos participantes, os materiais seguem o mesmo padrão: conteúdos teóricos e textos básicos que discutem as aptidões.

Dois tipos de boxes são adotados como recursos para o estudante: em “desenvolvendo competências” estão os exercícios aplicados para ampliação do conhecimento e cujas respostas podem ser encontradas no fim de cada capítulo. Já o boxe de texto explicativo indica possibilidades de leitura e reflexão sobre o tema abordado. Todos os materiais foram desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Ensino Fundamental

Os materiais de estudo para o Enceja 2019 do Ensino Fundamental são organizados de acordo com as disciplinas cobradas no exame: Ciências; Matemática; História e Geografia; Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Artística e Educação Física.

Ensino Médio

Da mesma forma, as apostilas para o Ensino Médio são disponibilizadas de acordo com as disciplinas cobradas na prova do Enceja 2019: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; além de Matemática e suas Tecnologias.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - CADERNOS

MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir, até o dia 29 deste mês, o Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP). Ao todo serão ofertadas 4 mil novas bolsas permanência, voltadas para estudantes de instituições federais de ensino superior indígenas e quilombolas. As novas inscrições estarão limitadas ao orçamento de R\$ 20 milhões.

A decisão foi tomada após reunião, na tarde de hoje, do secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Bernardo Goytacazes, e do secretário de Educação Superior Arnaldo Barbosa Júnior, com estudantes universitários indígenas e quilombolas.

Além de reabrir o sistema, a Secretaria de Educação Superior comprometeu-se a facilitar o diálogo com os reitores para que os estudantes que não forem contemplados com a bolsa permanência sejam priorizados no atendimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que é gerido diretamente pelas instituições.

Hoje (5), esses estudantes fizeram um ato em frente ao MEC em defesa da manutenção do Programa Bolsa Permanência. O programa não abre novas chamadas desde o ano passado, quando, em junho, foram ofertadas 2,5 mil novas vagas para o segundo

semestre do ano.

O Programa de Bolsa Permanência é um auxílio financeiro pago para estudantes de instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para indígenas e quilombolas. O valor da bolsa é R\$ 900. O recurso é pago diretamente ao estudante por meio de um cartão de benefício.

“A bolsa permanência é de total importância para os estudantes se manterem na universidade. Eles moram distante, em comunidades quilombolas ou em aldeias”, diz um dos coordenadores do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), Marclely Pataxó, que é estudante de direito da Universidade Federal do Sul da Bahia.

“As comunidades entendem a importância da universidade para o fortalecimento da defesa dos direitos dos povos indígenas. Muitos dos nossos jovens são enviados às universidades para estudar, para se preparar, se capacitar e dar um retorno para a comunidade”, complementa.

Programa enfrenta problemas

O programa enfrenta problemas desde o ano passado. No início de 2018, deveriam ter sido abertas inscrições para os calouros daquele ano, mas isso foi feito apenas no segundo semestre. Neste ano, o processo se repetiu, não foram abertas novas vagas para aqueles que ingressaram nas universidades no começo do ano. Os pagamentos dos bolsistas antigos, de acordo com os estudantes, está mantido.

A aluna de estudos de gênero e diversidade da Universidade Federal da Bahia Juliana Tamiwere é uma das estudantes indígenas calouras que não conta com a bolsa permanência. Ela disse que este semestre precisou da ajuda de amigos, que oferecem lugar em casas próximas à universidade para que ela se hospede e não precise pagar passagem de ônibus para chegar ao campus. “É como se dissessem a universidade não é para você, porque não vou dar dinheiro para você estudar. É uma forma de limitar o nosso ingresso na universidade”, diz.

Presença nas universidades

A presença de estudantes indígenas, quilombolas e de estudantes de baixa renda nas universidades federais aumentou ao longo dos últimos anos, aumentando também a demanda por assistência estudantil para que esses alunos possam concluir os estudos com sucesso. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), 70,2% dos estudantes são de baixa renda. As várias formas de assistência estudantil, incluindo a Bolsa Permanência, chegam a 30% dos alunos, estando portanto, segundo a Andifes, aquém da demanda.

Um dos fatores que possibilitou uma maior diversidade nas instituições federais foi a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabelece que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas. Dentro da lei, há a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a porcentagem dessas populações nas unidades federativas.

De acordo com o levantamento da Andifes, o número de estudantes indígenas que vive

em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais, totalizando 4.672. Os indígenas não aldeados são 6.064, o equivalente a 0,5% dos estudantes.

Os estudantes negros quilombolas passaram de 0,5% dos estudantes nas universidades federais em 2014 para 0,9% em 2018, chegando a um total de 10.747 estudantes.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

Alepi faz relatório da situação da UFPI

LIMMA falou sobre audiência realizada na Alepi

Em audiência pública realizada na quinta-feira (6), a Assembleia deliberou a elaboração de um relatório a ser encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), à Casa Civil do Governo Federal e ao Congresso Nacional sobre a situação orçamentária da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Instituto Federal do Piauí (IFPI) após os cortes de recursos federais.

O encontro ocorreu no Plenarinho da Alepi, pela Comissão de Saúde, Educação e Cultura, que discutiu os efeitos do contingenciamento à comunidade acadêmica piauiense, composta de mais de 65 mil pessoas, incluindo professores, servidores, alunos e pesquisadores. A audiência pública foi requerida pelo deputado estadual Francisco Limma (PT) e presidida pela deputada Teresa Britto (PV), que coordena a Comissão de Saúde, Educação e Cultura da Assembleia. Também contou com a presença de Lucy (Progressistas) e Gustavo Neiva (PSB). “Sabemos que as nossas Instituições Federais de Ensino já funcionam com um orçamento muito estreito e que o contingenciamento de gastos do MEC inviabiliza o acesso à educação pública de qualidade.

A Assembleia não poderia ficar alheia aos cortes de recursos feitos pelo Governo Federal, que podem inviabilizar o funcionamento de duas instituições importantes para o desenvolvimento do Piauí”, frisa o deputado Francisco Limma. De acordo com o reitor da UFPI, Arimateia Dantas, 40% dos recursos orçamentários deste ano da UFPI foram liberados, 30% foram contingenciados e 30% foram bloqueados. Segundo ele, a Universidade pode parar porque faltará recurso para pagamento de energia, transporte e outras despesas que garantem o funcionamento da instituição.

O reitor acrescentou que 50% dos servidores terceirizados da UFPI já foram demitidos. “Desde 2012, quando assumi a Reitoria da UFPI, nunca passamos por tamanha dificuldade. É bem verdade que já passamos por situações delicadas. No entanto, o bloqueio faz com que não tenhamos orçamento para cumprir com o calendário anual”, pontua. (E.R.)

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Enem 2019 está garantido, diz ministro

Weintraub foi questionado após a publicação, no Diário Oficial da União, da exoneração do diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Brasília - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a afirmar nesta quinta-feira que a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 está garantida. "Existe uma série de informações que estão sendo veiculadas a respeito do Enem. O Enem está garantido", afirmou.

O ministro foi questionado por jornalistas após a publicação, nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União, da exoneração do diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Francisco Vieira Garonce. A Diretoria de Avaliação da Educação Básica é responsável pelas avaliações aplicadas a estudantes desde o ensino infantil ao ensino médio. Estão a cargo da diretoria, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Enem.

Perguntado se já há alguém apontado para substituir Garonce, Weintraub não respondeu. "Os sistemas vão funcionar, têm robustez, o TCU (Tribunal de Contas da União) já autorizou as modificações para garantir a realização do Enem na data prevista. Então, por favor, não estou falando que foi alguém da imprensa, mas parem de circular informações de que (o Enem) está ameaçado, a sociedade merece respeito", enfatizou.

Outro episódio que causou insegurança sobre a realização do Enem foi a decretação de falência da empresa RR Donnelley, que era detentora do contrato para a impressão do Enem. Como citado pelo ministro, o TCU autorizou, em abril, a contratação de nova gráfica. Foi escolhida a Valid S.A., garantindo a impressão das provas.

O ministro participou nesta quinta-feira da abertura do 12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, que ocorre em Belo Horizonte (MG), até sábado (8).

Enem 2019

As provas do Enem serão aplicadas em dois domingos – dias 3 e 10 de novembro. Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior, no Programa Universidade para Todos (ProUni), e bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, ou no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

"Universidade é resistência a qualquer governo", diz nova reitora da UFRJ

Pela primeira vez em quase cem anos, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) terá uma mulher como reitora: a médica Denise Pires de Carvalho, professora titular do Instituto de Biofísica da universidade.

Carvalho assumirá o cargo máximo da instituição em um momento de cruzada contra uma suposta predominância de uma ideologia de esquerda nas universidades públicas.

"Universidade é resistência a qualquer governo. Não só a esse", disse em entrevista ao UOL. "O ambiente universitário é o ambiente da pluralidade."

A médica ainda terá o desafio de administrar a universidade em um período de grave crise financeira: com um orçamento anual de R\$ 360 milhões, a UFRJ tem hoje um déficit de R\$ 170 milhões. Soma-se a esse cenário um congelamento de R\$ 114 milhões, reflexo do bloqueio determinado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para a área da educação.

"Estávamos trabalhando para cortar os gastos, mas, por mais que a gente corte, não será

possível tocar a universidade se o contingenciamento determinado pelo governo for mantido", disse. A nova reitora não descarta o risco de que a UFRJ tenha que fechar as portas. "A situação é dramática", declarou.

Candidata mais votada na eleição interna realizada pela comunidade acadêmica da UFRJ em abril deste ano, ela liderou a lista tríplice enviada ao presidente Bolsonaro. A incerteza sobre sua nomeação, no entanto, durou meses. A oficialização veio apenas no dia 3 de junho, quando a escolha foi publicada no Diário Oficial.

"É óbvio que temíamos [que ele não me nomeasse]", afirmou a nova reitora, que tomará posse do cargo no dia 8 de julho.

Na entrevista, Carvalho falou ainda sobre machismo ("temos uma espécie de filtro antes mesmo de as mulheres se candidatarem"), sobre os cortes em bolsas de pesquisa ("cortar bolsas vai matar a ciência nacional") e sobre o ministro da Educação, Abraham Weintraub ("deveria dialogar, defender mais as universidades"). Veja, abaixo, os principais trechos.

UOL - Por que demorou quase cem anos para a UFRJ ter uma reitora?

Denise Pires de Carvalho - Porque temos uma sociedade machista. Não é só no Brasil. No mundo todo, existe ainda o machismo, essa herança do patriarcado e não é só a questão de cargo de reitor. Isso acontece em outros cargos de destaque. Eles são quase sempre ocupados por homens. Eu fui a primeira mulher eleita, mas veja que, desde a redemocratização, só tivemos três mulheres concorrendo. Temos uma espécie de "filtro" antes mesmo de as mulheres se candidatarem.

A senhora chegou a temer que o presidente Jair Bolsonaro não assinasse a sua nomeação?

Com certeza. Na verdade, o que é enviado é uma lista tríplice, e ele tem a prerrogativa de escolher qualquer um desses nomes. O ideal é que o presidente nomeie o mais votado. Mas essa é a lei: ele pode escolher entre os três nomes. É óbvio que temíamos [que ele não me nomeasse]. Eu dizia que ele não tinha nenhum motivo para não me nomear, mas não tinha nenhum motivo para me nomear.

Em maio, o governo publicou um decreto que dá poder à Secretaria-Geral da Presidência da República para avalizar as nomeações para cargos como o de reitor e pró-reitores. Você acha que a secretaria deveria ter esse poder?

Esse decreto fere a autonomia universitária. Uma vez nomeado o reitor, ele deve escolher a sua equipe. A nomeação dos pró-reitores é resultado de autonomia administrativa. Mas essa questão jurídica está sendo questionada.

Parte das pessoas que criticam a política educacional de Bolsonaro afirmam que seus apoiadores miram a universidade pública porque ela representaria "polos de resistência" contra o governo. Você vê as universidades federais como espaços de resistência?

Universidade é resistência a qualquer governo. Não só a esse. O ambiente universitário é o ambiente da pluralidade. Nós, da UFRJ, somos muito visitados por políticos e

vemos movimentação em todos os governos.

Havia movimentação contra Fernando Henrique Cardoso (PSDB), havia movimentação contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e agora há essa movimentação contra o atual governo. É um espaço muito crítico, em que as ideias são muito expostas e a gente vive o processo democrático na sua totalidade. Isso é natural. Mas o governo tem falado muito sobre isso na mídia. Tem exposto muito essa questão. Aí, a reação passa a ser ainda maior.

Por que você acha que esse governo é tão vocal e assertivo em relação à comunidade acadêmica brasileira?

É difícil essa resposta. Procurar conflito com uma instituição tão importante para o país como as universidades federais não é o ideal. Porque elas são importantes para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país. Só que a universidade é o lugar da liberdade, da democracia.

Não é verdade que ali está posto apenas o que se chama de marxismo cultural. Há todo tipo de pensamento na universidade. Mas, como é um ambiente assim, aberto, qualquer um que ingresse na universidade pode receber críticas. Isso é histórico. Por que o governo se comporta dessa maneira? Eu não consigo entender. É difícil a gente avaliar. Seria normal que os governos lidassem bem com o contraditório. O que eu espero é isso.

O atual ministro da Educação prometeu cortar verba de universidades que, em vez de ter bom desempenho, promovessem "balbúrdia". Qual sua opinião sobre essa estratégia?

Eu acho que o ministro da Educação deveria conversar mais com as universidades. Deveria dialogar, defender mais as universidades. O papel do ministro é esse. O conflito com as universidades não é bom para ninguém, muito menos para o governo ou para a sociedade. Espero que ele acerte o tom da conversa. Todos estão dispostos ao diálogo. Não tem razão esse tipo de ataque. A UFF, UFBA, UnB [citadas pelo ministro Abraham Weintraub na fala sobre balbúrdia] são universidades de excelência. Considero que ele cometeu um equívoco.

Weintraub culpa governos anteriores por cortes no MEC
Band Notícias

Ao longo da sua vida acadêmica, a senhora já presenciou ou participou do que o ministro chama de "balbúrdia"?

Não. De forma nenhuma. Você acredita que eu recebi da minha mãe um vídeo desses que espalharam por aí? Minha mãe veio me perguntar: "Minha filha! O que está acontecendo?". Eu tive que explicar para ela que aquilo era falso. É o tipo de coisa que não constrói um país melhor. Hoje, sabemos que aquelas imagens nem sequer saíram de universidades brasileiras.

A senhora teve que se defender de fake news para a sua mãe?

Para você ver até que ponto essa coisa chegou... Quando eu fiz o contraponto, ela se deu

conta do absurdo que aquilo era.

Especificamente sobre a UFRJ, em que situação financeira a senhora vai encontrar a instituição?

No momento, vamos assumir a universidade com uma situação financeira muito grave. Temos um déficit orçamentário de R\$ 170 milhões e um orçamento de R\$ 360 milhões.

Minha equipe e eu já estamos elaborando um plano de contingenciamento interno, tentando cortar mais ainda as atividades de limpeza, segurança, poda dos diferentes campi. Estávamos trabalhando para cortar os gastos, mas, por mais que a gente corte, não será possível tocar a universidade se o contingenciamento determinado pelo governo for mantido.

Se isso não for revertido, a UFRJ corre o risco de ter que fechar?

Com certeza. Porque são R\$ 114 milhões a menos. Só fazer as contas: são R\$ 170 milhões de déficit somados aos R\$ 114 milhões do corte do governo. Isso é quase igual ao orçamento anual da universidade. Não tem a menor condição. Como vamos funcionar sem pagar luz, água, empresas terceirizadas? A situação é dramática. A característica da UFRJ é fazer pesquisa e fazer pesquisa é caro. São mais de 1.200 laboratórios de pesquisa.

A senhora já iniciou alguma conversa com Weintraub no sentido de evitar ou reverter esse bloqueio?

Não. Estive no MEC conversando com o secretário de Ensino Superior, Arnaldo Lima. Naquele momento, eu não estava nomeada ainda. Temos um reitor até o início de julho e seria desagradável que eu fizesse algum tipo de gestão enquanto ele está no cargo. Mas eu fui em busca de diálogo. A conversa foi muito boa e discutimos projetos de futuro. Um deles é a reconstrução do Museu Nacional, a abertura de um equipamento de cultura e a internacionalização da UFRJ. O secretário está procurando. Um quarto ponto é o parque tecnológico, maior integração da universidade com as empresas.

Nesta semana, a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** anunciou o corte de 2.700 bolsas. Qual o impacto desse corte?

Os pesquisadores brasileiros têm muita dificuldade para desenvolver atividades de pesquisas. Nós somos subfinanciados. No Brasil, quem faz com que as pesquisas avancem são os pós-graduandos. Cortar bolsas vai matar a ciência nacional. Disso ninguém tem dúvida. Não há ciência, não há pesquisa científica em nível de qualidade no Brasil sem que haja pós-graduandos atuando nos laboratórios.

O Brasil deveria buscar um Nobel e não matar o que foi construído nas últimas décadas.

A senhora concorda com a estratégia de tirar recursos dos cursos de humanas e direcioná-lo para os cursos de exatas, biológicas, como sugerido pelo ministro Weintraub?

É mais um equívoco. Um equívoco de quem não conhece a história das universidades

no mundo. Elas têm origem na área de humanidades. É muito difícil fazer essa dicotomia porque não há professores "puros", exclusivos de uma área. O professor da área de biofísica pode ministrar disciplinas de filosofia da ciência. Há programas de humanidades ligados a programas tecnológicos.

O século 21 é o século da transversalidade, que vai privilegiar o profissional com a educação mais ampla. É verdade que o Brasil precisa de mais engenheiros. Mas precisamos de engenheiros bem formados e eles têm que passar por disciplinas da área de humanas e sociais, se possível, no seu currículo da graduação.

A senhora é contra a cobrança de mensalidade nas universidades. Entretanto, há setores que defendem que quem tenha condições de pagar deveria fazê-lo. Por que a senhora é contra?

As pessoas com melhores condições econômicas deveriam pagar mais, mas de forma indireta: pagando mais impostos. Qual o grande problema do pagamento de mensalidade? Ele não resolve o problema. Não estamos falando de mensalidades para uma escola de nível superior. Estamos falando de mensalidade numa universidade que produz ciência e tecnologia.

Se a gente cobrar de quem pode pagar, não vamos resolver o problema, porque a cobrança deveria ser muito alta e ainda cria, no ambiente da universidade, uma divisão entre o indivíduo que paga e o que não paga. Hoje, mais de 70% dos estudantes das universidades públicas não poderia pagar, porque eles têm renda per capita de até 1 salário mínimo e meio. Acho que a universidade tem que buscar novas fontes de recursos, mas não por meio de mensalidade.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Weintraub : crescimento econômico elevará procura por ensino superior Setor privado deve ser o principal agente dessa expansão, diz ministro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu hoje (6) o setor privado como principal agente na expansão do ensino superior.

“Esse setor vai crescer muito, e o Estado brasileiro, através dos impostos, que já estão pesados, não tem condição de atender a demanda gigantesca que vai acontecer nos próximos anos”, disse o ministro a representantes de instituições particulares de ensino superior no 12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte.

“Existe espaço para instituições federais e existe para as estaduais, mas, olhando para a perspectiva do Brasil – e o crescimento vai acontecer –, é muito claro que não há condição de o atual estado de contas do setor público nutrir a atual estrutura educacional estatal para atender a demanda que vai acontecer”, afirmou Weintraub, que aposta no crescimento econômico do país e, com isso, no aumento da procura por formação superior.

O ministro também enfatizou a postura liberal do governo que, segundo ele, não pretende aumentar a intervenção entre “uma pessoa que quer estudar e um grupo de pessoas que quer ensinar”. E acrescentou: “O MEC [Ministério da Educação] e este governo querem dar liberdade para vocês. A liberdade para produzir, para trabalhar,

para atingir os seus objetivos.”

De acordo com o Censo da Educação Superior, o setor privado detém hoje 75,3% das matrículas totais no ensino superior.

Na outra ponta, no setor público, o ensino superior foi alvo de contingenciamento nos últimos meses. A pasta chegou a bloquear o 3,4% do orçamento total das universidades federais. Atualmente, o MEC tem R\$ 5,8 bilhões contingenciados. O valor representa 3,9% do orçamento de 2019 do ministério, que é de R\$ 149,7 bilhões.

Financiamento

Na abertura do congresso, o diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Celso Niskier, defendeu a importância do financiamento estudantil. “Financiar a educação superior é gerar mais renda, é recolher mais impostos e impulsionar a economia a partir de mão de obra mais qualificada. Financiar nossos jovens é construir um futuro melhor para o Brasil”, disse Niskier.

A partir de 2015, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa federal de financiamento, passou por uma série de modificações e restrições. O programa, que em 2014 chegou a financiar mais de 730 mil contratos, oferece hoje 100 mil vagas na modalidade juro zero, voltada para estudantes de baixa renda.

Niskier defendeu ainda a simplificação da regulação da educação superior, pauta que recebeu o apoio no pronunciamento do ministro.

Formação de professores

O diretor-presidente da Abmes comprometeu-se a apresentar ao MEC uma proposta para formação de professores e, conseqüentemente, melhorar a educação básica, etapa que vai do ensino infantil ao ensino médio. “Em conversa objetiva e direta, o ministro nos desafiou a apresentar uma proposta nessa linha, de como podemos melhorar a rede de educação básica a partir da formação de professores. Aceitamos o desafio e, em breve, [o MEC] receberá uma proposta do nosso setor.”

De acordo com os últimos dados do Censo da Educação Superior, de 2017, 62,1% das matrículas de licenciaturas estão em instituições privadas.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Após confronto com universidades federais, Weintraub fala em fortalecer setor privado

Ministro da Educação defendeu mais liberdade para atuação de faculdades particulares, e pediu respeito a informações sobre cronograma do Enem

BELO HORIZONTE - Depois de desferir críticas e bloquear o orçamento das universidades públicas federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quinta-feira, 6, que o crescimento do ensino superior no Brasil será pela rede privada. Ele defendeu ainda o fortalecimento e mais liberdade para a atuação das faculdades particulares.

"Existe espaço para as universidades federais, para as estaduais, mas olhando para o Brasil dos próximos anos é muito claro que não há condição do atual estado de contas do setor público, de nós sociedade, pagadores de imposto, atender a essa demanda (do

ensino superior)", disse durante a abertura do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte.

"Queremos que a sociedade possa buscar sua felicidade, seus sonhos. Isso só é possível com um ensino superior baseado fortemente na iniciativa privada e livre", afirmou Weintraub após destacar que o Ministério da Educação (MEC) quer a "liberdade" do setor e que vai trabalhar para reduzir as regras que hoje existem na área.

"Esse governo defende o viés liberal na economia e conservador nos costumes. Se há duas pessoas honestas tendo uma relação econômica livre, porque alguém tem que interferir? Para quê criar um monte de regras entre uma pessoa que quer estudar e um grupo que quer ensinar?", defendeu o ministro.

Questionado sobre quais regras pretende alterar e como pretende dar mais liberdade para a rede privada de ensino, o ministro não respondeu. Durante o discurso, Weintraub disse apenas de forma genérica que quer uma regulação menos rígida.

"Nós acreditamos que a maioria dos brasileiros são de boa fé. Quem está livre, com CPF e nomes limpos, é uma pessoa de boa fé e vai ser tratada assim no MEC. Quem tiver má fé, a Justiça é quem vai cuidar delas", disse.

Em sua fala, voltada para donos e dirigentes de faculdades particulares, Weintraub fez uma previsão otimista para a economia brasileira para os próximos meses. Segundo ele, com a agenda atual, que segue a "ciência econômica", o País deve chegar ao fim do ano com crescimento de 3% do PIB. "Ao passo que abandonamos essas besteiras do desenvolvimentismo, o Brasil vai migrar para o seu potencial econômico e nenhum setor vai crescer tanto quanto o de serviços, especialmente o da educação", disse. Enem

Weintraub disse que as informações sobre as dificuldades para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são desrespeitosas. As muitas trocas de chefia no MEC e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pela prova, e a falência da gráfica que iria imprimir os testes, levantaram dúvidas sobre o cumprimento do cronograma previsto para este ano.

"Existe uma série de informações que estão sendo veiculadas a respeito do Enem, mas ele está garantido. Os sistemas têm robustez e vão funcionar, o TCU já autorizou as modificações para garantir a realização na data prevista. Então, por favor, e não estou falando que foi alguém da imprensa, mas parem de circular informações de que o Enem está ameaçado", disse o ministro.

"A sociedade merece respeito, as pessoas merecem respeito. Esse tipo de informação gera mal estar na sociedade", completou. Weintraub defendeu que o Enem está garantido após ser questionado sobre mais uma demissão no Inep, na quarta-feira, 5, o diretor de Avaliação da Educação Básica do instituto, Francisco Vieira Garonce, foi exonerado.

Questionado sobre quem vai assumir o cargo, Weintraub não respondeu.

Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

(ABMES), ressaltou em seu discurso de abertura que o setor é responsável por promover a diversidade do ensino superior, incluindo alunos de baixa renda. "A educação superior particular é um instrumento para libertação das amarras que prendem o desenvolvimento, o progresso do País".

* A repórter viajou a convite da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes)

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Petronext Lab é lançado na PUC-Rio

A Petronect, empresa criada para prover serviços de comércio eletrônico relacionados à aquisição de bens e serviços de óleo e gás, segue engajada nas tendências de mercado. Depois de um hackaton de blockchain em 2018, a marca inaugura, novamente em parceria com o Laboratório de Engenharia de Software (LES), do Departamento de Informática do Centro Técnico Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CTC/PUC-Rio), o Laboratório Petronect de Inovação Digital, o "Petronext Lab", na PUC-Rio.

O espaço receberá grupos focados em desenvolver a melhor experiência para implementar soluções inovadoras, buscando trazer ganhos para as necessidades de negócios dos clientes. Segundo Mario Sophia, diretor comercial da Petronect, a ideia nasceu a partir da necessidade de separar os projetos de inovação de sustentação (melhorias do dia a dia) dos projetos de inovações disruptivas. Segundo o especialista, com esta novidade a empresa toma frente da indústria, criando algo que dialogue com o mercado. "Buscaremos trazer as pessoas certas para o lugar certo", completou.

Alberto Neto, Gerente de Desenvolvimento de soluções da Petronect, detalhou que os diferenciais são um esquadrão multidisciplinar, inovação personalizada para as necessidades de negócios dos fornecedores, requisitantes e contratadores; escalabilidade em nuvem, flexibilidade de processos e agilidade de implementação. Os processos contarão ainda com um Comitê de Inovação. Os projetos se darão em cinco fases, que devem ter um tempo médio de três meses: ideação, desenvolvimento conceitual, desenvolvimento do produto, implantação e operação.

"A PUC-Rio é uma universidade de ensino e pesquisa que valoriza a cooperação com o mercado para avanço científico e tecnológico, por isso, estabelece diversas parcerias, realizando pesquisas aplicadas e desenvolvimento experimental, em processo de cocriação. O Departamento de Informática da PUC-Rio, através do LES, atuará em cooperação com a Petronect com foco nas áreas de óleo e gás e também digital, oferecendo à empresa o que há de mais avançado em termos de pesquisa e uma vivência prática e diferenciada aos alunos", reforça Rafael Nasser, professor do Departamento de Informática do CTC/PUC-Rio.

Sobre a Petronect:

A Petronect foi criada há 15 anos para prover serviços de comércio eletrônico relacionados à aquisição de bens e serviços. É uma sociedade com participação da Petrobras, através de sua subsidiária e-Petro, SAP e Accenture. Desde a sua criação, a empresa tem atuado exclusivamente para as empresas do Grupo Petrobras e seus fornecedores.

Sobre o Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio):

O Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio) agrega 15 graduações (dez cursos de Engenharia, dois de Informática e bacharelados em Química, Matemática e Física) e 12 programas de pós-graduação. De acordo com os resultados da avaliação **CAPES** 2013-2016, cinco conquistaram nota máxima e outros três ficaram apenas um ponto abaixo, confirmando a PUC-Rio como referência de qualidade de ensino no Brasil e no exterior. Ciência, tecnologia e inovação estão presentes no dia a dia de todas as atividades do CTC, que tem como meta principal oferecer à sociedade brasileira formação de excelência em recursos humanos, além de pesquisas e soluções de nível internacional, equiparando-se às melhores universidades do mundo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro da educação defende ensino superior privado em abertura de congresso do setor em BH

Abraham Weintraub também garantiu realização do Enem, mesmo com trocas de diretor no Inep.

Por G1 Minas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou nesta quinta-feira (6) da abertura da 12ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) em Belo Horizonte.

Durante o discurso, o ministro defendeu o ensino privado e disse que o MEC vai dar liberdade para o ensino superior privado no Brasil.

“Liberdade pra produzir, liberdade pra trabalhar, liberdade pra atingir os seus objetivos, ainda que tarde. O Mec vai ser aliado nesse processo. Os senhores são muito bem vindos ao MEC, senhores, senhoras com propostas com projetos”, disse.

No discurso, o ministro não apresentou nenhuma proposta para fomentar o segmento privado, que depende de subsídios como o Prouni e o financiamento estudantil – Fies.

Weintraub ainda defendeu que o ensino superior cresça no segmento privado. “80% hoje, dos alunos, estão nas instituições privadas. Existe espaço pras federais, existe espaço pras estaduais, mas, olhando a perspectiva no Brasil e o crescimento que vai acontecer, é muito claro que não há condição no atual estado de contas do setor público [...] atender a demanda que vai acontecer com as mudanças que vão acontecer nesse país”, disse.

Enem

O ministro afirmou que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), está garantido na data prevista, os dias 3 e 10 de novembro. Independente da troca de comando na diretoria de Avaliação da Educação Básica no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Francisco Vieira Garonce, foi exonerado do cargo a pedido nesta quarta-feira (5). A diretoria é responsável, entre outras atribuições, pelo Enem.

“O Enem está garantido. Os sistemas têm robustez, vão funcionar. O TCU já autorizou as modificações para garantir a realização do Enem na data prevista. Então, por favor –

não estou falando que foi alguém na imprensa –, parem de circular as informações que se isso está ameaçado ou não. A sociedade merece respeito, as pessoas merecem respeito. Esse tipo de informação geral mal-estar na sociedade”.

Questionado sobre um novo nome para a diretoria, o ministro não respondeu.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Sisu do 2º semestre encerra as inscrições nesta sexta

Sistema usa notas do Enem para selecionar alunos para 59 mil vagas em universidades públicas. Como os estudantes podem escolher mais de uma opção de curso, já foram feitas mais de 1 milhão de inscrições em vagas diferentes pelo país.

Por G1

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o segundo semestre de 2019 encerra nesta sexta (7) o período de inscrições para estudantes que querem concorrer a uma vaga no ensino superior.

Os candidatos interessados devem se cadastrar até as 23h59 no site do Sisu (<http://www.sisu.mec.gov.br/>). O resultado será divulgado na segunda-feira (10). Nesta edição, são 59 mil vagas em 1,7 mil cursos de 76 instituições de ensino. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), este é o maior número de vagas ofertado para o segundo semestre desde a criação do programa.

Como o sistema permite que os estudantes escolham mais de uma opção de curso, já foram feitas mais de 1 milhão de inscrições em vagas diferentes pelo país, de acordo com o MEC.

O Sisu é um sistema de seleção que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critério de seleção para universidades públicas de todo o país.

Balanço parcial

Até as 15h de quinta (6), mais de 530 mil candidatos haviam se inscrito no Sisu. Os estados com mais candidatos eram Rio de Janeiro, Minas e Bahia. O número é 30% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado.

Confira o total de inscritos por estado até as 15h de quinta-feira:

Rio de Janeiro: 74.730

Minas Gerais: 68.133

Bahia: 52.048

São Paulo: 48.626

Maranhão: 35.276

Ceará: 34.435

Paraíba: 27.657

Rio Grande do Sul: 21.481

Pernambuco: 20.032

Piauí: 18.420

Paraná: 16.740

Espírito Santo: 15.780

Pará: 13.555

Rio Grande do Norte: 12.893

Alagoas: 12.028

Goiás: 10.168

Distrito Federal: 9.440

Santa Catarina: 7.888

Tocantins: 6.490

Acre: 4.965

Mato Grosso do Sul: 3.873

Amapá: 2.040

Rondônia: 1.908

Roraima: 1.052

Requisitos

Para se candidatar, é necessário ter feito o Enem 2018 e tirado nota superior a zero na redação.

Calendário

Inscrições: 4 a 7 de junho

Resultados: 10 de junho

Matrículas: 12 a 17 de junho

Lista de espera: manifestar interesse de 11 a 17 de junho

topo ↕

GMC ONLINE - TEMPO REAL

COM NOVA DECISÃO DA CAPES, UEM DEVE PERDER 25 BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) informou à UEM que a universidade vai perder 25 bolsas de pós-graduação. Atualmente, elas estão sendo utilizadas por mestrados, que não vão perder o auxílio neste momento. As bolsas vão ser cortadas à medida que houver a defesa das dissertações. O valor de uma bolsa de mestrado da **Capes** é de R\$ 1,5 mil.

A decisão foi comunicada nesta semana, quando a **Capes** anunciou o corte de 2,7 mil bolsas no país. Em Maringá, três programas de pós vão ser afetados na UEM: de Engenharia Urbana, Ciências Sociais e Bioenergia – este último tem parceria com outras instituições de ensino.

A justificativa é a de que esses mestrados têm nota 3 há muitos anos e/ou caíram da nota 4 para 3 na última avaliação – o que indica não haver avanço nos trabalhos de pesquisa.

Ao todo, a Universidade Estadual de Maringá tem 38 bolsas nesses três programas, mas a decisão congela 70% delas – ou seja, 25. Atualmente a UEM tem 56 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado – e oferta 610 bolsas. A instituição tem 17 mil alunos ao todo.

A coordenação da **Capes** informou que caso a situação financeira do país melhore, as bolsas podem ser devolvidas.

O professor Cloves Jobim, coordenador da pós-graduação da UEM, informou que agora vão ser feitas ações para buscar melhorar as notas dos programas. Daí quem sabe na próxima avaliação a nota melhore, disse.

A retirada de bolsas não significa fechamento dos programas. Atualmente, uma estimativa da UEM indica que cerca de 50% dos pós-graduandos não recebem auxílio financeiro.

Em maio, a **Capes** retirou 28 bolsas da UEM por ociosidade. Depois, devolveu 16. 12 permanecem congeladas.

Em todo o Brasil, o corte atinge mais de 6 mil bolsas de pós-graduação.

topo ↕

Jornal preliminar - TEMPO REAL

Cortes no orçamento da UFGD são tema de audiência pública com acadêmicos

Estudantes, professores e técnicos administrativos participaram na noite de terça-feira (4) da Audiência Pública com a Reitoria sobre os cortes no orçamento da UFGD, organizada pela ADUF DOURADOS (Sindicato dos Professores da UFGD), no Centro de Convivência.

O reitor em exercício, Marcio Barros, e a pró-reitora de Avaliação Institucional e Planejamento, Cristiane Stolte, explicaram várias questões que preocupam a comunidade acadêmica. Confira alguns pontos abordados:

- Qual é a diferença entre corte/bloqueio e contingenciamento?

Há quatro anos o orçamento da UFGD sofre contingenciamentos, ou seja, o Governo Federal vai liberando aos poucos os recursos previstos para o ano todo. A principal diferença deste ano foi o bloqueio, em 30 de abril, do equivalente a 48% do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), aproximadamente R\$ 31 milhões, para despesas de custeio e investimentos, sendo 30% das despesas discricionárias e a integralidade dos recursos de emenda parlamentar recebidos. Esse valor foi retirado do sistema, não pode mais ser visualizado e não existe garantia de que será devolvido. Por isso é entendido como um corte.

- Qual o valor do contingenciamento e corte na UFGD?

São aproximadamente R\$ 31 milhões de recursos para custeio e investimento, os quais são chamados de despesas discricionárias. O custeio (R\$ 12,3 milhões) envolve os recursos para pagamento, por exemplo, das contas de água e energia, dos contratos de vigilância, limpeza, manutenção predial e de locação de veículos. O investimento (R\$ 18,9 milhões) atinge a compra de equipamentos, livros, materiais permanentes (mesas, cadeiras, reagentes de laboratório etc.) e a conclusão das obras que estavam paralisadas. Esse valor de investimento foi de emenda da bancada federal de MS (deputados federais e senadores) e iria ser usado para reformar o auditório da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), terminar o prédio da Reitoria, construir um prédio administrativo para que todas as Unidades de Pró-reitorias fossem para a Cidade Universitária, além de comprar os equipamentos de laboratórios e móveis para os prédios novos. O bloqueio afetou também as ações de capacitação, publicidade, e os programas Idiomas sem Fronteiras e INCLUIR (Programa de Acessibilidade na Educação Superior).

- Quais impactos terão na Universidade?

Nos últimos anos a Universidade tem sido impactada por cortes e contingenciamentos,

sendo assim, já vinha realizando um esforço intenso para otimizar os recursos e economizar nos contratos. Na atual conjuntura, se os recursos não forem liberados, a UFGD terá que interromper contratos que empregam funcionários terceirizados, afetando dezenas de famílias douradenses que atuam na limpeza, vigilância, manutenção predial, no transporte etc., inviabilizando ainda, o funcionamento da universidade em alguns setores. Dos aproximadamente 400 terceirizados, se o Governo Federal não liberar logo o limite do orçamento, cerca de 70 trabalhadores ficarão desempregados ainda neste mês. A incerteza é tão grande que não há recursos suficientes para arcar com as despesas da conta de energia da UFGD a partir do mês de junho.

Diante desta situação, alguns fornecedores não querem mais atuar com a UFGD e com outras universidades devido a instabilidade e insegurança quanto ao recebimento do pagamento dos contratos e entrega de bens e materiais de consumo. Exemplo disso são as empresas contratadas com recursos do ano passado para as obras da Faculdade de Engenharia (FAEN), da Faculdade de Educação a Distância, da biblioteca da Faculdade de Direito (FADIR) e da complementação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). A autorização para o início da execução dos serviços foi assinada em 23 de maio, no entanto há mais um desafio pela frente que trata-se do recebimento de recursos financeiros para o efetivo pagamento dos serviços prestados, o qual terá que ser tratado diretamente junto ao MEC visto que, além do contingenciamento orçamentário, os recursos financeiros têm sido liberados apenas uma vez por mês. Por vezes não recebe-se o montante necessário para o pagamento das despesas mensais e ainda acarretam atrasos e o descumprimento da legislação pertinente.

- O que foi efetivamente contingenciado/cortado nas unidades acadêmicas?

Nas Unidades Acadêmicas (Faculdades) o impacto foi de 44%, conforme memorando circular nº 46/2019 da PROAP. Cada Faculdade discutiu internamente e definiram os itens a serem contingenciados de acordo com suas prioridades e especificidades, abrangendo a aquisição de materiais gráficos, diárias e passagens, transporte, aquisição de material de consumo e materiais permanentes. Isso afeta diretamente a qualidade do Ensino, Pesquisa e Extensão. Em algumas unidades acadêmicas as aulas de campo podem ser suspensas ou experimentos em laboratório não poderão acontecer, por falta de reagentes.

A maioria dos estudantes presentes na audiência pública era da Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e a preocupação mais urgente deles é com a hospedagem. O curso ocorre em alternância entre o Tempo Universidade (os acadêmicos ficam alojados e as atividades ocorrem nas dependências da UFGD) e o Tempo Comunidade (aulas com os professores que se deslocam até os polos e desenvolvem atividades com os acadêmicos). Hoje eles estão em Dourados com os recursos já empenhados, mas no cenário atual a universidade não tem limite de empenho para garantir os recursos para a próxima etapa. Portanto, eles irão embora sexta-feira sem saber quando poderão retornar. Durante a audiência pública, a pró-reitora Cristiane Stolte explicou que essas despesas já estão previstas desde dezembro do ano passado e que conforme o Governo Federal for liberando, a UFGD poderá empenhar, mas que não se sabe quando ocorrerá a liberação de limites para garantir o empenho das despesas. Na ocasião também foi lembrado que o curso já foi prejudicado pelo Governo Federal em 2017 com o cancelamento do PROCAMPO (Programa de

Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo).

- Como ficarão as bolsas?

Os recursos destinados a assistência estudantil via PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) não tiveram seus valores bloqueados, mas também não foram recebidos na totalidade sendo liberado até o momento 40% dos recursos previstos. No entanto, na universidade existem diferentes modalidades de bolsas. Das bolsas com recursos da **Capes**, por exemplo o prejuízo foi com o recolhimento de uma bolsa de doutorado de Geografia e algumas bolsas que sumiram do SCBA (Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios) que gerencia o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).

- Como está o imbróglio sobre a lista tríplice para Reitoria 2019-2023?

Neste domingo termina o mandato da reitora Liane Calarge (nomeada em 2 de junho de 2015 e empossada em 9 de junho de 2015) e na segunda-feira termina o do vice-reitor Márcio Barros. Enquanto estiver valendo a liminar que suspende a lista tríplice, a partir de segunda-feira ficará instituída a vacância da reitoria. No caso da vacância, surge a figura do reitor pró-tempore (interventor) e a Presidência da República pode indicar para esse cargo qualquer professor doutor, seja da UFGD ou de outra universidade, mas que seja da carreira docente.

Se for derrubada a liminar pela segunda instância judicial (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), qualquer pessoa da lista tríplice pode ser nomeada. Atualmente o MEC nomeia e dá posse via Casa Civil. Antes isso era feito somente pelo MEC.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NAS ENTRELINHAS

COL - Nas entrelinhas

Deputados manobram para que estados e municípios fiquem fora do texto da reforma da Previdência, porque não querem arcar sozinhos com o desgaste político de aprovar uma matéria considerada impopular

A pressão dos governadores

Cresce a pressão de governadores e prefeitos para que a reforma da Previdência inclua estados e municípios, matando todos os coelhos com uma só cajadada no Congresso. Somente os governadores da Bahia, Rui Costa (PT), e do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), não assinaram carta contra o fatiamento da reforma entre entes federados. Mesmo assim, Dino discorda da proposta do governo, mas também é contra uma reforma que não inclua todos os entes federados: “Essa reforma que está tramitando eu não apoio. Precisa melhorar muito. Em melhorando, é claro que regime previdenciário dos servidores tem que ser para todos. Inclusive militares. Existirem milhares de regimes previdenciários diferentes no Brasil seria, aí sim, uma balbúrdia jurídica”, pondera.

O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), trabalha para elaborar seu relatório neste fim de semana e apresentá-lo na segunda ou terça-feira à Comissão Especial da Câmara que apreciará o projeto. Sua dificuldade é conseguir elaborar um substitutivo que forme maioria no plenário, sem descaracterizar a reforma original, o que não é nada fácil. Foram apresentadas mais de 400 emendas. Deputados têm feito pressão para que estados e municípios fiquem fora do texto, porque não querem arcar

sozinhos com o desgaste político de aprovar uma matéria considerada impopular. Segundo Samuel Moreira, se os estados ficarem fora do texto, os governadores que queiram sanear as finanças estaduais terão de aprovar uma proposta própria de reforma da Previdência nas assembleias legislativas.

Na carta que divulgaram ontem, os governadores argumentam que aprovar uma regra local, no estado, dificulta a uniformidade para o território nacional e é um obstáculo para a efetivação de normas. Eles também afirmam no documento que o regime de Previdência é “substancialmente deficitário”, constituindo uma das causas da “grave crise fiscal enfrentada pelos entes da Federação”. Segundo a carta, “o deficit nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores estaduais, que hoje atinge aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano, poderá ser quadruplicado até o ano de 2060, conforme estudo da Instituição Fiscal Independente — IFI, do Senado Federal”. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), é um dos principais articuladores da carta, em dobradinha com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

Há uma dupla esperteza dos deputados que se opõem à inclusão de estados e municípios na reforma: de um lado, se livram das pressões dos sindicatos de servidores estaduais e municipais dos seus respectivos estados (a maior concentração de servidores federais está localizada em Brasília e no Rio de Janeiro, ex-capital federal); de outro, no caso dos que vão disputar eleição como candidatos de oposição, põem uma saia justa nos governadores e prefeitos adversários, às voltas com despesas cada vez mais elevadas para pagar aposentados e pensionistas. Em alguns estados, como Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande Sul, já houve o colapso do sistema previdenciário.

Lobbies

A aprovação do relatório de Samuel Moreira pela Comissão Especial será um jogo de xadrez. Existem outros lobbies atuando para mitigar a reforma no setor público. Magistrados e procuradores têm enorme poder de pressão sobre o Congresso; de igual maneira, corporações poderosas do Executivo, como auditores-fiscais, delegados federais e professores universitários. Mesmo categorias sem o mesmo status político na alta burocracia, como os agentes penitenciários, trabalham intensamente nos bastidores do Congresso para não perder privilégios. No âmbito das categorias estaduais, policiais militares e civis, professores e pessoal da saúde exercem enorme pressão sobre suas respectivas bancadas. Todos organizam caravanas a Brasília para pressionar o Congresso.

O lado mais fraco da moeda são os trabalhadores do setor privado, que têm mais dificuldades de mobilização. Há dois motivos: primeiro, o desemprego em massa, que os mantém acuados; segundo, o fim do imposto sindical, que quebrou a maioria dos sindicatos e centrais sindicais. Para de fato acontecer, a greve geral que está sendo convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho dependerá, sobretudo, da paralisação dos serviços de transporte públicos: trens, metrô e ônibus. É o tipo de greve que pode tumultuar a vida das cidades, mas não tem fôlego para barrar a reforma.

Se o critério adotado para avaliar o resultado da reforma for essa correlação de forças, pode-se ter uma expectativa de que a reforma apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, será mitigada pelo relator. O regime especial de algumas categorias será

mantido; o alívio possível para os trabalhadores do setor privado será nas regras de transição.

G1 - TEMPO REAL

UFPE e UFRPE têm 218 bolsas de pós-graduação cortadas pela Capes em dois meses

Instituições tiveram 181 bolsas canceladas em junho e outras 37, em maio deste ano. Em todo o país, a Capes suspendeu pagamentos para 2,7 mil bolsistas.

As Universidades Federal (UFPE) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tiveram 218 bolsas de pós-graduação cortadas em dois meses. Desse total, 181 cancelamentos ocorreram em junho e outros 37, em maio deste ano. Em todo o Brasil, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** cortou 2,7 mil bolsas.

De acordo com a UFPE, a decisão da **Capes** anunciada em junho provocou o corte de 78 bolsas de pós-graduação. Desde maio, a instituição teve 111 bolsas cortadas, sendo 110 de mestrado e uma de pós-doutorado.

Os atuais bolsistas não devem ser afetados pela medida, segundo a instituição. O número equivale a 7,4% do total de bolsas da universidade.

Na UFRPE, foram cortadas, em junho, 71 bolsas de mestrado e outras 32 bolsas de doutorado. No mês anterior, o corte havia sido de quatro bolsas, sendo duas de mestrado e outras duas de doutorado.

Em nota divulgada pela **Capes** na noite da quarta (4), a decisão "levou em consideração o baixo rendimento de cursos ao longo dos últimos dez anos".

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o bloqueio deve ser feito "de forma gradual, respeitando critérios de qualidade e eficiência, além da inserção internacional dos pesquisadores e alunos".

Outras instituições

No interior do estado, a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) informou que não houve cortes de bolsas. No entanto, a previsão da instituição é perder seis benefícios em 2019 e outras 12, em 2020.

No Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), há quatro bolsas da **Capes** para programa Prodoutoral, para qualificação de professores para o doutorado. Nenhuma delas foi extinta, de acordo com a instituição.

Cortes de verbas

Em maio, o governo federal anunciou cortes de 30% de verbas em universidades de todo o país. Em Pernambuco, as instituições informaram que sofreram impacto com a medida.

A UFRPE e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) apontaram que, somado, o bloqueio no orçamento de 2019 chega a R\$ 45,8 milhões.

A UFPE informou que recebeu a notícia de bloqueio de R\$ 55,8 milhões. Assim, o corte estimado para as três principais instituições federais de ensino do estado chega a mais

de R\$ 101,6 milhões.

No IFPE, o impacto é de mais de R\$ 22,2 milhões. A UFRPE, por sua vez, teve R\$ 23,6 milhões bloqueados pelo Ministério da Educação (MEC).

Os cortes provocaram reações de reitores das instituições em Pernambuco. Durante encontro com deputados federais, eles entregaram uma carta com dados que mostram o impacto do corte de verbas.

Por causa dos cortes, estudantes e professores realizaram protestos em todo o Brasil. Em Pernambuco, o primeiro ato ocorreu no dia 15 de maio. No dia 30 do mesmo mês, grupos contrários ao contingenciamento de receitas da educação voltaram às ruas.

topo ↕

DIÁRIO DO SERTÃO - TEMPO REAL

Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB

O pró-reitor de pós-graduação da instituição informou que o impacto dos congelamentos só poderá ser analisado ao longo do tempo, por se tratar de bolsas que, ao ficarem disponíveis, não poderão ser aplicadas novamente.

Congelamento foi feito em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota três, na UFPB, UFCG e UEPB. Veja lista de áreas que foram afetadas.

As instituições públicas de ensino superior na Paraíba tiveram, ao todo, 338 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**), conforme dados fornecidos ao G1, nesta quarta-feira (5). O bloqueio de, em média, 70% foi anunciado na terça-feira (4) e atingiu, no estado, as universidades Federal da Paraíba (UFPB), Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba (UFCG).

De acordo com a **Capes**, o corte de 2,7 mil bolsas foi aplicado em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota 3. No entanto, não afeta aqueles que já recebem o benefício, apenas as bolsas que ainda seriam concedidas, para novas entradas nos programas.

Os dados apontam que, na Paraíba, deixarão de ser concedidas 260 bolsas de mestrado, 73 de doutorado e 5 de pós-doutorado. Veja abaixo as áreas que serão afetadas em cada universidade, com um percentual de congelamento, em cada curso, que varia de 50% a 70%.

UFPB

Na Universidade Federal da Paraíba, foram bloqueadas 120 bolsas de mestrado, 12 de doutorado e três de pós-doutorado, conforme a **Capes**. Para a pró-reitora de pós-graduação da instituição Maria Luiza Pereira, embora o impacto não seja imediato, a médio prazo isso pode resultar na redução da procura pelo curso e no consequente encerramento do programa, uma vez que não conseguirá atingir as metas.

Dados fornecidos pela UFPB sobre os bloqueios divergem dos da **Capes** e há diferenças nas informações que constam em cada sistema. Maria Luiza explicou que os números foram calculados pela Pró-Reitoria, tendo em vista um o percentual estabelecido de 70% e um arredondamento da quantidade para cima, quando o resultado não fosse um

número inteiro. Nesta reportagem, estão expostos os dados da **Capes**.

Mestrado

Engenharia Mecânica: tinha 20 bolsas, 14 foram congeladas, serão concedidas 6;
História: tinha 27 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 9;
Comunicação e culturas midiáticas: tinha 25 bolsas, 17 foram congeladas, serão concedidas 8;
Filosofia: tinha 24 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 8;
Biologia celular e molecular: tinha 22 bolsas, 15 foram congeladas, serão concedidas 7;
Serviço social: tinha 22 bolsas disponíveis, 15 foram congeladas, serão concedidas 7 ;
Tecnologia agroalimentar: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6;
Ciência do solo: tinha 13 bolsas, 9 foram congeladas, serão concedidas 4;
Artes visuais: tinha 7 bolsas, 4 foram congeladas, serão concedidas 3.

Doutorado

Engenharia Mecânica: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.
Pós-doutorado

Ciência do solo: tinha três bolsas, duas foram congeladas, uma será concedida;
Engenharia elétrica: tinha duas bolsas, uma será congelada, uma será concedida.
UFCG

Foram bloqueadas 122 bolsas de mestrado, 61 de doutorado e duas de pós-doutorado na Universidade Federal de Campina Grande, segundo os dados da **Capes**.

O pró-reitor de pós-graduação da instituição informou que o impacto dos congelamentos só poderá ser analisado ao longo do tempo, por se tratar de bolsas que, ao ficarem disponíveis, não poderão ser aplicadas novamente.

Mestrado

Engenharia química: tinha 26 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 8;
História: tinha 52 bolsas, 36 foram congeladas, serão concedidas 16 bolsas;
Física: tinha 39 bolsas, 27 foram congeladas, serão concedidas 12;
Ciência animal: tinha 23 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 7;
Engenharia mecânica: tinha 19 bolsas, 13 foram congeladas, serão concedidas 6;
Ciências florestais: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.

Doutorado

Engenharia química: tinha 45 bolsas, 31 foram bloqueadas, serão concedidas 14;
Engenharia de processos: tinha 43 bolsas, 30 foram bloqueadas, serão concedidas 13.
Pós-doutorado

Engenharia de processos: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;
Física: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;

UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba teve 18 bolsas de mestrado bloqueadas, de acordo com os dados da **Capes**. O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da UEPB, mas, até as 19h desta quarta-feira (5), não recebeu uma resposta.

Mestrado

Desenvolvimento regional: tinha 15 bolsas, 10 foram congeladas, serão concedidas 5;
Saúde pública: tinha 12 bolsas, 8 foram congeladas, serão concedidas 4.

topo ↕

DIREITO DESCOMPLICADO - TEMPO REAL

MPF promove audiência pública sobre impactos do corte de verbas da Ufes e do Ifes

MPF promove audiência pública sobre impactos do corte de verbas da Ufes e do Ifes
Evento acontece nesta segunda-feira (10), às 16 horas, no Teatro Universitário, na Ufes

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, promove, nesta segunda-feira, 10 de junho, às 16 horas, a audiência pública “Defesa da Educação: impactos dos cortes de verbas da Ufes e do Ifes”.

A audiência será realizada no Teatro Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), localizado no campus de Goiabeiras, em parceria com os Comitês de Defesa da Educação, que foram instituídos nos âmbitos das duas instituições de ensino e que contam com a participação de representantes dos professores, servidores e alunos.

O evento contará com a presença da procuradora regional dos Direitos do Cidadão no Estado, Elisandra de Oliveira Olímpio, além dos dirigentes das instituições e representantes dos comitês. Também foram convidados representantes das Defensorias Públicas da União e do Estado; do Ministério Público Estadual; das prefeituras dos municípios que têm unidades da Ufes e do Ifes; deputados federais e estaduais; senadores; vereadores de Vitória; entre outros.

Verbas. No início do mês de maio deste ano, o Ministério da Educação anunciou cortes no repasse de verbas para as instituições de ensino superior no país. Por conta disso, o MPF pediu a cada instituição do Espírito Santo que apresentasse o impacto que esse corte causaria em seu funcionamento.

Os números apresentados dão conta de que as verbas contingenciadas não abrangem despesas com pessoal, cujo montante representa cerca de 85% das despesas das entidades e sobre os quais não pode haver corte. Excluído esse percentual, a redução anunciada representa 38% sobre o total das demais verbas de custeio e de investimento das receitas previstas para 2019 tanto para Ufes, quanto para o Ifes.

Entre os efeitos concretos dessa redução destacam-se a impossibilidade de aquisição de material e de realização de pesquisas de campo ou de laboratório; a morte de animais em unidades agrícolas que, em alguns casos, representará perda de dez anos de pesquisa científica no campo de genética animal; não renovação de bolsas de pesquisa mantidas pelas instituições; sem contar diversos contratos administrativos que precisarão ser rescindidos, já que muitos deles já sofreram redução de quantitativos nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93 (lei de licitações).

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** exige, como contrapartida para liberação de bolsas de pesquisa, que as próprias instituições de

ensino também mantenham bolsas de pesquisas por elas custeadas, na mesma proporção das disponibilizadas. Em relação a esse aspecto, a perspectiva é de não renovação de bolsas de pesquisa, o que acabará com a iniciação científica na Ufes e no Ifes. Há, ainda, risco de impactos econômicos e sociais, em relação às bolsas assistenciais fornecidas e, até mesmo, nas economias locais, notadamente, em pequenos municípios que sediam unidades das duas instituições de ensino.

Alunos. Segundo as informações prestadas pelas unidades de ensino, aproximadamente 68% dos estudantes da Ufes e cerca de 75% do Ifes são oriundos de famílias cuja renda per capita varia entre zero a um salário-mínimo e meio. “Esses dados expõem a complexidade da situação e a potencial inviabilização do acesso ao ensino público, especialmente superior, a uma camada da população que somente veio a ter o direito de frequentar universidade a partir da Constituição de 1988”, explica a procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Elisandra de Oliveira Olímpio.

Edital de Convocação de Audiência Pública

Serviço:

Audiência pública “Defesa da Educação: impactos dos cortes de verbas da Ufes e do Ifes”

Data: 10/06/19

Horário: às 16 horas

Local: Teatro Universitário da Ufes

Assessoria de Comunicação

Ministério Público Federal no Espírito Santo

E-mail: pres-ascom@mpf.mp.br

Telefones: (27) 3211-6444 // 3211-6489

www.twitter.com/MPF_ES

topo 

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Cortes no orçamento da UFGD são tema de audiência pública com acadêmicos

Estudantes, professores e técnicos administrativos participaram na noite de terça-feira (4) da Audiência Pública com a Reitoria sobre os cortes no orçamento da UFGD, organizada pela ADUF DOURADOS (Sindicato dos Professores da UFGD), no Centro de Convivência.

O reitor em exercício, Marcio Barros, e a pró-reitora de Avaliação Institucional e Planejamento, Cristiane Stolte, explicaram várias questões que preocupam a comunidade acadêmica. Confira alguns pontos abordados:

- Qual é a diferença entre corte/bloqueio e contingenciamento?

Há quatro anos o orçamento da UFGD sofre contingenciamentos, ou seja, o Governo Federal vai liberando aos poucos os recursos previstos para o ano todo. A principal diferença deste ano foi o bloqueio, em 30 de abril, do equivalente a 48% do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), aproximadamente R\$ 31 milhões, para despesas de custeio e investimentos, sendo 30% das despesas discricionárias e a integralidade dos recursos de emenda parlamentar recebidos. Esse valor foi retirado do sistema, não pode mais ser visualizado e não existe garantia de que será devolvido. Por

isso é entendido como um corte.

- Qual o valor do contingenciamento e corte na UFGD?

São aproximadamente R\$ 31 milhões de recursos para custeio e investimento, os quais são chamados de despesas discricionárias. O custeio (R\$ 12,3 milhões) envolve os recursos para pagamento, por exemplo, das contas de água e energia, dos contratos de vigilância, limpeza, manutenção predial e de locação de veículos. O investimento (R\$ 18,9 milhões) atinge a compra de equipamentos, livros, materiais permanentes (mesas, cadeiras, reagentes de laboratório etc.) e a conclusão das obras que estavam paralisadas. Esse valor de investimento foi de emenda da bancada federal de MS (deputados federais e senadores) e iria ser usado para reformar o auditório da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), terminar o prédio da Reitoria, construir um prédio administrativo para que todas as Unidades de Pró-reitorias fossem para a Cidade Universitária, além de comprar os equipamentos de laboratórios e móveis para os prédios novos. O bloqueio afetou também as ações de capacitação, publicidade, e os programas Idiomas sem Fronteiras e INCLUIR (Programa de Acessibilidade na Educação Superior).

- Quais impactos terão na Universidade?

Nos últimos anos a Universidade tem sido impactada por cortes e contingenciamentos, sendo assim, já vinha realizando um esforço intenso para otimizar os recursos e economizar nos contratos. Na atual conjuntura, se os recursos não forem liberados, a UFGD terá que interromper contratos que empregam funcionários terceirizados, afetando dezenas de famílias douradenses que atuam na limpeza, vigilância, manutenção predial, no transporte etc., inviabilizando ainda, o funcionamento da universidade em alguns setores. Dos aproximadamente 400 terceirizados, se o Governo Federal não liberar logo o limite do orçamento, cerca de 70 trabalhadores ficarão desempregados ainda neste mês. A incerteza é tão grande que não há recursos suficientes para arcar com as despesas da conta de energia da UFGD a partir do mês de junho.

Diante desta situação, alguns fornecedores não querem mais atuar com a UFGD e com outras universidades devido a instabilidade e insegurança quanto ao recebimento do pagamento dos contratos e entrega de bens e materiais de consumo. Exemplo disso são as empresas contratadas com recursos do ano passado para as obras da Faculdade de Engenharia (FAEN), da Faculdade de Educação a Distância, da biblioteca da Faculdade de Direito (FADIR) e da complementação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). A autorização para o início da execução dos serviços foi assinada em 23 de maio, no entanto há mais um desafio pela frente que trata-se do recebimento de recursos financeiros para o efetivo pagamento dos serviços prestados, o qual terá que ser tratado diretamente junto ao MEC visto que, além do contingenciamento orçamentário, os recursos financeiros têm sido liberados apenas uma vez por mês. Por vezes não recebe-se o montante necessário para o pagamento das despesas mensais e ainda acarretam atrasos e o descumprimento da legislação pertinente.

- O que foi efetivamente contingenciado/cortado nas unidades acadêmicas?

Nas Unidades Acadêmicas (Faculdades) o impacto foi de 44%, conforme memorando circular nº 46/2019 da PROAP. Cada Faculdade discutiu internamente e definiram os

itens a serem contingenciados de acordo com suas prioridades e especificidades, abrangendo a aquisição de materiais gráficos, diárias e passagens, transporte, aquisição de material de consumo e materiais permanentes. Isso afeta diretamente a qualidade do Ensino, Pesquisa e Extensão. Em algumas unidades acadêmicas as aulas de campo podem ser suspensas ou experimentos em laboratório não poderão acontecer, por falta de reagentes.

A maioria dos estudantes presentes na audiência pública era da Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e a preocupação mais urgente deles é com a hospedagem. O curso ocorre em alternância entre o Tempo Universidade (os acadêmicos ficam alojados e as atividades ocorrem nas dependências da UFGD) e o Tempo Comunidade (aulas com os professores que se deslocam até os polos e desenvolvem atividades com os acadêmicos). Hoje eles estão em Dourados com os recursos já empenhados, mas no cenário atual a universidade não tem limite de empenho para garantir os recursos para a próxima etapa. Portanto, eles irão embora sexta-feira sem saber quando poderão retornar. Durante a audiência pública, a pró-reitora Cristiane Stolte explicou que essas despesas já estão previstas desde dezembro do ano passado e que conforme o Governo Federal for liberando, a UFGD poderá empenhar, mas que não se sabe quando ocorrerá a liberação de limites para garantir o empenho das despesas. Na ocasião também foi lembrado que o curso já foi prejudicado pelo Governo Federal em 2017 com o cancelamento do PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo).

- Como ficarão as bolsas?

Os recursos destinados a assistência estudantil via PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) não tiveram seus valores bloqueados, mas também não foram recebidos na totalidade sendo liberado até o momento 40% dos recursos previstos. No entanto, na universidade existem diferentes modalidades de bolsas. Das bolsas com recursos da **Capes**, por exemplo o prejuízo foi com o recolhimento de uma bolsa de doutorado de Geografia e algumas bolsas que sumiram do SCBA (Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios) que gerencia o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).

- Como está o imbróglgio sobre a lista tríplice para Reitoria 2019-2023?

Neste domingo termina o mandato da reitora Liane Calarge (nomeada em 2 de junho de 2015 e empossada em 9 de junho de 2015) e na segunda-feira termina o do vice-reitor Márcio Barros. Enquanto estiver valendo a liminar que suspende a lista tríplice, a partir de segunda-feira ficará instituída a vacância da reitoria. No caso da vacância, surge a figura do reitor pró-tempore (interventor) e a Presidência da República pode indicar para esse cargo qualquer professor doutor, seja da UFGD ou de outra universidade, mas que seja da carreira docente.

Se for derrubada a liminar pela segunda instância judicial (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), qualquer pessoa da lista tríplice pode ser nomeada. Atualmente o MEC nomeia e dá posse via Casa Civil. Antes isso era feito somente pelo MEC.

topo ↕

ENTORNO INTELIGENTE - TEMPO REAL

Novo corte feito pela Capes afeta 17 bolsas

As universidades estaduais paulistas — USP, Unesp e Unicamp — foram afetadas pelo corte de bolsas anunciado na última terça-feira pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Foram congeladas nessas instituições 65 bolsas de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. No total, houve o bloqueio de 2.724 bolsas de pós-graduação no País. Os cortes, segundo a **Capes**, atingiram cursos que, nas duas últimas avaliações, tiveram notas 3 ou que registraram redução da nota de 4 para 3 na última avaliação realizada pelo órgão.

Na Unicamp, serão congeladas 17 novas bolsas de mestrado e doutorado. De acordo com a universidade, o novo corte afetou exclusivamente 70% das bolsas de um dos programas, avaliado com nota 4 na Avaliação Trienal 2013 e nota 3 na Avaliação Quadrienal 2017. Até o momento, 57 bolsas de pesquisa foram congeladas na Unicamp, desde o início do anúncio dos cortes. No primeiro corte, a Unicamp teve 40 bolsas canceladas no Programa Demanda Social (programas 3, 4 e 5). Deste montante, 23 eram de doutorado e 17 de mestrado. Regiões Em números absolutos, as instituições que tiveram mais cortes de bolsas de mestrado e doutorado foram a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

As três tiveram, respectivamente, 183, 168 e 123 bolsas congeladas. Considerando todas as instituições da Região Nordeste, a proporção de cortes em relação ao total de auxílios oferecidos, em cursos mal avaliados, foi de 65%, mesma porcentagem das regiões Sul e Sudeste. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, houve menos cortes (53,4% e 31,54%, respectivamente). Segundo o governo, a diferença foi feita para “resguardar a política de redução de assimetrias regionais”. A **Capes** já havia anunciado, em maio, cortes de 3.474 bolsas de pós-graduação. Os bloqueios, nessa primeira etapa, de acordo com o governo, atingiam cursos com vagas ociosas, ou seja, que estavam abertas, mas sem preenchimento. Com a nova medida anunciada nesta terça, portanto, o número de auxílios cortados chega a 6.198.

Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) criticou a medida, que, segundo o órgão, “agrava ainda mais a concentração da pesquisa no Centro-Sul e perpetua as desigualdades regionais do País”. Anderson Ribeiro Correa, presidente da **Capes**, disse que espera que esse seja o último bloqueio. Segundo ele, as bolsas que estão sendo congeladas podem ser retomadas se houver melhoria do cenário econômico, mas não há um prazo determinado para isso. Correa também justificou que os cortes ocorrem apenas para as instituições que têm “a menor nota possível para cursos em vigor”. Avaliação A **Capes** faz uma avaliação a cada quatro anos dos programas de pós-graduação stricto sensu, que recebem notas de 1 a 7. Avaliações na escala 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade. (com Estadão Conteúdo)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufba tem bloqueio de mais 54 bolsas de pesquisa e de R\$ 2,5 milhões em verbas para mobilidade internacional

Informação foi divulgada pela instituição de ensino nesta quinta-feira (6), um dia após ser comunicada da decisão pelo Ministério da Educação.

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) informou, nesta quinta-feira (6), que mais 54 bolsas de pesquisa de mestrado, doutorado e pós-doutorado foram bloqueadas pelo

Ministério da Educação (MEC) em processo de contingenciamento que já havia suspenso, no início de maio, outras 82 bolsas. A instituição também divulgou que houve bloqueio de R\$ 2,5 milhões em verbas para mobilidade internacional de estudantes.

O pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da instituição, Olival Freire, diz que a universidade foi comunicada da decisão do MEC na quarta (5).

As bolsas que foram bloqueadas seriam destinadas a novos alunos aprovados em programas de mestrados, doutorado e pós-doutorado da instituição. A medida não atinge quem já recebe bolsas. O G1 não conseguiu contato com o Ministério da Educação, nesta quinta, para falar sobre esses novos bloqueios.

"O impacto é que nós estamos travando, estamos inviabilizando carreiras científicas ou mesmo a formação qualificada de pessoas para atuação na sociedade. Tivemos cursos que perderam essas bolsas como o de física, cultura e sociedade, saúde, ambiente e trabalho, o curso de contabilidade e outros. Mas só esses podem nos dar uma ideia de quais são as áreas de conhecimento que serão prejudicadas, porque os estudantes não poderão prosseguir seus programas de mestrado e doutorado sem a bolsa", afirma Freire.

"No início de maio, perdemos outras 82 bolsas. Somando os dois cortes, já perdemos mais de 10% das bolsas de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. E o Ministério da Educação promete um novo corte nos próximos meses", complementa o pró-reitor.

Bloqueio de verbas

A Ufba informou, em maio, que o bloqueio de recursos da instituição pelo Ministério da Educação (MEC) tinha sido ampliado de R\$ 37 milhões para mais de R\$ 55 milhões.

O reitor, João Carlos Salles, disse que somente dos recursos para custeio, a verba bloqueada chegou a R\$ 49.703.394. O dinheiro do custeio é destinado ao pagamento de contas como água, luz, telefone, internet, limpeza e vigilância. Já dos recursos para investimento, a verba bloqueada chegou a R\$ 6.203.047.

O MEC informou, na ocasião, que "o bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas".

Conforme o Ministério, a Ufba teve R\$ 50.404.206 bloqueados, e tem R\$ 199 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo o Ministério, desse valor, 40% foram liberados no início do ano, para custear despesas até junho.

O MEC ainda afirmou que Universidade Federal da Bahia não tinha usado os recursos já liberados para investimento e que ainda tinha R\$ 665.337 disponíveis para utilizar até junho. Já em custeio, de acordo com o Ministério da Educação, a unidade "tem disponíveis R\$ 42 milhões para gastar até o próximo mês".

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que não haveria corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais, mas sim um contingenciamento. Ele destacou, ainda, que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

Ufba

Atualmente, a Ufba tem 40 mil alunos, divididos entre os três campi da instituição, em Salvador, Camaçari, na região metropolitana, e Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. A universidade oferece 105 cursos de graduação e 136 de pós-graduação (54 doutorados e 82 mestrados).

A instituição é a 1ª do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250 universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as mil melhores do mundo, e 36 entre as 1.100.

Além da Ufba, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (Ufsb) também relataram cortes orçamentários, que chegam a cerca R\$ 40 milhões.

topo ↕

INFOREX - TEMPO REAL

Pesquisa veste aves com mochilas de GPS para entender migração

Uma pesquisa da Unesp em Rio Claro está equipando aves com “mochilas de GPS” para entender um pouco melhor o seu processo de migração e qual o impacto que a urbanização exerce sobre ele. Além do componente tecnológico, a pesquisa também conta com a colaboração de observadores de aves que ajudam no monitoramento das espécies, aplicando o conceito de ciência cidadã à pesquisa.

O projeto tem foco em áreas verdes e parques das cidades e em algumas das espécies de aves que ocupam estas áreas, como a peitica (*Empidonomus varius*), o bem-te-vi-rajado (*Myiodynastes maculatus*), o suiriri (*Tyrannus melancholicus*) e a tesourinha (*Tyrannus savana*). As espécies foram escolhidas por sua larga distribuição geográfica, por realizarem migração austral (dentro do continente) e por serem conhecidas pelo público em geral, o que facilita a participação cidadã na pesquisa.

“Qualquer pessoa que esteja andando de setembro a fevereiro em parques como o Ibirapuera, parque do Carmo ou o campus da Unesp de Rio Claro pode encontrar essas aves com menos de 50 gramas. Todos os anos elas viajam milhares de quilômetros e voltam para se reproduzir em nossos parques”, explica a pesquisadora Karlla Barbosa, que recebe uma bolsa da **CAPES** para desenvolver seu projeto de doutorado.

Fiel ao lar

Em um primeiro momento da pesquisa, ainda em 2017, ela e seu orientador, Alex Jahn, pesquisador vinculado à Unesp e à Indiana University, dos Estados Unidos, colocaram anilhas coloridas nas patas de aproximadamente 50 aves. O procedimento constatou que, após a migração, 50% delas voltaram exatamente para o mesmo ninho de onde partiram, um comportamento conhecido como filopatria.

O monitoramento do retorno das aves foi possível com a colaboração de cidadãos que

entraram em contato com a pesquisadora notificando ter encontrado aves anilhadas em áreas verdes das cidades de São Paulo, Guarulhos ou Rio Claro. “A ajuda do cidadão comum no reconhecimento das espécies é uma forma de conseguirmos dados, mas, mais importante ainda, é também uma ferramenta que ajuda no engajamento das pessoas com a conservação das espécies”, celebra a pesquisadora.

Uma das intenções ao se colocar as anilhas coloridas nas aves era pra saber se elas voltariam ao mesmo local. Uma vez comprovado essa fidelidade ao local de partida, a pesquisa quer saber agora para onde elas vão exatamente. Dados de ciência cidadã obtidos em plataformas de observadores de aves, como o eBird ou o Wikiaves, têm mostrado que eles estão no sul e sudeste do Brasil entre os meses de agosto e março, mesmo período em que as populações do norte e nordeste desaparecem ou diminuem.

01pesquisaavesgps.jpg

Três etapas da pesquisa: na primeira foto (à esquerda), indivíduo anilhado na altura retorna ao ninho após a internada; no centro, imagem da ave já “vestindo” a mochila de GPS; na última foto (à direita), o detalhe do GPS que tem o tamanho de uma moeda de 5 centavos (Crédito: Divulgação)

“Isso corrobora com o que já foi descrito na literatura científica, mas ainda persistem algumas perguntas como, para onde vão os indivíduos dos parques urbanos de São Paulo, se as aves ficam o período de internada inteiro no mesmo lugar ou se fazem muitas paradas pelo caminho”, aponta a pesquisadora de Rio Claro. Karlla explica que, ao migrarem, as aves passam por vários locais e interagem em vários ambientes. Portanto, conhecer os locais por onde elas passam pode nos ajudar a entender a importância desses locais para as espécies.

“Os parques urbanos são um bom exemplo disso. Pense em uma árvore que o bem-te-vi-rajado usou de ninho no ano passado e agora ele voltou para o mesmo local. Se a árvore e seu ninho não estiverem mais lá é como se você viajasse de férias e quando voltasse não encontrasse mais sua casa, seu lar. Ele tem que se reorganizar e buscar outra árvore ou mesmo outro parque, e nisso ele pode perder o tempo de se reproduzir naquele ano”, afirma.

Vídeo mostra a colocação do GPS no bem-te-vi-rajado

GPS de 1 grama

A mochila de GPS que os bem-te-vis-rajados vestem são presas ao corpo do animal por um fio de silicone. Esse tipo de tecnologia capta informações de satélite para a localização, porém não manda a informação em tempo real, o dispositivo apenas armazena a informação no aparelho. Aparelhos que enviam a geolocalização em tempo real pesam mais de 5 gramas, ultrapassando o limite sugerido de 3% do peso do animal. “O GPS que usamos pesa 1 grama e tem o tamanho de uma moeda de 5 centavos”, explica.

Em estudos anteriores que também utilizaram a tecnologia das mochilas, o orientador Alex Jahn encontrou a rota migratória das tesourinhas. O trabalho constatou que alguns indivíduos que saem do sudeste do Brasil chegam em grandes grupos para passar o

período não reprodutivo ao norte do continente sul americano. Essa pequena ave migratória que ocupa os parques urbanos do sudeste para se reproduzir, também estão presentes em Buenos Aires, na Argentina.

Algumas dessas tesourinhas receberam a mochila tecnológica e os dados obtidos revelaram que essas aves migraram para a região Noroeste da América do Sul, entre o Peru, Colômbia e Brasil, e depois foram para a Venezuela passar o resto do inverno. Todo esse deslocamento demorou de 7 a 12 semanas, apenas, e com uma velocidade média de 45 a 66 km por dia. No total, as tesourinhas viajaram mais de 4 mil quilômetros em suas migrações.

Assim como feito com as tesourinhas, o estudo com as mochilas de GPS dos bem-te-vis-rajados espera descobrir, a partir de setembro, qual a trajetória e o destino da jornada desses seres viajantes e quantos dias eles demoram a chegar ao seu ponto final e retornarem para casa.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Manifesto dos ex-reitores da Universidade Federal de Minas Gerais

Dirigentes de seis gestões anteriores conclamam sociedade a defender Instituição

Os abaixo-assinados, ex-reitores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vêm a público manifestar sua indignação perante os ataques de diferentes naturezas de que são alvo as universidades públicas federais brasileiras, entre elas a UFMG.

Membros do governo e várias redes sociais estão, há algum tempo e com crescente intensidade, divulgando imagens e acusações, algumas pontuais e outras genéricas e infundadas, visando macular instituições que constituem um patrimônio do país, construído durante décadas com a contribuição de várias gerações de brasileiros e brasileiras. Somam-se a isso violações constantes do preceito constitucional que garante a autonomia universitária.

As universidades públicas respondem pela quase totalidade da pesquisa brasileira e por mais de 80% dos cursos de mestrado e doutorado do país. Formaram ao longo de sua história muitos dos melhores quadros profissionais do país em todos os campos do conhecimento. Para exemplificar, são ex-alunos da UFMG Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade.

O Hospital das Clínicas da UFMG, hospital universitário de ensino, pesquisa e extensão, exclusivo para atendimento pelo SUS, é o único em Minas Gerais que garante, para esse sistema, a oferta de procedimentos de alta complexidade, como transplantes, e mantém um centro de telessaúde, que atende vários municípios mineiros. O Hospital Risoleta Tolentino Neves, desde sua implantação pela UFMG em 2006, com atendimento exclusivo pelo SUS, tornou-se elemento indispensável à rede do Estado de Minas Gerais e Região Metropolitana.

No campo da pesquisa, fundamental para o avanço do conhecimento, a UFMG possui, entre as universidades brasileiras, o maior número de patentes depositadas no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e no World Intellectual Property (WIPO). A insulina humana recombinante para o combate ao diabetes mellitus e a vacina contra a leishmaniose são apenas dois exemplos de pesquisas desenvolvidas na UFMG que trazem enormes benefícios para a população brasileira.

A extensão universitária saiu de seus limites geográficos e implantou programas de alto impacto social, contribuindo, de forma decisiva, para a solução de graves problemas da sociedade brasileira, especialmente nas regiões mais carentes. Um exemplo é o programa Participa UFMG, que atua na reconstrução de Mariana e Brumadinho.

Pela avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), vinculado ao MEC, a graduação da UFMG é classificada com a nota máxima (5). Entre seus cursos de pós-graduação, 66% estão avaliados pela **Capes** em nível de excelência. Nos rankings de universidades, a UFMG também se destaca. Foi classificada, pelo Ranking de Universidades Folha (RUF), em primeiro lugar, na dimensão ensino, e em terceiro lugar no âmbito geral no Brasil. Pelo Times Higher Education (THE), a UFMG está classificada entre as 10 melhores instituições de ensino superior da América Latina e entre as 300 melhores do mundo.

Esse é o patrimônio que vem sendo desrespeitado e maculado, seja pela má-fé daqueles que desejam destruir as universidades públicas, seja pelo desconhecimento dos que acreditam facilmente em qualquer informação divulgada sem nenhuma comprovação. Esse tipo de notícia certamente visa criar condições para o desmonte do parque universitário público, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento do país. Aos ataques contra dirigentes e membros da comunidade universitária somam-se os sucessivos cortes orçamentários, que assumiram recentemente uma proporção tal que inviabilizará o funcionamento das universidades, comprometendo a formação de recursos humanos e interrompendo de forma irreparável projetos de pesquisa em andamento, vitais para o futuro da economia e da sociedade brasileiras.

Como se não bastasse esse desmonte, as agressões contra as universidades e seus membros ultrapassaram todos os limites da civilidade e da convivência democrática e respeitosa. Palavras ofensivas e atitudes inaceitáveis são usadas contra dirigentes, professores, servidores e estudantes. Áreas importantes como as humanidades, relevantes e imprescindíveis para a formação crítica e cidadã, são desvalorizadas em falas dos principais dirigentes do país.

Reconhecemos a grave situação econômica em que se encontra o país. Mas é sabido que, em épocas de crise, é necessário garantir que sejam preservados os investimentos portadores de futuro, que promovem o desenvolvimento da nação.

Como ex-reitores, sabemos que, por mais competente e eficiente que seja a gestão da UFMG, não há como assimilar os cortes orçamentários atuais sem gravíssimos prejuízos ao ensino, à pesquisa e à extensão. As consequências serão imensas para o futuro de Minas Gerais e do Brasil.

Por isso, conclamamos a sociedade de Minas Gerais e do país, assim como nossos parlamentares a se juntarem a nós e à comunidade da UFMG em defesa desta Instituição que nos foi legada pelos que nos antecederam e que devemos preservar para as próximas gerações.

Tomaz Aroldo da Mota Santos (gestão 1994-1998)

Francisco César Sá Barreto (gestão 1998-2002)

Ana Lúcia Almeida Gazzola (gestão 2002-2006)

Ronaldo Tadêu Pena (gestão 2006-2010)

Clélio Campolina Diniz (gestão 2010-2014)

Jaime Arturo Ramírez (gestão 2014-2018)

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Estudo traz dados para melhorar treino de corrida em jogadores de futebol jovens Entre outros achados, pesquisa revela que desempenho muda em função da idade e posição do jogador e isso pode impactar o treinamento

É comum a quem assiste a um jogo de futebol pela televisão, ver na tela a informação de quanto um determinado jogador correu dentro de campo ao longo da partida. Essa informação, que a princípio revela o nível de preparação do atleta, passa a ser objeto de estudo acadêmico com outro direcionamento: o atleta em formação. A importância do desempenho de corrida em campo, principalmente durante competição, é relativamente nova na busca de aperfeiçoamento do atleta em categorias de base. Esses dados de desempenho de corrida em um jogo de futebol são geralmente úteis para ajudar no entendimento do jogo e, principalmente, na tomada de decisão sobre o conteúdo de treinos e prescrições pela comissão técnica do time.

Para entender como a literatura acadêmica vem tratando dessa questão e lançar luz sobre novas propostas de estudo que permitam fornecer subsídios aos técnicos de futebol e aos preparadores físicos, o estudante Luiz Henrique Palucci Vieira, da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP) da USP, mergulhou no assunto ao produzir sua dissertação de mestrado.

Vieira quer entender aspectos específicos como, por exemplo, qual a influência que um jogo em casa ou fora de casa pode ter sobre o desempenho de corrida, se o placar da partida ou a qualidade do adversário influencia no desempenho. Ele quer também identificar a partir de qual idade o desempenho de corrida passa a exibir diferenças com significado prático entre posições de jogo. “Isso tem uma implicação importante para o direcionamento do treinamento específico para cada posição, e se isso é realmente necessário”. Ele quer saber se o desempenho de corrida vai requerer treinamento específico para o jogador em função de sua posição. São respostas que ele ainda não encontrou.

Estádio, calendário e boa gestão mudaram a economia do futebol

No futebol, idade é documento para desempenho em campo

O pesquisador iniciou os estudos, procurando entender como a literatura acadêmica trata do assunto. Fez buscas em quatro bases de dados: PubMed, ISI Web of Science, SPORTDiscus e SciELO e usou os descritores “futebol”, “jovem”, “júnior”, “desempenho físico”, “desempenho de corrida”, “desempenho de corrida em jogo”, “padrões de deslocamentos”, “time-motion analysis”, “distâncias percorridas”, “perfil de atividades”, “taxa de trabalho”, “análise de jogo” e “desempenho de jogo”.

Ele considerou apenas artigos originais escritos em inglês, que estudaram populações de

jovens jogadores, das categorias com idade igual ou inferior a sub-20, publicados ou impressos até 31 de dezembro de 2017 e contendo pelo menos uma medida de resultado de desempenho de corrida em jogo, tal como distância total percorrida, velocidade pico de jogo ou indicadores de atividades executadas em determinadas faixas de velocidade.

Encontrou 5.801 registros que viraram 50 artigos, após remover as duplicatas e aplicar critérios de exclusão e inclusão. Os resultados desses artigos foram extraídos e sintetizados para análise. A maioria, 62%, cobriu o continente europeu. Os principais objetivos dos estudos, 20% deles, foram examinar diferenças entre posições de jogo; 26% se dedicaram às diferenças entre grupos de idade e 36% foram elaborados para entender possíveis oscilações entre períodos/meio-tempo de jogo. Achados consistentes apontam para a influência da posição de jogo e da idade na resposta de desempenho de corrida em jogo, quando utilizadas faixas de velocidade fixas, mas não houve consenso claro sobre reduções nas atividades durante o decorrer de partidas.

O foco no desempenho de corrida em campo é relativamente novo na busca de aperfeiçoamento do atleta – Foto: Jassss via Wikimedia Commons / CC BY-SA 4.0
Um dado importante desse levantamento, segundo Vieira, é que enquanto 32% de todos os estudos analisaram as correlações entre desempenho de corrida em jogo e aptidão física, marcadores bioquímicos/fisiológicos e composição corporal, cerca de 70% destes mesmos estudos não levaram em conta a posição de cada jogador no time, o que gera um viés muito grande nos resultados. Além disso, similarmente ao que ocorre em profissionais adultos, calendários congestionados também afetam a performance de jogo em jovens.

Nessa revisão sistemática, o pesquisador detectou que estudos sobre resultados de desempenho em função da posição de cada jogador até são consistentes. “Mas até o momento falta o estabelecimento de diferenças que na prática são importantes. Qual é o tamanho do efeito para as variáveis de desempenho de corrida que faz diferença na prática?”

Segundo o professor Paulo Roberto Pereira Santiago, da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP) da USP e orientador da pesquisa, a revisão sistemática (esse estudo) geralmente tem um grande poder de síntese do atual estado da arte de um determinado aspecto da ciência. “Nesse caso, é feito um compilado de trabalhos sobre o desempenho de corrida de jovens e adolescentes jogadores futebol. A literatura já tem uma boa gama de trabalhos sobre esses parâmetros, como distância percorrida, velocidade média e outras variáveis de jogadores de futebol profissional ou amadores adultos. Esse trabalho foca nos jovens e adolescentes. Nesse caso, contribui bastante para treinadores, através de parâmetros norteadores de treinamentos.”

A pesquisa vai continuar nesse sentido, com foco em preencher as lacunas de conhecimento sobre temas que podem impactar diretamente a prática do futebol, mas foram muito pouco explorados até então, como, por exemplo, estratégias de suplementação alimentar e métodos de recuperação pós-jogo, para que a partir daí se estabeleça um cronograma de treinamento que possa fazer esse jogador apresentar melhor rendimento em campo.

Um artigo que resume o estudo, Match Running Performance in Young Soccer Players:

A *Systematic Review*, fruto do mestrado do pesquisador, foi publicado em fevereiro deste ano na revista especializada *Sports Medicine*, uma das mais prestigiadas publicações acadêmicas da área no mundo. A pesquisa contou com apoio da Fapesp e da **Capes**.

topo ↕

LEIA JÁ - NOTÍCIAS

UFRPE e Univasf sofrem com cortes de bolsas de estudos

Os cortes devem ser sentidos já nas próximas semanas

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) sofreram novo corte de verbas em bolsas de pós-graduação e doutorado. Estima-se que mais de 120 bolsas tenham sido suspensas só na segunda fase dos cortes. A UFRPE já havia suspenso quatro bolsas entre abril e maio deste ano. Sendo duas de pós-graduação e duas de doutorado.

Segundo a UFRPE, o novo corte afeta 71 bolsas de mestrado e 32 de doutorado que, na medida em que forem concluídas pelos estudantes, serão fechadas. A universidade também informou que o corte deverá ser sentido nas próximas semanas, já que há alunos que irão se formar.

A Univasf já apresentou seu primeiro corte de bolsas de estudo. São 18 bolsas suspensas. Os cortes foram anunciados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que congelou cerca de 2.724 bolsas de mestrado e doutorado em todo o país a partir deste mês. De acordo com a entidade, o bloqueio se dá pela necessidade do cumprimento do contingenciamento de R\$ 300 milhões, determinado pelo Governo Federal.

Em nota, a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) se posicionou sobre o assunto. “Os cortes nas bolsas de estudos em programas com conceito 3 e 4 atingirão principalmente a pós-graduação nas regiões Nordeste e Norte do país. Essa lógica aprofunda ainda mais as assimetrias regionais na produção científica brasileira, além de tirar os instrumentos necessários para que esses programas possam progredir”, afirmou a instituição.

CAPES retirou 78 bolsas de pós-graduação na UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco confirmou, nesta quarta-feira (5) o bloqueio de 78 bolsas nos seus cursos de mestrado e pós-graduação. Na primeira suspensão, a universidade 33 bolsas de mestrado, doutorado e pós-graduação.

O Leia Já entrou em contato com para a **CAPES** para questionar detalhes do último bloqueio, contudo, até a publicação desta matéria, não foi obtido o retorno.

topo ↕

MILK POINT - TEMPO REAL

Inscrições abertas para o Mestrado em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados da UNOPAR

Estão abertas até o dia 29/07/2019 as inscrições para o processo seletivo do curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados da UNOPAR, em Londrina-PR. Com duração de 2 anos, aulas presenciais e recomendado pela **CAPES**, o curso capacita profissionais de nível superior para atividades de ensino, pesquisa e inovação tecnológica, possuindo laboratórios próprios e equipamentos específicos para o

desenvolvimento de pesquisas com foco em composição, qualidade e tecnologia de leite e produtos lácteos. Informações importantes seguem no folder abaixo.

Inscrições abertas para o Mestrado em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados da UNOPAR

Os interessados também podem acessar a página da UNOPAR (ver abaixo) ou telefonar para (43) 3371-7993 ou 3371-7834.

Para acessar a página do programa >

<https://pgsskroton.com.br/unopar/programa.php?programa=3>

topo ↕

O PETRÓLEO - TEMPO REAL

Petronect lança laboratório de inovação com foco em atender o mercado

A Petronect, empresa criada para prover serviços de comércio eletrônico relacionados à aquisição de bens e serviços de óleo e gás, segue engajada nas tendências de mercado. Depois de um hackaton de blockchain em 2018, a marca inaugura, novamente em parceria com o Laboratório de Engenharia de Software (LES), do Departamento de Informática do Centro Técnico Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CTC/PUC-Rio), o Laboratório Petronect de Inovação Digital, o “Petronext Lab”, na PUC-Rio.

O espaço receberá grupos focados em desenvolver a melhor experiência para implementar soluções inovadoras, buscando trazer ganhos para as necessidades de negócios dos clientes. Segundo Mario Sophia, diretor comercial da Petronect, a ideia nasceu a partir da necessidade de separar os projetos de inovação de sustentação (melhorias do dia a dia) dos projetos de inovações disruptivas. Segundo o especialista, com esta novidade a empresa toma frente da indústria, criando algo que dialogue com o mercado. “Buscaremos trazer as pessoas certas para o lugar certo”, completou.

Alberto Neto, Gerente de Desenvolvimento de soluções da Petronect, detalhou que os diferenciais são um esquadrão multidisciplinar, inovação personalizada para as necessidades de negócios dos fornecedores, requisitantes e contratadores; escalabilidade em nuvem, flexibilidade de processos e agilidade de implementação. Os processos contarão ainda com um Comitê de Inovação. Os projetos se darão em cinco fases, que devem ter um tempo médio de três meses: ideação, desenvolvimento conceitual, desenvolvimento do produto, implantação e operação.

“A PUC-Rio é uma universidade de ensino e pesquisa que valoriza a cooperação com o mercado para avanço científico e tecnológico, por isso, estabelece diversas parcerias, realizando pesquisas aplicadas e desenvolvimento experimental, em processo de cocriação. O Departamento de Informática da PUC-Rio, através do LES, atuará em cooperação com a Petronect com foco nas áreas de óleo e gás e também digital, oferecendo à empresa o que há de mais avançado em termos de pesquisa e uma vivência prática e diferenciada aos alunos”, reforça Rafael Nasser, professor do Departamento de Informática do CTC/PUC-Rio.

Sobre a Petronect:

A Petronect foi criada há 15 anos para prover serviços de comércio eletrônico

relacionados à aquisição de bens e serviços. É uma sociedade com participação da Petrobras, através de sua subsidiária e-Petro, SAP e Accenture. Desde a sua criação, a empresa tem atuado exclusivamente para as empresas do Grupo Petrobras e seus fornecedores.

Sobre o Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio):

O Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio) agrega 15 graduações (dez cursos de Engenharia, dois de Informática e bacharelados em Química, Matemática e Física) e 12 programas de pós-graduação. De acordo com os resultados da avaliação **CAPES** 2013-2016, cinco conquistaram nota máxima e outros três ficaram apenas um ponto abaixo, confirmando a PUC-Rio como referência de qualidade de ensino no Brasil e no exterior. Ciência, tecnologia e inovação estão presentes no dia a dia de todas as atividades do CTC, que tem como meta principal oferecer à sociedade brasileira formação de excelência em recursos humanos, além de pesquisas e soluções de nível internacional, equiparando-se às melhores universidades do mundo.

topo ↕

PARAÍBA URGENTE - TEMPO REAL

Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB

Congelamento foi feito em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota três, na UFPB, UFCG e UEPB. Veja lista de áreas que foram afetadas.

As instituições públicas de ensino superior na Paraíba tiveram, ao todo, 338 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**), conforme dados fornecidos ao G1, nesta quarta-feira (5). O bloqueio de, em média, 70% foi anunciado na terça-feira (4) e atingiu, no estado, as universidades Federal da Paraíba (UFPB), Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba (UFCG).

De acordo com a **Capes**, o corte de 2,7 mil bolsas foi aplicado em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota 3. No entanto, não afeta aqueles que já recebem o benefício, apenas as bolsas que ainda seriam concedidas, para novas entradas nos programas.

Os dados apontam que, na Paraíba, deixarão de ser concedidas 260 bolsas de mestrado, 73 de doutorado e 5 de pós-doutorado. Veja abaixo as áreas que serão afetadas em cada universidade, com um percentual de congelamento, em cada curso, que varia de 50% a 70%.

UFPB

Na Universidade Federal da Paraíba, foram bloqueadas 120 bolsas de mestrado, 12 de doutorado e três de pós-doutorado, conforme a **Capes**. Para a pró-reitora de pós-graduação da instituição Maria Luiza Pereira, embora o impacto não seja imediato, a médio prazo isso pode resultar na redução da procura pelo curso e no consequente encerramento do programa, uma vez que não conseguirá atingir as metas.

Dados fornecidos pela UFPB sobre os bloqueios divergem dos da **Capes** e há diferenças nas informações que constam em cada sistema. Maria Luiza explicou que os números foram calculados pela Pró-Reitoria, tendo em vista um o percentual estabelecido de

70% e um arredondamento da quantidade para cima, quando o resultado não fosse um número inteiro. Nesta reportagem, estão expostos os dados da **Capes**.

Mestrado

Engenharia Mecânica: tinha 20 bolsas, 14 foram congeladas, serão concedidas 6;
História: tinha 27 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 9;
Comunicação e culturas midiáticas: tinha 25 bolsas, 17 foram congeladas, serão concedidas 8;
Filosofia: tinha 24 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 8;
Biologia celular e molecular: tinha 22 bolsas, 15 foram congeladas, serão concedidas 7;
Serviço social: tinha 22 bolsas disponíveis, 15 foram congeladas, serão concedidas 7 ;
Tecnologia agroalimentar: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6;
Ciência do solo: tinha 13 bolsas, 9 foram congeladas, serão concedidas 4;
Artes visuais: tinha 7 bolsas, 4 foram congeladas, serão concedidas 3.

Doutorado

Engenharia Mecânica: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.
Pós-doutorado

Ciência do solo: tinha três bolsas, duas foram congeladas, uma será concedida;
Engenharia elétrica: tinha duas bolsas, uma será congelada, uma será concedida.

UFCCG

Foram bloqueadas 122 bolsas de mestrado, 61 de doutorado e duas de pós-doutorado na Universidade Federal de Campina Grande, segundo os dados da **Capes**.

O pró-reitor de pós-graduação da instituição informou que o impacto dos congelamentos só poderá ser analisado ao longo do tempo, por se tratar de bolsas que, ao ficarem disponíveis, não poderão ser aplicadas novamente.

Fonte: **Capes**

Mestrado

Engenharia química: tinha 26 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 8;
História: tinha 52 bolsas, 36 foram congeladas, serão concedidas 16 bolsas;
Física: tinha 39 bolsas, 27 foram congeladas, serão concedidas 12;
Ciência animal: tinha 23 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 7;
Engenharia mecânica: tinha 19 bolsas, 13 foram congeladas, serão concedidas 6;
Ciências florestais: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.

Doutorado

Engenharia química: tinha 45 bolsas, 31 foram bloqueadas, serão concedidas 14;
Engenharia de processos: tinha 43 bolsas, 30 foram bloqueadas, serão concedidas 13.
Pós-doutorado

Engenharia de processos: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;
Física: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;

UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba teve 18 bolsas de mestrado bloqueadas, de acordo

com os dados da **Capes**. O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da UEPB, mas, até as 19h desta quarta-feira (5), não recebeu uma resposta.

Mestrado

Desenvolvimento regional: tinha 15 bolsas, 10 foram congeladas, serão concedidas 5;
Saúde pública: tinha 12 bolsas, 8 foram congeladas, serão concedidas 4.

[topo](#)

RÁDIO CBN - TEMPO REAL

Com nova decisão da Capes, UEM deve perder 25 bolsas de pós-graduação. Três programas devem ser afetados à medida que as dissertações foram defendidas. No momento, Universidade Estadual de Maringá já tem 12 bolsas bloqueadas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) informou à UEM que a universidade vai perder 25 bolsas de pós-graduação. Atualmente, elas estão sendo utilizadas por mestrados, que não vão perder o auxílio neste momento. As bolsas vão ser cortadas à medida que houver a defesa das dissertações. O valor de uma bolsa de mestrado da **Capes** é de R\$ 1,5 mil.

A decisão foi comunicada nesta semana, quando a **Capes** anunciou o corte de 2,7 mil bolsas no país. Em Maringá, três programas de pós vão ser afetados na UEM: de Engenharia Urbana, Ciências Sociais e Bioenergia – este último tem parceria com outras instituições de ensino.

A justificativa é a de que esses mestrados têm nota 3 há muitos anos e/ou caíram da nota 4 para 3 na última avaliação – o que indica não haver avanço nos trabalhos de pesquisa.

Ao todo, a Universidade Estadual de Maringá tem 38 bolsas nesses três programas, mas a decisão congela 70% delas – ou seja, 25. Atualmente a UEM tem 56 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado – e oferta 610 bolsas. A instituição tem 17 mil alunos ao todo.

A coordenação da **Capes** informou que caso a situação financeira do país melhore, as bolsas podem ser devolvidas.

O professor Cloves Jobim, coordenador da pós-graduação da UEM, informou que agora vão ser feitas ações para buscar melhorar as notas dos programas. Daí quem sabe na próxima avaliação a nota melhore, disse

A retirada de bolsas não significa fechamento dos programas. Atualmente, uma estimativa da UEM indica que cerca de 50% dos pós-graduandos não recebem auxílio financeiro. O que para muitas pessoas é algo difícil porque há programas que exigem diversos horários dos alunos, explicou Jobim.

Em maio, a **Capes** retirou 28 bolsas da UEM por ociosidade. Depois, devolveu 16. 12 permanecem congeladas.

Em todo o Brasil, o corte atinge mais de 6 mil bolsas de pós-graduação.

[topo](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

Tem recital de violão hoje na UEM

Sob regência do professor Alexandre Gonçalves, a Orquestra de Câmara da UEM abriu, na terça-feira (4/6), o 1º Ciclo de Recitais Abrace a Escola no palco da Oficina de Teatro da Universidade Estadual de Maringá. O público aprovou o repertório variado e bem escolhido aberto com Mozart e recheado com alguns clássicos populares de Tom Jobim e Ary Barroso. Confira galeria de imagens da apresentação.

O Ciclo volta ao palco da Oficina de Teatro nesta quinta-feira (6/6) com o recital de violão executado por professores e alunos do curso de Música e dos projetos de extensão oferecidos pelo Departamento.

A apresentação começa às 20 horas. Os ingressos podem ser adquiridos, a R\$ 20, na secretaria do Departamento de Música, Bloco 8. A compra também pode ser feita através deste link com pagamento por cartão de crédito.

Os recitais seguem durante todo o mês. Clique aqui para conferir a programação.

Os espetáculos têm como objetivo angariar recursos para compra de instrumentos para o projeto Música dentro da Escola que o Departamento de Música da UEM desenvolve no Colégio Estadual Jardim Independência, em Sarandi. Trata-se de uma ação do Programa de Residência Pedagógica da **Capes**. Cerca de 500 alunos são atendidos com aulas de apreciação e práticas musicais.

Para outras informações entre em contato com o Departamento de Música pelo fone 44 3011-4092 ou pelo whatsapp 99808-0102.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Novo corte feito pela Capes afeta 17 bolsas

As universidades estaduais paulistas — USP, Unesp e Unicamp — foram afetadas pelo corte de bolsas anunciado na última terça-feira pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Foram congeladas nessas instituições 65 bolsas de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

No total, houve o bloqueio de 2.724 bolsas de pós-graduação no País. Os cortes, segundo a **Capes**, atingiram cursos que, nas duas últimas avaliações, tiveram notas 3 ou que registraram redução da nota de 4 para 3 na última avaliação realizada pelo órgão.

Na Unicamp, serão congeladas 17 novas bolsas de mestrado e doutorado. De acordo com a universidade, o novo corte afetou exclusivamente 70% das bolsas de um dos programas, avaliado com nota 4 na Avaliação Trienal 2013 e nota 3 na Avaliação Quadrienal 2017. Até o momento, 57 bolsas de pesquisa foram congeladas na Unicamp, desde o início do anúncio dos cortes. No primeiro corte, a Unicamp teve 40 bolsas canceladas no Programa Demanda Social (programas 3, 4 e 5). Deste montante, 23 eram de doutorado e 17 de mestrado.

Regiões

Em números absolutos, as instituições que tiveram mais cortes de bolsas de mestrado e doutorado foram a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As três tiveram, respectivamente, 183, 168 e 123 bolsas congeladas.

Considerando todas as instituições da Região Nordeste, a proporção de cortes em relação ao total de auxílios oferecidos, em cursos mal avaliados, foi de 65%, mesma porcentagem das regiões Sul e Sudeste. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, houve menos cortes (53,4% e 31,54%, respectivamente). Segundo o governo, a diferença foi feita para “resguardar a política de redução de assimetrias regionais”.

A **Capes** já havia anunciado, em maio, cortes de 3.474 bolsas de pós-graduação. Os bloqueios, nessa primeira etapa, de acordo com o governo, atingiam cursos com vagas ociosas, ou seja, que estavam abertas, mas sem preenchimento. Com a nova medida anunciada nesta terça, portanto, o número de auxílios cortados chega a 6.198.

Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) criticou a medida, que, segundo o órgão, “agrava ainda mais a concentração da pesquisa no Centro-Sul e perpetua as desigualdades regionais do País”.

Anderson Ribeiro Correa, presidente da **Capes**, disse que espera que esse seja o último bloqueio. Segundo ele, as bolsas que estão sendo congeladas podem ser retomadas se houver melhoria do cenário econômico, mas não há um prazo determinado para isso. Correa também justificou que os cortes ocorrem apenas para as instituições que têm “a menor nota possível para cursos em vigor”.

Avaliação

A **Capes** faz uma avaliação a cada quatro anos dos programas de pós-graduação stricto sensu, que recebem notas de 1 a 7. Avaliações na escala 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Veja na tabela quais universidades tiveram novos cortes nas bolsas da Capes
Nesta terça foi anunciado o contingenciamento em mais 2,7 mil benefícios de pesquisa

RIO — Nesta terça-feira, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), anunciou um novo corte nas bolsas de pesquisas concedidas pela instituição. Nesse bloqueio adicional foram 2.724 benefícios contingenciados, além das 3.474 bolsas já congeladas em maio.

Segundo o governo, o critério escolhido para os cortes foram os cursos que tiveram duas avaliações consecutivas com nota 3 ou que caíram da nota 4 para a 3.

Consulte na tabela abaixo, por nome de universidade, como foram distribuídos os novos cortes.

Instituições reagem

A medida teve reação das instituições, que afirmam que a medida pode prejudicar uma área que ainda não é suficientemente desenvolvida no país. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por exemplo, divulgou uma nota na qual afirma que a

medida da **Capes** representa "um retrocesso lamentável num cenário que gera apreensão crescente".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

PESQUISA EM NANOTUBOS DE CARBONO E GRAFENO NO BRASIL - UM RELATO HISTÓRICO

1 Departamento de Física/UFMG. Coordenador do INCT de Nanomateriais de Carbono (CNPq/FAPEMIG) e do CTNano/UFMG (<http://www.ctnano.com.br>)

2 Bióloga, Mestre e Doutora em Ciências. Pesquisador e Bolsista (CAPES) do INCT de Nanomateriais de Carbono (CNPq/FAPEMIG)

3 Graduada, Mestre e Doutora em Física, Bolsista de Produtividade 1D-CNPq. Membro Afiliado da Academia Brasileira de Ciências, Professora Titular da Universidade Franciscana/Santa Maria - RS e Pesquisadora do INCT de Nanomateriais de Carbono (CNPq/FAPEMIG)

Dada a importância do resgate histórico da pesquisa no Brasil, nos propusemos realizar este relato cujo objetivo é mostrar, desde sua origem, as principais iniciativas e investimentos em pesquisa e as ações que foram e estão sendo desenvolvidos sobre o tema Nanomateriais de Carbono, com foco especial no estudo e produção dos Nanotubos de Carbono e Grafeno.

A influência da Prof^a. Mildred Dresselhaus do MIT (USA) foi fundamental no início dos estudos sobre Nanomateriais de Carbono. Esta ilustre física supervisionou vários pesquisadores brasileiros que, no final da década dos 90 e início dos anos 2000, fizeram estágios de doutorado e pós-doutorado em seu grupo de pesquisa, realizando um importante aprendizado e intercâmbio científico.

Marcos A. Pimenta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) juntamente com o grupo de Mildred Dresselhaus realizaram os primeiros estudos de Nanotubos de Carbono (NTCs) usando espectroscopia Raman. Treze pesquisadores brasileiros, em sua maioria de universidades federais, realizaram pesquisas em colaboração sobre NTCs no MIT durante os anos 1997 e 2014. A Profa. Dresselhaus completou um total de 12 visitas ao Brasil entre os anos 2001 e 2012 aprofundando as colaborações com o MIT. Estas interações foram a base para as pesquisas teóricas e experimentais que formaram um movimento sólido para o crescimento dos grupos de trabalho em NTCs e Grafeno no Brasil.

A primeira iniciativa de agregar grupos de pesquisas no Brasil, trabalhando na área de Nanomateriais de Carbono, surgiu no ano 2005, quando pesquisadores de três estados do Brasil (SP, MG e RJ) se reuniram originando o Instituto do Milênio (CNPq). O grupo de pesquisa em NTCs deste instituto era integrado por treze físicos teóricos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de São Paulo (USP) e dois físicos experimentais da UFMG. No mesmo ano formou-se a primeira Rede Brasileira de Nanotubos de Carbono integrada por 40 pesquisadores de 14 instituições em 8 estados do Brasil. Os objetivos da rede foram pautados na mobilidade de cientistas de diferentes regiões para cooperação, financiamento de instalações multiusuários, organização de reuniões anuais para cientistas e estudantes, formação de

jovens cientistas através da outorga de bolsas de pós-doutorado e apoio técnico, instalação de novos laboratórios de microscopia por sonda de varredura, litografia eletrônica, entre outros. A consolidação desta rede permitiu no ano 2009, graças ao financiamento do CNPq e FAPEMIG, a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Nanomateriais de Carbono (INCT-NC) aumentando o número de pesquisadores para 70, o número de instituições para 20 e o número de estados para 8. Se somaram como novos objetivos a produção de grafeno, aplicações tecnológicas para os nanomateriais, estudos de toxicologia e segurança e a promoção de atividades de divulgação científica. O INCT-NC, no ano que está completando 10 anos de atuação, está composto por 96 pesquisadores, 25 instituições de 9 estados do Brasil.

Realizando uma análise cientométrica da formação da equipe de trabalho do INCT-NC, observa-se a evolução e consolidação do grupo em uma verdadeira rede de trabalho durante os últimos 10 anos. Esta evolução demonstra a criação e permanência dos vários grupos de pesquisa que compõem o Instituto. Com a consolidação de 20 anos de pesquisas, a produção do grupo em periódicos de relevância internacional superou os 730 artigos com mais de 33.800 citações e um índice H em conjunto de 86.

Além disso, no mês de abril foi inaugurado, na UFMG em Belo Horizonte/MG, o Centro de Tecnologia em Nanomateriais e Grafeno (CTNano). Neste Centro desenvolvem-se aplicações tecnológicas decorrentes das pesquisas científicas realizadas pelos integrantes dos grupos de trabalho em nanomateriais de carbono e nanocompósitos. Um exemplo é a produção de cimento nanoestruturado que já é uma realidade no Brasil.

Finalmente, também precisamos enfatizar as contribuições dos cientistas brasileiros na disseminação da ciência, tecnologia e inovação associadas a nanotubos de carbono, grafeno e outros materiais bidimensionais, e a formação/qualificação de centenas de pesquisadores no campo na graduação e na pós-graduação.

A continuidade dessa experiência muito frutífera e bem-sucedida dependerá fundamentalmente das decisões políticas sobre ciência e tecnologia pelos governos no futuro próximo. Foram necessários 20 anos para formar o conjunto robusto de conhecimento e recursos humanos sobre a ciência de nanomateriais de carbono no Brasil, mas apenas alguns anos sem apoio financeiro podem destruir o patrimônio científico e tecnológico de todas essas iniciativas nacionais. A quantidade de recursos para o novo INCT-NC é muito menor do que nas iniciativas anteriores e só permitirá a manutenção de infraestrutura, suprimentos, viagens científicas e reuniões periódicas do grupo. É imperativo que essa situação seja revertida em um curto período de tempo para que todo o investimento que o governo tenha feito nessas iniciativas possa gerar vasta riqueza e conhecimento para a população brasileira.

Bibliografia:

Pimenta M., Geracitano L., Fagan S. (2019) History and National Initiatives of Carbon Nanotube and Graphene Research in Brazil. Brazilian Journal Physics 49: 288-300.

06-1

FIGURA 1

Resultado do análise cientométrico do INCT-NC. Padrão de relacionamento dos autores integrantes do instituto entre os anos 2009 e 2018.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

UFC deve perder 73 bolsas de pós-graduação após bloqueio da Capes

Congelamento afetará cinco cursos de mestrado e doutorado da instituição

O bloqueio financeiro anunciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, na terça-feira (4), deve atingir 73 bolsas de pós-graduação na Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo 51 de mestrado e 22 de doutorado.

É o que estima o professor Antônio Gomes de Souza Filho, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da instituição, tendo como base o critério adotado pelo órgão, que é vinculado ao Ministério da Saúde, de congelar bolsas de cursos que tiveram nota 3 em duas avaliações consecutivas.

Dos atuais 121 cursos de pós-graduação da Universidade, cinco atendem a esse critério, de acordo com o pró-reitor, que prefere não revelar quais. Ele esclarece, no entanto, que o corte afetará bolsas que ainda serão ofertadas, sem prejuízo aos estudantes já beneficiados.

“Elas não seriam cortadas de imediato. À medida que as pessoas vão terminando os estudos as bolsas vão deixando de voltar para os cursos. Talvez se demore de um a dois anos para que elas sejam confiscadas”, afirma.

Efeitos

Apesar da possibilidade de se recorrer a outras bolsas, como por meio das agências estaduais, segundo acrescenta, o impacto gerado por uma redução dos recursos será enorme, por se tratar da **Capes** o principal financiador dos cinco cursos atingidos.

“São cursos mais frágeis do ponto de vista do financiamento, então impacta bastante. Sem bolsa você não atrai estudante e sem estudante você não produz. O curso diminui a sua atividade acadêmica e a próxima avaliação fica pior ainda. Então, é um ciclo que sem um incentivo não tem como sair da nota baixa”, avalia.

A UFC já havia perdido 61 bolsas de mestrado e doutorado após bloqueio anunciado no dia 8 de maio, mas conseguiu recuperar 10. Em todo o País, serão 2.724 novos bloqueios após o último anúncio, justificado como um esforço de contingenciamento do orçamento do governo federal.

topo ↕

EMBRAPA - NOTÍCIAS

Mais de 600 trabalhos científicos sobre fungos serão apresentados no Congresso Brasileiro de Micologia em Manaus

Existem mais de 200 espécies de fungos conhecidos na Amazônia. A foto mostra o fungo da vassoura de bruxa, que causa prejuízos econômicos na agricultura.

Uma ampla variedade de estudos relacionados aos fungos, incluindo pesquisas aplicadas nas áreas de agronomia, biotecnologia, alimentação, meio ambiente, medicina, farmacologia, veterinária, entre outras, serão apresentados no IX Congresso Brasileiro de Micologia (ciência que estuda os fungos), que acontece no período de 24 a 27 de junho, em Manaus, AM. São mais de 100 palestras e 500 trabalhos sobre pesquisas

relacionadas a fungos a serem apresentados, segundo dados da organização do evento.

A programação técnico-científica do evento inclui sete conferências, três simpósios, 23 mesas-redondas, com 88 palestras, além de 14 minicursos, entre outras atividades voltadas para conhecer e discutir os avanços no conhecimento relacionado aos fungos. O evento será realizado no Centro de Convenções Vasco Vasques, em Manaus.

O Congresso é uma realização da Sociedade Brasileira de Micologia (SBMy), em parceria com Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Leônidas e Maira Deane/Fiocruz Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Embrapa Amazônia Ocidental e Fundação de Medicina Tropical. Conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Empresa Estadual de Turismo do Amazonas e Secretária de Cultura de Estado do Amazonas.

O número de trabalhos em forma de pôster ultrapassa 500 estudos e pesquisas relacionadas as diferentes áreas: Micologia médica, Micologia biológica, Micologia Industrial e Micologia ambiental e aplicada, informa a presidente da comissão organizadora do IX Congresso Brasileiro de Micologia (IX CBMy), Maria Aparecida de Jesus, pesquisadora do Inpa.

A presidente da comissão cita que está prevista a participação de conferencistas e palestrantes com estudos de referência, vindo de países como Guatemala, Argentina, Chile, Estados Unidos, México, Holanda, França e Reino Unido, além de diversas participações de pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa do Brasil. Aparecida cita que o convite a pesquisadores de outros países teve como critérios aqueles que podem oferecer oportunidades para trabalhos em parceria com o Brasil e o potencial de intercâmbio das instituições para receber estudantes brasileiros.

Para o pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Luadir Gasparotto, membro da comissão organizadora, a realização do Congresso Brasileiro de Micologia em Manaus é uma grande oportunidade para conhecer o campo de pesquisas que está aberto nessa área de conhecimento no Brasil e sobretudo na Amazônia, assim como também é uma oportunidade para empresas e autoridades investirem em pesquisas e na finalização de produtos e compostos obtidos a partir de fungos que podem ser usados nas mais diversas áreas, desde a indústria de alimentação à medicina. Gasparotto cita que a Amazônia é uma região de grande biodiversidade, onde a diversidade de fungos é incomparável e grande quantidade desses fungos são ainda desconhecidos para a ciência. “Precisa de pesquisa para desenvolver essas oportunidades, o Congresso de Micologia é uma grande oportunidade para mostrar para o Brasil que aqui tem muita coisa para ser pesquisada”, comenta.

Como exemplo dessa biodiversidade, a pesquisadora Maria Aparecida de Jesus cita que são mais de 200 espécies de fungos conhecidos que ocorrem na Amazônia, considerando apenas os macrofungos (estruturas visíveis a olho nu, como os cogumelos, por exemplo). Dentro da programação do Congresso, haverá inclusive um simpósio específico sobre micodiversidade na Amazônia, além de apresentações de estudos sobre diversidade de fungos em outras regiões do País. Haverá ainda uma mesa sobre os

acervos micológicos brasileiros, em que serão apresentadas informações sobre acervos micológicos depositados em Herbários e em Coleções de Culturas Fúngicas na Amazônia e das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Aplicações biotecnológicas

A diversidade dos fungos abre um amplo campo de pesquisas sobre seus efeitos, usos e aplicações biotecnológicas e tecnológicas. Enquanto alguns fungos são comestíveis, outros podem contaminar alimentos. Alguns podem ser usados na alimentação, outros podem ser tóxicos. Existem alguns prejudiciais à saúde e causam infecções, outros podem ser fontes de fármacos. Existem aqueles que causam importantes prejuízos econômicos na agricultura e outros que auxiliam as plantas. Outros ainda podem contribuir na descontaminação de ambientes. Esses diferentes aspectos e usos se refletem na variedade de temas discutidos no IX CBMy. A presidente do IX CBMy destaca que um grande volume de trabalhos apresentados neste Congresso envolve pesquisas na área de saúde. A conferência de abertura, inclusive, aborda infecção fúngica grave, e será ministrada por Sybren de Hoog, da Westerdijk Fungal Biodiversity Institute, da Holanda. Em diversas mesas e painéis, haverá apresentação de trabalhos em relação a doenças de importante ocorrência causadas por fungos, doenças fúngicas negligenciadas, resistência de fungos a tratamentos, assim também como trabalhos sobre avanços em diagnósticos e opções terapêuticas. Um dos destaques nessa área são os estudos apresentados pelo pesquisador Manoel Odorico de Moraes Filho, da Universidade Federal do Ceará, sobre fármacos derivados de fungos com atividade anticâncer. Vários estudos relacionados a fungos na agricultura também serão apresentados e discutidos. O pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Luadir Gasparotto, coordena uma mesa sobre controle biológico na agricultura mediado por fungos. Outra vertente dos trabalhos são os estudos relacionados ao meio ambiente. Pela capacidade dos fungos degradarem substâncias, podem ser usados para reduzir ou remover contaminações. Dentre as apresentações haverá mesa sobre avanços da aplicabilidade de fungos na biorremediação de ambientes contaminados no Brasil, coordenada pela pesquisadora Luciana Jandelli Gimenes, da Universidade de São Paulo (USP).

Nesta edição de 2019, o IX Congresso contempla nove eixos temáticos: Micologia médica e veterinária; Micodiversidade; Micologia ambiental; Micologia industrial; Tecnologia de alimentos; Micologia agrícola; Coleções micológicas; Ensino de micologia; Etnomicologia.

Com o objetivo de estimular a formação de recursos humanos e a pesquisa científica em Micologia, o IX CBMy concederá o Prêmio Augusto Chaves Batista aos melhores pôsteres inscritos nas categorias estudante de graduação (iniciação científica), estudante de pós-graduação nível mestrado, pós-graduação nível doutorado ou recém-doutor (até um ano de conclusão do doutorado). No último dia do Congresso, dia 27, serão entregues as premiações dos melhores pôsteres e melhor fotografia de Fungo, além da assembleia da Sociedade Brasileira de Micologia (SBMy), entidade promotora do evento.

Além de toda essa programação, no período pré-Congresso haverá, de 21 a 23 de junho, o II Singer Foray - um evento organizado anualmente pela Pós-graduação em Botânica do Inpa, voltada para profissionais e estudantes interessados em diversidade e

taxonomia de fungos e biologia de fungos. Serão três dias de imersão na floresta, com atividades de campo e informações teóricas sobre o tema, ocorrendo na Reserva Florestal Adolpho Ducke, do Inpa, Km 26 da Estrada Manaus-Itacoatiara (AM-010).

A programação completa do IX CBMy pode ser consultada neste link

Serviço

Evento: IX Congresso Brasileiro de Micologia

Período: 24 a 27 de junho de 2019

Local: Centro de Convenções Vasco Vasques, em Manaus, AM.

Site oficial: www.cbmicologia2019.com.br

* As inscrições para assistir o Congresso podem ser feitas até a data de início do evento. Os preços são menores quanto maior a antecedência, com uma faixa de preços até o dia 17/06, outra de 18/06 a 22/06 e outra após 22/06. Consulte o site do evento.

Síglia Souza (Mtb 66-AM)
Embrapa Amazônia Ocidental

Contatos para a imprensa
amazonia-ocidental.imprensa@embrapa.br
Telefone: (92) 3303-7852

Mais informações sobre o tema
Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Encontre mais notícias sobre:
biodiversidade, amazônia, micologia, fungos, congresso brasileiro de micologia

topo ↕

FOLHA - GO - TEMPO REAL

**Brasil precisa de políticas públicas para fomentar crescimento
Feldmann diz que não faz sentido sacrificar 2019, esperando orçamento
proveniente da reforma da Previdência**

O desempenho da economia no primeiro trimestre, com queda de 0,2% em comparação ao último trimestre do ano passado, deve fazer com que as expectativas para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 piorem ainda mais. Com o fraco resultado da atividade econômica observado entre janeiro e março, passou a ganhar força entre analistas um cenário no qual o crescimento do Brasil neste ano possa ser inferior a 1%. Por que o crescimento persiste baixo no País? A economia vive um processo de estagnação?

“O Brasil não cresce porque insistimos em não fazer planos para o futuro. Durante o governo Temer, afirmou-se que a reforma trabalhista traria crescimento e emprego. Fazem o mesmo agora com a Previdência (a Proposta de Emenda Constitucional-PEC 06/2019). Precisamos de políticas públicas para fomentar crescimento”, responde Paulo Feldmann, professor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Em entrevista ao Jornal da USP no Ar, ele

aponta um grande crescimento no mundo – hoje, o Fundo Monetário Internacional (FMI) espera uma expansão global de 3,6%.

Enquanto aqui são 12,4 milhões de desempregados, “praticamente não há desemprego no mundo. Na Europa é assim. Nos Estados Unidos a taxa é a mais baixa dos últimos 50 anos”, comenta Feldmann. Segundo ele, governos europeus investem no empreendedorismo para estimular o crescimento. À medida que o desemprego surge, pessoas têm facilidades para abrir seu negócio. “No modelo chinês, a prioridade máxima é infraestrutura. Ocupa-se a mão de obra com uma contrapartida para o país”, argumenta.

Nessa perspectiva, o professor reitera a necessidade de esforços para gerar empregos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu iniciativas nessa direção na semana passada, mas nesta terça-feira (4) alegou que só seria possível implementá-las depois de aprovada a reforma da Previdência. “As previsões de aprovação da proposta no Congresso estão para setembro. Até lá, o ano acabou. Não faz sentido sacrificar o ano de 2019, esperando a fatia do orçamento que seria liberada em 2020 após a consolidação da nova Previdência, parece chantagem”, declara Feldmann. Ele lembra que desemprego é um problema recorrente no mundo e existe conhecimento disponível a respeito do assunto.

O professor atribui a estagnação também à falta de crédito. “A oferta é muito baixa e, quando existe, as taxas de juros são altas e os prazos de pagamento, curtos. Soma-se isso à insegurança econômica, e os empresários não investem. Desta maneira, não compram máquinas, não contratam nem expandem suas fábricas”, analisa.

Além das políticas de crédito, outra medida estrutural importante e necessária citada por Feldmann é a reforma tributária. “Nosso sistema é anacrônico. Oitenta por cento da arrecadação fica na União, ao passo que Estados e municípios ficam com uma parcela muito pequena. Impostos têm de ficar próximos ao cidadão”, esclarece. Assim, prefeituras e governos estaduais teriam mais recursos para revertê-los diretamente ao contribuinte. Fora isso, a reforma poderia propiciar uma redistribuição de renda. “Desigualdade talvez seja o principal problema do País. Menos de 10% da população tem mais de 85% da renda”, indica o professor.

Ele ainda lembra da necessidade de capacitar profissionais preparados para a nova conjuntura do mercado. “Com a expansão da área tecnológica, implementação de robôs e inteligência artificial, a qualificação da mão de obra se torna muito importante. Os novos cortes de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vão na contramão disso”, alega Feldmann.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFU e UFTM têm bolsas de mestrado e pós-doutorado congeladas pela Capes
Suspensão anunciada na terça-feira (04) pelo governo federal foi direcionada para bolsas consideradas ociosas. O G1 entrou em contato com as duas universidades para saber como a medida as afetará.

Bolsas de mestrado e pós-doutorados de cursos nota 3 das duas universidades federais localizadas no Triângulo Mineiro – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – foram congeladas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A medida do Ministério da Educação (MEC) não contempla as bolsas de doutorado. As duas universidades do Triângulo foram procuradas pelo G1.

Congelamento

Conforme informado pela **Capes**, o valor das bolsas é de R\$ 1.500 para mestrado e R\$ 2.200 para doutorado, sendo que todas as áreas foram afetadas pelo congelamento. Quanto ao período de utilização, segundo a **Capes**, depende do tempo da pesquisa, que varia de acordo com a instituição de ensino.

Por meio de nota divulgada na terça-feira (04), a **Capes** anunciou a mudança na concessão das bolsas de pós-graduação e no Programa Institucional de Internacionalização (PrInt). A assessoria do órgão esclareceu que cursos com duas avaliações nota 3 consecutivas (Avaliação Trienal 2013 e Avaliação Quadrienal 2017) e cursos avaliados com nota 4 na Avaliação Trienal 2013 e que caíram para nota 3 na Avaliação Quadrienal de 2017 tiveram, a partir do mês de junho, 70% das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas para entrada de novos bolsistas.

De acordo com o órgão, o critério acima foi estabelecido com o propósito de alinhar a concessão de bolsas no país à avaliação periódica da **Capes**, preservando os cursos mais bem avaliados nos últimos 10 anos.

Em todo o Brasil, foram congeladas 2.331 bolsas de mestrado, 335 de doutorado e 58 de pós-doutorado, totalizando 2.724 bolsas, o equivalente a 2,9% das bolsas concedidas para a pós-graduação. O congelamento não afetará nenhum bolsista que atualmente recebe o benefício da **Capes**.

Impacto na região

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Percentual de congelamento de bolsas de mestrado e doutorado: 64,4%;

Mestrado: 29 bolsas congeladas e 16 liberadas no total de 45 inicialmente concedidas;

Doutorado: nenhuma bolsa afetada;

Pós-Doutorado: uma bolsa congelada e uma concedida, no total das duas inicialmente concedidas. Percentual congelado de 50%.

Procurado pelo G1, o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFU, Carlos Henrique de Carvalho, lamentou a decisão pelo congelamento das bolsas.

“Lamentável, pois isso impacta em muitos programas da UFU, tanto no seu desenvolvimento quantitativo quanto qualitativo. Bolsas são investimentos na formação de recursos humanos de alto nível. Bolsas são investimentos na formação de futuros cientistas que podem garantir não apenas a pesquisa institucional, mas também contribuir para a própria soberania nacional”. disse.

Ainda conforme Carvalho, no total, foram afetadas 49 bolsas (49 pesquisas). Entre as áreas afetadas estão Matemática, Ciências Sociais, Arquitetura e Engenharia Civil.

“A sociedade precisa se manifestar. Não é apoiar a universidade, mas apoiar a ciência. O protesto não se relaciona com as universidades, se relaciona com a ciência brasileira. E, por conseguinte, a defesa do desenvolvimento nacional”, afirmou.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Percentual de congelamento de bolsas de mestrado e doutorado: 50%;

Mestrado: 2 bolsas congeladas e 2 liberadas no total de 4 inicialmente concedidas;
Doutorado: nenhuma bolsa afetada;
Pós-doutorado: 6 bolsas congeladas e 3 concedidas, no total das 9 inicialmente concedidas. Percentual congelado de 66,7%.
Procurada pelo G1, a UFTM ainda não se manifestou.

Bolsas de internacionalização

O Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) teve prazo de execução estendido de 4 para 5 anos. Ele atende às necessidades das instituições de ensino brasileiras, que iniciam neste ano a implantação do programa, e de adequação ao calendário das universidades do hemisfério norte, que começam as atividades em setembro.

A medida não altera o total de recursos destinados à ação, nem o desenvolvimento do programa. Das 5.913 bolsas inicialmente previstas para 2019, as 36 instituições de ensino superior integrantes do PrInt indicaram 113 beneficiários que cumpriam todos os requisitos do regulamento de bolsas da **Capes**. O reescalonamento ocorreu apenas nas bolsas previstas nos planos institucionais de Internacionalização das instituições participantes.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Novo corte da Capes afeta 70% das bolsas da pós de Multimeios da Unicamp De acordo com a Universidade, congelamento de 17 bolsas "afetará fortemente a capacidade de recuperação deste programa" que teve a nota reduzida de 4 para 3 na última avaliação.

Por G1 Campinas e Região

O novo corte de bolsas anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) vai afetar 70% o único programa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com nota 3 na última avaliação da **Capes**. Em nota divulgada nesta quarta (5), a universidade destaca que a medida, apesar de não surtir efeitos imediatos, irá congelar 17 bolsas e que o fato "afetará fortemente a capacidade de recuperação deste programa".

De acordo com relatório de avaliação da **Capes** na pró-reitoria da Unicamp, o programa afetado é o de Multimeios, do Instituto de Artes, que caiu de nota 4 para 3 - outros programas com a mesma avaliação são novos, e não têm o período para comparação.

Em maio, o corte da **Capes** afetou ao menos 55 bolsas destinadas a programas de mestrado e doutorado da Unicamp. Desta vez, o congelamento de 2,7 mil bolsas em todo o país afeta cursos com conceito nota 3 e vale para auxílios que ainda seriam futuramente concedidos.

"A Unicamp reitera seus esforços em procurar outras fontes de financiamento aos alunos de pós-graduação", completa a nota.

Nova política

De acordo com o órgão, o corte é uma mudança na política de concessão das bolsas de pós-graduação. Os recursos que foram congelados estavam enquadrados no seguinte critério:

Cursos com duas avaliações nota 3 consecutivas
Cursos avaliados com nota 4 e que caíram para a nota 3

Nem todas as bolsas enquadradas nesta avaliação foram cortadas. Os pesquisadores localizados na Amazônia Legal tiveram uma redução menor em uma tentativa de diminuir as diferenças regionais no país.

De acordo com Anderson Lozi, diretor de Gestão da **Capes**, considerando o bloqueio anterior, há uma economia de cerca de R\$ 300 milhões. Ele informou também que se houver uma melhoria na situação financeira parte do valor pode ser recuperado. No entanto, um novo corte nas bolsas no futuro não está descartado.

Segundo a **Capes**, essa nova medida foi tomada com "o propósito de alinhar a concessão de bolsas no país à avaliação periódica, preservando os cursos mais bem avaliados nos últimos 10 anos". As notas analisadas foram as obtidas nas avaliações Trienal de 2013 e Quadrienal de 2017.

Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) criticou a medida. "O novo corte da **Capes** afetará principalmente Norte e Nordeste, áreas com maior número de cursos 3 e 4, devido às maiores dificuldades financeiras. A medida agrava ainda mais a concentração da pesquisa no centro-sul e perpetua as desigualdades regionais do país."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais de 300 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado são congeladas pela Capes, na PB

Congelamento foi feito em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota três, na UFPB, UFCG e UEPB. Veja lista de áreas que foram afetadas.

Por G1 PB

As instituições públicas de ensino superior na Paraíba tiveram, ao todo, 338 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**), conforme dados fornecidos ao G1, nesta quarta-feira (5). O bloqueio de, em média, 70% foi anunciado na terça-feira (4) e atingiu, no estado, as universidades Federal da Paraíba (UFPB), Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba (UFCG).

De acordo com a **Capes**, o corte de 2,7 mil bolsas foi aplicado em cursos que receberam duas avaliações consecutivas com nota 3. No entanto, não afeta aqueles que já recebem o benefício, apenas as bolsas que ainda seriam concedidas, para novas entradas nos programas.

Os dados apontam que, na Paraíba, deixarão de ser concedidas 260 bolsas de mestrado, 73 de doutorado e 5 de pós-doutorado. Veja abaixo as áreas que serão afetadas em cada universidade, com um percentual de congelamento, em cada curso, que varia de 50% a 70%.

UFPB

Na Universidade Federal da Paraíba, foram bloqueadas 120 bolsas de mestrado, 12 de doutorado e três de pós-doutorado, conforme a **Capes**. Para a pró-reitora de pós-graduação da instituição Maria Luiza Pereira, embora o impacto não seja imediato, a

médio prazo isso pode resultar na redução da procura pelo curso e no consequente encerramento do programa, uma vez que não conseguirá atingir as metas.

Bolsas congeladas e concedidas pela **Capes** na UFPB

Considerando os campi de João Pessoa e Areia, no bloqueio de junho de 2019

Congeladas: 135

Continuarão sendo concedidas: 66

Congeladas

Nº de bolsas 135

Fonte: **Capes**

Dados fornecidos pela UFPB sobre os bloqueios divergem dos da **Capes** e há diferenças nas informações que constam em cada sistema. Maria Luiza explicou que os números foram calculados pela Pró-Reitoria, tendo em vista um o percentual estabelecido de 70% e um arredondamento da quantidade para cima, quando o resultado não fosse um número inteiro. Nesta reportagem, estão expostos os dados da **Capes**.

Mestrado

Engenharia Mecânica: tinha 20 bolsas, 14 foram congeladas, serão concedidas 6;

História: tinha 27 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 9;

Comunicação e culturas midiáticas: tinha 25 bolsas, 17 foram congeladas, serão concedidas 8;

Filosofia: tinha 24 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 8;

Biologia celular e molecular: tinha 22 bolsas, 15 foram congeladas, serão concedidas 7;

Serviço social: tinha 22 bolsas disponíveis, 15 foram congeladas, serão concedidas 7 ;

Tecnologia agroalimentar: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6;

Ciência do solo: tinha 13 bolsas, 9 foram congeladas, serão concedidas 4;

Artes visuais: tinha 7 bolsas, 4 foram congeladas, serão concedidas 3.

Doutorado

Engenharia Mecânica: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.

Pós-doutorado

Ciência do solo: tinha três bolsas, duas foram congeladas, uma será concedida;

Engenharia elétrica: tinha duas bolsas, uma será congelada, uma será concedida.

UFCG

Foram bloqueadas 122 bolsas de mestrado, 61 de doutorado e duas de pós-doutorado na Universidade Federal de Campina Grande, segundo os dados da **Capes**.

O pró-reitor de pós-graduação da instituição informou que o impacto dos congelamentos só poderá ser analisado ao longo do tempo, por se tratar de bolsas que, ao ficarem disponíveis, não poderão ser aplicadas novamente.

Bolsas congeladas e concedidas pela **Capes** na UFCG

Bloqueio de junho de 2019

Congeladas: 185

Continuarão sendo concedidas: 84

Fonte: **Capes**

Mestrado

Engenharia química: tinha 26 bolsas, 18 foram congeladas, serão concedidas 8;
História: tinha 52 bolsas, 36 foram congeladas, serão concedidas 16 bolsas;
Física: tinha 39 bolsas, 27 foram congeladas, serão concedidas 12;
Ciência animal: tinha 23 bolsas, 16 foram congeladas, serão concedidas 7;
Engenharia mecânica: tinha 19 bolsas, 13 foram congeladas, serão concedidas 6;
Ciências florestais: tinha 18 bolsas, 12 foram congeladas, serão concedidas 6.

Doutorado

Engenharia química: tinha 45 bolsas, 31 foram bloqueadas, serão concedidas 14;
Engenharia de processos: tinha 43 bolsas, 30 foram bloqueadas, serão concedidas 13.

Pós-doutorado

Engenharia de processos: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;
Física: tinha duas bolsas, uma foi congelada, será concedida uma;

UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba teve 18 bolsas de mestrado bloqueadas, de acordo com os dados da **Capes**. O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da UEPB, mas, até as 19h desta quarta-feira (5), não recebeu uma resposta.

Mestrado

Desenvolvimento regional: tinha 15 bolsas, 10 foram congeladas, serão concedidas 5;
Saúde pública: tinha 12 bolsas, 8 foram congeladas, serão concedidas 4.

Bolsas congeladas e concedidas pela **Capes** na UEPB

Bloqueio de junho de 2019

Congeladas: 18

Continuarão sendo concedidas: 9

Congeladas

Nº de bolsas 18

Fonte: **Capes**

topo 

GUARULHOS WEB - TEMPO REAL

USP, Unesp e Unicamp têm 65 bolsas de pós-graduação da Capes cortadas

As universidades estaduais paulistas - USP, Unesp e Unicamp - também foram afetadas pelo corte de bolsas anunciado nesta terça-feira, 4, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Foram congeladas nessas instituições 65 bolsas de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

No total, houve o bloqueio de 2.724 bolsas de pós-graduação no País. Os cortes, segundo a **Capes**, atingiram cursos que, nas duas últimas avaliações, tiveram notas 3 ou que registraram redução da nota de 4 para 3 na última avaliação realizada pelo órgão.

Na USP, Unesp e Unicamp, 65 dos 101 auxílios em cursos enquadrados nesse critério foram cortados. O bloqueio, segundo o governo, não afeta quem já recebe o benefício. Serão congeladas bolsas que estavam previstas para os programas de pós-graduação em 2019 - a maioria com processo seletivo em andamento.

Regiões

Em números absolutos, as instituições que tiveram mais cortes de bolsas de mestrado e doutorado foram a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba,

seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As três tiveram, respectivamente, 183, 168 e 123 bolsas congeladas.

Considerando todas as instituições da Região Nordeste, a proporção de cortes em relação ao total de auxílios oferecidos, em cursos mal avaliados, foi de 65%, mesma porcentagem das regiões Sul e Sudeste. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, houve menos cortes (53,4% e 31,54%, respectivamente). Segundo o governo, a diferença foi feita para "resguardar a política de redução de assimetrias regionais".

A **Capes** já havia anunciado, em maio, cortes de 3.474 bolsas de pós-graduação. Os bloqueios, nessa primeira etapa, de acordo com o governo, atingiam cursos com vagas ociosas, ou seja, que estavam abertas, mas sem preenchimento. Com a nova medida anunciada nesta terça, portanto, o número de auxílios cortados chega a 6.198.

Em nota, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) criticou a medida, que, segundo o órgão, "agrava ainda mais a concentração da pesquisa no centro-sul e perpetua as desigualdades regionais do País".

Anderson Ribeiro Correa, presidente da **Capes**, disse nesta terça-feira que espera que esse seja o último bloqueio. Segundo ele, as bolsas que estão sendo congeladas podem ser retomadas se houver melhoria do cenário econômico, mas não há um prazo determinado para isso. Correa também justificou que os cortes ocorrem apenas para as instituições que têm "a menor nota possível para cursos em vigor". "Como estão no limite há dez anos, estão deixando de ter prioridade."

Avaliação

A **Capes** faz uma avaliação a cada quatro anos dos programas de pós-graduação stricto sensu, que recebem notas de 1 a 7. Avaliações na escala 1 e 2 têm canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado oferecidos; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade.

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Entenda como o congelamento de bolsas da Capes atinge universidades no Rio Grande do Sul

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), anunciou na terça-feira (4) que irá bloquear 2.724 bolsas de pós-graduação a partir de junho, atingindo 330 programas no Brasil. Segundo a **Capex**, a medida é uma forma de tentar cumprir o contingenciamento de R\$ 300 milhões previstos pelo Governo Federal para a pasta em 2019.

Do total de bolsas congeladas, 2.331 são de mestrado, 335 bolsas de doutorado e 58 de pós-doutorado. Diferentemente dos cortes realizados pelo Governo em maio, que afetaram bolsas de cursos com diferentes notas na avaliação da **Capex**, a medida desta terça é direcionada somente a programas que tiveram nota 3 em duas avaliações consecutivas ou que possuíam nota 4 na Avaliação Trienal de 2013, mas que receberam nota 3 na Avaliação Quadrienal de 2017. De acordo com a **Capex**, a medida não afeta os bolsistas que recebem o benefício atualmente. Porém, conforme esses alunos concluírem seus cursos, as bolsas serão congeladas, não podendo ser ofertadas para

novas pessoas.

O contingenciamento também afeta o PrInt (Programa Institucional de Internacionalização), que das 5.913 bolsas previstas para 2019 terá somente 4.139. As outras 1.774 serão transferidas para 2023. O programa, criado em 2018, disponibiliza bolsas para que brasileiros possam realizar cursos de pós-graduação no exterior e para que estudantes estrangeiros possam estudar no Brasil.

Além da mudança no número de bolsas, o PrInt também sofreu alteração no tempo de duração, que passou de quatro para cinco anos. De acordo com a **Capes**, a modificação “atende as necessidades das instituições de ensino brasileiras, que iniciam neste ano o processo de implantação do Programa, e de adequação ao calendário das universidades do hemisfério norte, que começam suas atividades em setembro”, disse o órgão em nota.

Para entender como os cortes irão afetar os programas de pós-graduação no Rio Grande do Sul, o Sul21 conversou com universidades federais no Estado. Confira:
UFRGS

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) existem atualmente 10 Programas de Pós-Graduação avaliados com nota 3, mas somente três deles serão atingidos pelo corte, o que afetará 26 bolsas de mestrado e doutorado. No ‘Programa de Pós-Graduação em Ciências Pneumológicas’ serão nove bolsas de doutorado e sete de mestrado que deixarão de existir, já o ‘Programa de Pós-Graduação em Medicina Animal: Equinos’ e o ‘Programa de Pós-Graduação em Medicina: Ciências Cirúrgicas’ perderão cinco bolsas de mestrado cada. As 26 bolsas que serão cortadas estão sendo utilizadas atualmente e deixarão de existir a medida que os alunos concluírem os cursos.

O pró-reitor de pós-graduação da UFRGS, Celso Loureiro Chaves, explica que, tanto os cortes realizados anteriormente pela **Capes**, quanto os divulgados agora, não só irão prejudicar a pesquisa, mas também as pessoas que precisam de uma bolsa para poder realizar um curso de pós-graduação. “Qualquer corte significa um prejuízo para a continuidade da pós-graduação e a pesquisa. Uma bolsa que é cortada significa que uma pessoa que está entrando nesse programa não poderá ter bolsa. Isso prejudica imensamente quem precisa da bolsa para fazer a pós-graduação”, disse.

UFCSPA

Na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), somente um curso será afetado pela medida da **Capes**: o ‘Programa de Pós-Graduação em Hepatologia’. Atualmente, o curso conta com oito bolsas de mestrado em funcionamento. De acordo com a professora Dinara Moura, que também é coordenadora de pesquisa da UFCSPA, a **Capes** informou a Universidade que a partir de julho o PPG perderá cinco bolsas, passando a ter somente três. “Por enquanto, essas cinco ficam emprestadas para o PPG em função de estarem em uso. Quando [os alunos] acabarem [o curso], o Governo vai recolher e congelar essas bolsas. Se essa situação não mudar, nós não podemos implementar para novos alunos”, explicou Dinara.

A coordenadora também destaca que o ‘PPG em Hepatologia’ já havia sido prejudicado no último corte da **Capes**, quando o curso perdeu duas bolsas. Ela explica que uma vez que grande parte dos cursos do Programa de Pós-Graduação da UFCSPA foram criados

recentemente, em 2015, a avaliação dos programas varia entre 3 e 4 e, por isso, acabam sendo prejudicados. “No primeiro corte a gente teve um PPG novo, com nota quatro, que perdeu bolsa também. As nossas notas ainda são baixas e a **Capes** é muito tradicional na atribuição de notas. Então, normalmente um programa de pós-graduação inicia com nota quatro quando se tem mestrado e doutorado sendo ofertados. Dificilmente um programa inicial vai ter nota cinco ou seis, porque é uma construção”, afirma.

Para Dinara, os cortes nas bolsas dos programas de pós-graduação impactam diretamente a pesquisa produzida pela UFCSPA: “Se essa política continuar, vai ficar meio insustentável, até porque nossos programas de pós-graduação dependem muito dessas bolsas. Nossos alunos têm dedicação exclusiva para a execução dos projetos. Em termos de produção científica e em termos de manutenção de alunos é bastante prejudicial para nós”.
FURG

Ao todo, quatro cursos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) serão afetados: Mestrado em Engenharia Oceânica, que passará de 16 bolsas para cinco, Mestrado em Geografia, que perderá sete bolsas, ficando somente com três; Mestrado em Física, que contava com seis bolsas e ficará com duas, e Estágio Pós-Doutoral em Geografia, que passará de duas para uma bolsa.

De acordo com a pró-reitora de pesquisa da FURG, Gionara Tauchen, a dificuldade que a Universidade enfrenta quando ocorrem cortes em bolsas é “não ter incentivo para a captação dos estudantes”, o que afeta a quantidade e a qualidade da produção de pesquisas no meio acadêmico. “Reduz toda condição financeira que um estudante tem para realizar sua pesquisa. Em alguns casos, temos até uma redução do interesse dos estudantes quando um curso não dispõe de muitas bolsas. É uma condição que afeta a dedicação do estudante ao curso, já que muitos vão precisar trabalhar para se manter ou vão ter outras demandas para atender”, pontua.

UFSM

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) serão cortadas 35 bolsas de mestrado no Programa de Pós-Graduação. Os cursos afetados são Ciências da Computação, que passou de 22 para sete bolsas, Matemática, que de 12 bolsas ficará somente com quatro, e Agrobiologia, que possuía 18 e terá seis bolsas. Em nota, a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Reitor da UFSM afirmou que os programas de Ciências da Computação e Matemática foram afetados pois receberam nota 3 em duas avaliações consecutivas. Já o curso de Agrobiologia passou de nota 4 para 3 na última avaliação da **Capes**.

A UFSM também sofreu alterações nas bolsas disponibilizadas pela **Capes** PrInt, programa que foi implementado em 2018 na Universidade, mesmo ano em que ele foi criado. De acordo com a Universidade, 35 das 99 bolsas previstas na modalidade para este ano foram realocadas para 2023. “O maior impacto nas bolsas do **Capes** PrInt foi nas da categoria de Doutorado Sanduíche, com um percentual médio de congelamento de 65% do total de bolsas”, afirma a UFSM.

Para Thiago Machado Ardenghi, pró-reitor adjunto e Coordenador de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSM, congelamentos realizados na

educação impactam os estudantes, os cursos da Universidade, quem gostaria de realizar um programa de pós-graduação e também a economia. “O impacto direto é você ter novos talentos que talvez não irão conseguir fazer esses cursos, é uma possibilidade de conhecimento que pode ser represada. São pessoas que poderiam vir fazer cursos na UFSM, mas que não virão porque não têm condições financeiras de se manter na cidade. Tem o impacto nestes cursos que estavam se organizando para subir de nota na avaliação e, indireto, para toda a comunidade, pois acaba influenciando na economia da cidade”.

UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (Unipampa) possui dois cursos no Programa de Pós-Graduação que receberam consecutivamente nota 3 na avaliação da **Capes** e, portanto, terão 70% das bolsas congeladas. De acordo com Velci Queiróz de Souza, Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Unipampa, os cursos afetados são Mestrado em Ciências Farmacêuticas e Mestrado em Engenharias. “Ainda não tivemos nenhuma bolsa afetada, pois não temos nenhuma cota ociosa. No entanto, seremos afetados conforme ocorram defesas [do mestrado], quando os alunos bolsistas saírem do cadastro”, disse em nota enviada ao Sul21.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência até dia 29

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir, até o dia 29 deste mês, o Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP). Ao todo serão ofertadas 4 mil novas bolsas permanência, voltadas para estudantes de instituições federais de ensino superior indígenas e quilombolas. As novas inscrições estarão limitadas ao orçamento de R\$ 20 milhões.

A decisão foi tomada após reunião, na tarde de hoje, do secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Bernardo Goytacazes, e do secretário de Educação Superior Arnaldo Barbosa Júnior, com estudantes universitários indígenas e quilombolas.

Além de reabrir o sistema, a Secretaria de Educação Superior comprometeu-se a facilitar o diálogo com os reitores para que os estudantes que não forem contemplados com a bolsa permanência sejam priorizados no atendimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que é gerido diretamente pelas instituições.

Hoje (5), esses estudantes fizeram um ato em frente ao MEC em defesa da manutenção do Programa Bolsa Permanência. O programa não abre novas chamadas desde o ano passado, quando, em junho, foram ofertadas 2,5 mil novas vagas para o segundo semestre do ano.

O Programa de Bolsa Permanência é um auxílio financeiro pago para estudantes de instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para indígenas e quilombolas. O valor da bolsa é R\$ 900. O recurso é pago diretamente ao estudante por meio de um cartão de benefício.

“A bolsa permanência é de total importância para os estudantes se manterem na universidade. Eles moram distante, em comunidades quilombolas ou em aldeias”, diz um dos coordenadores do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da

Bahia (Mupoiba), Marcley Pataxó, que é estudante de direito da Universidade Federal do Sul da Bahia.

“As comunidades entendem a importância da universidade para o fortalecimento da defesa dos direitos dos povos indígenas. Muitos dos nossos jovens são enviados às universidades para estudar, para se preparar, se capacitar e dar um retorno para a comunidade”, complementa.

Programa enfrenta problemas

O programa enfrenta problemas desde o ano passado. No início de 2018, deveriam ter sido abertas inscrições para os calouros daquele ano, mas isso foi feito apenas no segundo semestre. Neste ano, o processo se repetiu, não foram abertas novas vagas para aqueles que ingressaram nas universidades no começo do ano. Os pagamentos dos bolsistas antigos, de acordo com os estudantes, está mantido.

A aluna de estudos de gênero e diversidade da Universidade Federal da Bahia Juliana Tamiwere é uma das estudantes indígenas calouras que não conta com a bolsa permanência. Ela disse que este semestre precisou da ajuda de amigos, que oferecem lugar em casas próximas à universidade para que ela se hospede e não precise pagar passagem de ônibus para chegar ao campus. “É como se dissessem a universidade não é para você, porque não vou dar dinheiro para você estudar. É uma forma de limitar o nosso ingresso na universidade”, diz.

Presença nas universidades

A presença de estudantes indígenas, quilombolas e de estudantes de baixa renda nas universidades federais aumentou ao longo dos últimos anos, aumentando também a demanda por assistência estudantil para que esses alunos possam concluir os estudos com sucesso. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), 70,2% dos estudantes são de baixa renda. As várias formas de assistência estudantil, incluindo a Bolsa Permanência, chegam a 30% dos alunos, estando portanto, segundo a Andifes, aquém da demanda.

Um dos fatores que possibilitou uma maior diversidade nas instituições federais foi a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabelece que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas. Dentro da lei, há a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a porcentagem dessas populações nas unidades federativas.

De acordo com o levantamento da Andifes, o número de estudantes indígenas que vive em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais, totalizando 4.672. Os indígenas não aldeados são 6.064, o equivalente a 0,5% dos estudantes.

Os estudantes negros quilombolas passaram de 0,5% dos estudantes nas universidades federais em 2014 para 0,9% em 2018, chegando a um total de 10.747 estudantes.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Centro de pesquisa que é referência global está mudando a sede para universidade do Rio, mas bloqueios do MEC são ameaça

Com mudança, UFF sediará rede internacional de trabalhos sobre desigualdade social

O Centro Fernand Braudel de estudos sobre desigualdades sociais vai fechar as portas em 2020, depois de mais de 40 anos de atividade na Universidade do Estado de Nova York. Simultaneamente, o grupo está ressurgindo na Universidade Federal Fluminense (UFF) sob o nome de Centro de Ciência Social Histórica sobre Desigualdades Globais.

A escolha da universidade como nova sede se deu porque é brasileira, também, boa parte da base literária usada pelos cerca de dez pesquisadores que compõem a rede internacional de estudos do Centro, explica Tâmis Parron, professor do Instituto de História da UFF.

Ele diz que vários intelectuais brasileiros influenciaram os pesquisadores que criaram o centro nova-iorquino. A ideia, segundo o professor, foi devolver o grupo de estudos ao local onde se encontram suas origens literárias. Mais de 20 mil livros devem ser transferidos para a biblioteca do Campus Gragoatá, em Niterói.

No entanto, Parron se mostra preocupado com os bloqueios orçamentários impostos pelo Ministério da Educação (MEC) à UFF.

— As negociações da mudança começaram em 2017 e sua execução se iniciou neste ano, antes do anúncio dos cortes. Naquele momento, previmos que seria possível fazer a mudança com recursos da UFF. Hoje, estamos buscando a melhor forma de trazer e guardar os livros apesar do enorme grau de imprevisibilidade institucional que o MEC criou — afirma o professor, que será um dos quatro coordenadores do centro de referência no Brasil.

— Se essa coleção não vier por consequência do corte de verba, será como se o MEC estivesse queimando uma biblioteca de Alexandria em pleno século XXI — diz Parron.

Além da biblioteca, a UFF se torna sede da rede internacional de pesquisas. Um orçamento de cerca de R\$ 700 mil foi destacado para programas de mobilidade acadêmica que atrairão pesquisadores visitantes e enviarão brasileiros para instituições internacionais.

[topo](#)

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

A centralidade da educação na oposição ao governo Bolsonaro

Em nome desse país pujante, justo, inclusivo, democrático, que se deve fazer da defesa da educação o principal eixo de oposição ao governo

Talvez as melhores métricas para avaliar um gestor público sejam sua capacidade de interpretar as reais necessidades da população a que serve – em escala nacional, estadual ou municipal – e o trabalho que se dispõe a realizar, no sentido de atendê-las integralmente, mesmo que isso signifique desenvolver projetos de prazo mais longo do que um único mandato.

Não é um acidente, portanto, que um bom gestor deva se inserir em um projeto político cuidadosamente construído, que contemple quadros técnicos de excelência e que tenha uma concepção de futuro clara, a ponto de colocar programas, projetos, ideias em perspectiva.

A interpretação do cenário político atual, visto a partir dessa concepção simples, mostra as razões pelas quais o Brasil se avizinha rapidamente de uma situação desastrosa, que precisa ser revertida o quanto antes.

O governo Bolsonaro, no que se refere a quadros, disse desde cedo a que veio. Escolheu precocemente um ultraliberal para o Ministério da Economia, engatando o país em mais uma aventura que associa a devoção ao mercado a uma agressiva desconstrução das políticas públicas – a Argentina de Macri mostra de forma exemplar, a que cenários se pode chegar com isso.

No outro extremo da composição da equipe do governo, a definição tardia e desastrosa para o Ministério da Educação (MEC). Se pensarmos que as prioridades são refletidas pelo ordenamento e importância das ações, veremos sem grande dificuldade qual é o imaginário que move esse governo.

Devemos ir além, contudo. Considerar o primeiro dirigente do MEC apenas como inábil ou inepto é insuficiente. É preciso compreender sua gestão na perspectiva ampla do projeto do governo para a educação, que envolve nitidamente um vetor moral, quase religioso.

Dentro dessa lógica, a atuação do ministro Ricardo Vélez tinha por meta refundar a educação brasileira, orientando-a para uma direção na qual seu potencial crítico fosse praticamente aniquilado, em nome da subserviência a valores que, no mínimo, nada têm a ver com uma sociedade democrática – laicidade, reflexão crítica, liberdade de cátedra etc.

O ministro Abraham Weintraub não apenas preservou essa concepção geral, como a intensificou para mirar o ensino universitário, tentando silenciar as instituições de ensino e pesquisa; fragilizando suas condições operacionais, protegido sob a insinuação bizarra de que nas universidades e institutos federais se realizaria uma ampla “balbúrdia”, financiada pelo erário público.

Houve quem creditasse esse desatino ao anti-intelectualismo que professa o governo Bolsonaro, o que é correto, mas é necessário ir além. O que o faz governo com as recentes iniciativas do MEC é afirmar, pura e simplesmente, que o ensino universitário público não convém ao contribuinte, sendo caro demais para que a sociedade o suporte com recursos escassos “tomados” às empresas e famílias.

Até onde nos leva essa visão rançosa do ensino superior? Diretamente a um projeto de subalternidade nacional, a interesses que advogam um país sem a ambição de atingir uma condição de liderança no cenário mundial; a gente que não quer que o país melhore e, em o fazendo, ofereça oportunidades aos que têm na educação uma chance real de melhorar sua qualidade de vida.

Nesse contexto de descalabro, cabe pensar as iniciativas governistas de forma sistêmica, que explica porque a composição do governo tenha se iniciado com o Ministério da Economia e terminado pelo Ministério da Educação.

Essa “cobra que morde o próprio rabo”, compondo um círculo fechado entre início e fim, indica que o governo não tem qualquer apreço por um projeto de desenvolvimento

que signifique soberania, autonomia, emancipação, inclusão social. Enfim, um projeto político que atenda às reais necessidades do grosso da população a que deve servir.

É preciso, portanto, fazer-lhe a devida frente, em benefício de outra qualidade de futuro. É exatamente por isso, porque se trata de futuro, que a luta em defesa de uma educação pública e de qualidade tem centralidade absoluta.

Damos voz com essa luta aos jovens, e a um país que só poderá ser construído com um genuíno sentimento de brasilidade. É em nome desse país pujante, justo, inclusivo, democrático, que se deve transformar a defesa da educação pública no principal eixo de oposição ao governo Bolsonaro: é justamente esse o fio que desfaz todo o novelo do desatino que afronta o Brasil.

topo ↕

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

Sem bolsas, restaurantes e obras: os impactos dos bloqueios do MEC

A maior universidade do País, a UFRJ, só consegue se manter até o final de junho.

A UFSB, a menor do Brasil, até setembro

3% de um valor parece pouco. Mas não é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, que recebe 3% do orçamento geral do Ministério da Educação – esses 3% representam a maior quantidade de recursos que uma instituição federal recebe no país. Isto porque apenas 4% dos investimentos totais do MEC são destinados a todos os outros 102 institutos e universidades federais do País.

Essa discrepância orçamentária deixa universidades como a Universidade Federal do Sul da Bahia, que é o instituto de ensino federal com o menor investimento, recebendo apenas 8% do orçamento discricionário da UFRJ. A diferença tem explicação: a UFSB, criada em 2011, tem 4 mil alunos de graduação e pós-graduação. Já a UFRJ, fundada em 1920, conta com mais de 52 mil alunos só na graduação. Seus pós-graduandos chegam a mais de 15 mil.

Apesar dos muitos números que dividem a realidade das duas universidades, ambas têm sofrido uma dor comum: os impactos do contingenciamento de 30% dos seus gastos discricionários, anunciado pelo Ministério da Educação no final de abril e que afetam o funcionamento diário das universidades.

O que é o orçamento discricionário?

O Orçamento Geral da União é composto por 3 tipos de gastos: os obrigatórios, os vinculados e os discricionários. Este último refere-se a todas as despesas que não são obrigatórias por lei, mas necessárias para que cada instituição de ensino possa se manter em funcionamento. Usualmente, engloba serviços de água, energia, pagamento de servidores terceirizados, bolsas especiais, serviços de limpeza, frotas de ônibus e restaurantes universitários.

A proposta de contingenciamento de gastos da pasta de Abraham Weintraub, portanto, ameaça a manutenção desses serviços. O contingenciamento de 30% nesse tipo de gasto é referente ao orçamento total discricionário do MEC, afetando cada instituto federal de forma própria, a partir do orçamento que cada universidade dispõe.

Na UFRJ, 114 milhões de reais foram bloqueados, representando 41% dos créditos da universidade para o seu funcionamento. Na UFSB, o índice foi maior, de 54% do total

discricionário, representando 17 milhões de reais.

Uma das preocupações dos estudantes é que os institutos federais já estavam sofrendo cortes em seus bloqueios nos últimos anos. A PEC do Teto dos Gastos, aprovada em 2016 no governo Temer, congelou durante 20 anos o orçamento destinado a saúde e educação.

Os impactos na maior do Brasil, a UFRJ

Os cortes nos últimos anos já afetavam dispositivos essenciais para o funcionamento da universidade, como os ônibus de transporte interno dos campi e os ônibus que circulam entre os campi da UFRJ, que dispõe de espaços no Fundão, na Praia Vermelha e no Centro da cidade do Rio de Janeiro. “O intervalo entre os ônibus aumentou e isso prejudicou o dia a dia dos estudantes”, diz Maria Clara Delmonte, estudante de Gestão Pública da universidade.

Antes mesmo do contingenciamento de Weintraub, a UFRJ sofreu um bloqueio especial. Foram 16 milhões de reais da universidade bloqueados desde janeiro, explica Roberto Gambione, pró-reitor de Finanças da UFRJ.

Ele ainda explica que das verbas de custeio foram afetados 11 milhões de reais. Das verbas para investimento em obras e infraestrutura, 5 milhões de reais.

Maria Clara relembra ainda que os investimentos em obras também são de grande preocupação dos estudantes, já que estão paradas há algum tempo. “Elas correm o risco de necessitar de investimentos maiores devido a sua paralisação, o que prejudica ainda mais a faculdade”, explica Gambione.

Em defesa de qual educação?

Para o pró-reitor, é necessário o entendimento de que o caso não se trata de um contingenciamento, mas sim de um bloqueio orçamentário, já que no caso da UFRJ, o MEC criou uma conta financeira específica para que a universidade possa se autoadministrar. Nela, há o suficiente para apenas 2 meses.

Com os bloqueios, os gastos de maior risco da universidade hoje são o pagamento de serviços e servidores terceirizados, equipes de limpeza, energia, água, funcionamento dos ônibus e dos restaurantes universitários. O pró-reitor admite que a universidade tem levado até 2 meses para os pagamentos de cada um desses setores.

Maria Clara teme ainda as consequências caso os servidores fiquem sem seus pagamentos, já que muitos são de origem humilde. “São muitas mulheres, negras e mães. Seria catastrófico”, lamenta.

Para salvar o orçamento, Gambione espera que o MEC libere uma cota de limite de empenho (valor reservado pelo Estado para o pagamento de um serviço) em junho. Sem ela, a universidade não consegue funcionar no segundo semestre de 2019.

Os estudantes da UFRJ se uniram para ir às ruas no 30 de Maio. Um dia antes, uma assembleia de estudantes, servidores e professores decretou paralisação total da universidade para o dia de mobilizações.

No dia 22 de maio, Weintraub decidiu “retornar” às universidades 1,5 bilhão de reais dos 5,4 bilhões que tinha contingenciado no final de Abril. A UFRJ e a UFSB declararam à reportagem não terem tido nenhum desbloqueio.

UFSB, a caçula das federais

Na universidade que foi criada com o objetivo de atender os jovens do sul da Bahia, os 54% bloqueados para gastos discricionários resultaram no bloqueio de 5 milhões de reais para os custos da universidade e 11 milhões para os seus investimentos.

Assim como na UFRJ, o primordial é manter o pagamento de servidores e os itens básicos de funcionamento da instituição, como água e energia. Para isso, a UFSB teve de reduzir 30% dos seus recursos para pesquisa e extensão, que afetam os estudantes da universidade que se mantém a partir de bolsas de iniciação científica.

Lia Cavalcante, do Diretório Central de Estudantes da universidade, expõe a importância dos projetos de extensão, que cumprem uma função social na comunidade: “as pesquisas nas áreas de ciências ambientais, humanidades e artes atendem o território e impactam a população mais carente que é beneficiada a partir dessas atividades”.

Muitos dos estudantes da universidade vêm de famílias carentes e os impactos nos recursos afetam diretamente a permanência desse grupo na instituição. Isso porque desde sua fundação a instituição não possui um sistema de ônibus especial ou restaurantes universitários, como a UFRJ. Os dois recursos ocupariam a maior parte dos gastos, se existentes.

Deseducação acima de tudo: a ideologia dos que não têm ideologia
Mais grave ainda é a possibilidade de paralisação de obras da universidade. Isto porque ela não é dona do seu próprio espaço. Os 3 campi que a UFSB possui – nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas – são alugados.

Em Itabuna, as unidades acadêmicas funcionam em antigos galpões de armazenamento de sacos de cacau. Em Porto Seguro, elas se encontram em um local que funcionava como centro de convenções. E em Teixeira de Freitas, uma escola municipal cedeu seu espaço para a universidade.

A falta de verba para esses investimentos interrompe a construção de quatro obras que a universidade realizava: um núcleo pedagógico no campus de cada cidade e uma obra de infraestrutura no campus de Itabuna. A criação destes núcleos faria com que a universidade triplicasse seu número de estudantes.

Francisco Mesquita, pró-reitor de Planejamento e Administração da universidade, alerta que os sucessivos cortes que a universidade enfrenta aumentam o risco de paralisação do seu funcionamento. Sua data de validade é de 3 meses a mais que na UFRJ: setembro.

“Todo o planejamento foi feito pensando em um custo bastante enxuto e o máximo sustentável possível”, lembra Lia, “o que torna os cortes insustentáveis às atividades da instituição”.

O secretário executivo da Andifes, a Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior, Gustavo Balduino, esclarece que a entidade tem prestado auxílio a instituições que passam por problemas como a UFSB e a UFRJ.

Em nota, a Andifes explica ter mapeado e dimensionado o tamanho do bloqueio em cada universidade para dialogar com o MEC. A entidade defende que a única saída para o problema é a interlocução com vários setores sociais, e por isso, diz estar em contato com parlamentares e atendendo às demandas do Ministério Público e do Judiciário.

“Mostramos como isso irá interferir nas atividades-meio e atividades-fim das universidades, caso não haja solução para os bloqueios”, explica Balduino. Por enquanto, só há de mobilizar e esperar.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Diretor de área responsável pelo Enem é exonerado

O diretor de Avaliação da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Francisco Vieira Garonce, teve sua exoneração publicada nesta quarta-feira, 5, no Diário Oficial. A área é responsável, entre outras avaliações, pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A exoneração de Garonce estava prevista desde 21 de maio, quando foi descoberta a quebra de protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que dá a oportunidade a jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio conseguirem certificado escolar. A exoneração tem data retroativa a 22 de maio.

Oficialmente, o Inep diz que a saída de Garonce faz parte da troca natural de diretores e coordenadores após a chegada do novo presidente, Alexandre Lopes, que assumiu o comando do instituto em 17 de maio – após Elmer Coelho Vicenzi, pedir demissão da presidência.

Garonce estava no cargo desde o final de abril, após ser indicado por Vicenzi. Ambos atuavam no Denatran antes de assumir cargos no Inep.

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, Garonce teria sido um dos envolvidos na quebra de protocolo de segurança do Encceja. Em maio, quando as provas saíram de Brasília para a impressão em uma gráfica em São Paulo, o servidor encarregado de acompanhar a mídia digital que continha o exame esqueceu-se da senha para acessá-la.

Na ocasião, o servidor ligou para a sede do Inep e teve a senha repassada por telefone, violando o protocolo que garante o sigilo das provas. O procedimento correto seria salvar a avaliação novamente em outra mídia digital, criar uma nova senha e reenviar à gráfica.

Apesar da falha, o Ministério da Educação diz ter garantido a realização do exame com segurança. A prova está marcada para o dia 25 de agosto de 2019.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MPF propõe canais de denúncia de atos políticos em escolas públicas

Agência Brasil

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás recomendou hoje (5) ao Ministério da Educação (MEC) que disponibilize aos cidadãos canais físicos e eletrônicos para receber denúncias sobre a realização de atos de natureza político-partidária, favoráveis ou contrários ao governo, em instituições públicas de ensino. Recomendação no mesmo sentido foi enviada à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (Seduc).

Para o Ministério Público, os bens públicos, em especial aqueles onde funcionam serviços educacionais, não podem ser empregados para promoção de eventos de natureza político-partidária. “A realização desses eventos, favoráveis ou contrários ao governo, nas dependências físicas de repartições públicas, porquanto voltados apenas a interesses particulares dos próprios agentes públicos ou de terceiros, configuram desvio de finalidade”, diz o MPF em nota.

Além da disponibilização dos canais para receber denúncias, o Ministério Público recomendou ao MEC e à Seduc que encaminhem as denúncias recebidas aos órgãos competentes para responsabilização administrativa, civil e criminal dos agentes públicos e particulares envolvidos e, uma vez apuradas, dar-lhes publicidade legal, apontando os entes públicos envolvidos, para que se realize o controle social de tais práticas.

O MPF recomenda ainda que se tomem as providências cabíveis para inibir, prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas de ensino e que não sejam usados recursos financeiros sob gestão das instituições para custear ou patrocinar a participação de qualquer pessoa física ou jurídica, ou, ainda, agrupamentos de qualquer espécie, em atos político-partidários.

O MEC e a Seduc têm prazo de cinco dias para encaminhar ao Ministério Público Federal resposta pertinente ao acatamento do que foi recomendado, enumerando as providências adotadas.

Procurado, o MEC disse que ainda não foi notificado e que aguarda a notificação para ter acesso ao conteúdo do processo.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai abrir 4 mil novas inscrições para Bolsa Permanência até dia 29

O Ministério da Educação (MEC) vai abrir, até o dia 29 deste mês, o Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP). Ao todo serão ofertadas 4 mil novas bolsas permanência, voltadas para estudantes de instituições federais de ensino superior indígenas e quilombolas. As novas inscrições estarão limitadas ao orçamento de R\$ 20 milhões.

A decisão foi tomada após reunião, na tarde de hoje, do secretário de Modalidades Especializadas de Educação, Bernardo Goytacazes, e do secretário de Educação Superior Arnaldo Barbosa Júnior, com estudantes universitários indígenas e quilombolas.

Além de reabrir o sistema, a Secretaria de Educação Superior comprometeu-se a facilitar o diálogo com os reitores para que os estudantes que não forem contemplados com a bolsa permanência sejam priorizados no atendimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que é gerido diretamente pelas instituições.

Hoje (5), esses estudantes fizeram um ato em frente ao MEC em defesa da manutenção do Programa Bolsa Permanência. O programa não abre novas chamadas desde o ano passado, quando, em junho, foram ofertadas 2,5 mil novas vagas para o segundo semestre do ano.

O Programa de Bolsa Permanência é um auxílio financeiro pago para estudantes de instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para indígenas e quilombolas. O valor da bolsa é R\$ 900. O recurso é pago diretamente ao estudante por meio de um cartão de benefício.

"A bolsa permanência é de total importância para os estudantes se manterem na universidade. Eles moram distante, em comunidades quilombolas ou em aldeias", diz um dos coordenadores do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), Marclely Pataxó, que é estudante de direito da Universidade Federal do Sul da Bahia.

"As comunidades entendem a importância da universidade para o fortalecimento da defesa dos direitos dos povos indígenas. Muitos dos nossos jovens são enviados às universidades para estudar, para se preparar, se capacitar e dar um retorno para a comunidade", complementa.

Programa enfrenta problemas

O programa enfrenta problemas desde o ano passado. No início de 2018, deveriam ter sido abertas inscrições para os calouros daquele ano, mas isso foi feito apenas no segundo semestre. Neste ano, o processo se repetiu, não foram abertas novas vagas para aqueles que ingressaram nas universidades no começo do ano. Os pagamentos dos bolsistas antigos, de acordo com os estudantes, está mantido.

A aluna de estudos de gênero e diversidade da Universidade Federal da Bahia Juliana Tamiwere é uma das estudantes indígenas calouras que não conta com a bolsa permanência. Ela disse que este semestre precisou da ajuda de amigos, que oferecem lugar em casas próximas à universidade para que ela se hospede e não precise pagar passagem de ônibus para chegar ao campus. "É como se dissessem a universidade não é para você, porque não vou dar dinheiro para você estudar. É uma forma de limitar o nosso ingresso na universidade", diz.

Presença nas universidades

A presença de estudantes indígenas, quilombolas e de estudantes de baixa renda nas universidades federais aumentou ao longo dos últimos anos, aumentando também a demanda por assistência estudantil para que esses alunos possam concluir os estudos com sucesso. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), 70,2% dos estudantes são de baixa renda. As várias formas de assistência estudantil, incluindo a Bolsa Permanência, chegam a 30% dos alunos, estando portanto, segundo a Andifes, aquém da demanda.

Um dos fatores que possibilitou uma maior diversidade nas instituições federais foi a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabelece que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas a estudantes de escolas públicas. Dentro da lei, há a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a porcentagem dessas populações nas

unidades federativas.

De acordo com o levantamento da Andifes, o número de estudantes indígenas que vive em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais, totalizando 4.672. Os indígenas não aldeados são 6.064, o equivalente a 0,5% dos estudantes.

Os estudantes negros quilombolas passaram de 0,5% dos estudantes nas universidades federais em 2014 para 0,9% em 2018, chegando a um total de 10.747 estudantes.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MPF propõe canais de denúncia de atos políticos em escolas públicas

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás recomendou hoje (5) ao Ministério da Educação (MEC) que disponibilize aos cidadãos canais físicos e eletrônicos para receber denúncias sobre a realização de atos de natureza político-partidária, favoráveis ou contrários ao governo, em instituições públicas de ensino. Recomendação no mesmo sentido foi enviada à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (Seduc).

Para o Ministério Público, os bens públicos, em especial aqueles onde funcionam serviços educacionais, não podem ser empregados para promoção de eventos de natureza político-partidária. "A realização desses eventos, favoráveis ou contrários ao governo, nas dependências físicas de repartições públicas, porquanto voltados apenas a interesses particulares dos próprios agentes públicos ou de terceiros, configuram desvio de finalidade", diz o MPF em nota.

Além da disponibilização dos canais para receber denúncias, o Ministério Público recomendou ao MEC e à Seduc que encaminhem as denúncias recebidas aos órgãos competentes para responsabilização administrativa, civil e criminal dos agentes públicos e particulares envolvidos e, uma vez apuradas, dar-lhes publicidade legal, apontando os entes públicos envolvidos, para que se realize o controle social de tais práticas.

O MPF recomenda ainda que se tomem as providências cabíveis para inibir, prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas de ensino e que não sejam usados recursos financeiros sob gestão das instituições para custear ou patrocinar a participação de qualquer pessoa física ou jurídica, ou, ainda, agrupamentos de qualquer espécie, em atos político-partidários.

O MEC e a Seduc têm prazo de cinco dias para encaminhar ao Ministério Público Federal resposta pertinente ao acatamento do que foi recomendado, enumerando as providências adotadas.

Procurado, o MEC disse que ainda não foi notificado e que aguarda a notificação para ter acesso ao conteúdo do processo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

No coração da balbúrdia

Um dia na UnB, acusada pelo ministro da Educação de fazer "bagunça" e "evento ridículo"

Reconhecida como uma das melhores universidades da América Latina, a UnB (Universidade de Brasília) foi acusada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub,

de ser uma das universidades federais que promovem "balbúrdia" em seus campi.

Em sua fala, o ministro mencionou festas e eventos políticos. "A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse, citando como exemplos "sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus".

Após repercussão negativa, o MEC recuou e mudou o discurso. A pasta, então, passou a afirmar que o bloqueio valeria para todas as instituições de ensino --e que era necessário para cumprir a meta fiscal.

Mas o meme já estava pronto. Nas redes sociais, estudantes passaram a divulgar imagens de gente trabalhando em laboratórios e estudando em bibliotecas para mostrar a "balbúrdia" que estavam fazendo nas universidades.

A reportagem do UOL visitou o campus Darcy Ribeiro, o maior e mais tradicional da UnB, em uma sexta-feira, às 9h. No local, além de faixas contra os bloqueios no orçamento da educação, o que se viu foi muita movimentação de alunos --e muita gente estudando.

bal-búr-di-a
substantivo feminino

1. desordem barulhenta; vozeria, algazarra, tumulto
2. situação confusa; trapalhada, complicação

A rotina no campus

"Eu costumo falar, com os meus amigos, que a UnB é uma prova de sobrevivência, e o prêmio final é a morte", diz Júlio César Nunes, 19.

Aluno do curso de física, o jovem define sua rotina como uma "maratona de estudos". "Você vem, estuda, vai para a aula e estuda de novo. É bem puxada a universidade; ela realmente cobra muito dos estudantes", diz.

"Passo o dia aqui todos os dias", conta Luiz Felipe Ayub, 21, que está no quinto semestre de engenharia ambiental. Além de assistir às aulas pela manhã, ele dá tutoria de disciplinas da grade curricular do curso para seus colegas.

"Minha visão da UnB talvez seja meio debilitada, porque passo muito tempo na FT [Faculdade de Tecnologia]. Aqui, eu não vejo nada que justifique balbúrdia", diz. Na manhã em que conversou com a reportagem, Luiz Felipe estava estudando --no horário, ele teria uma aula, que foi cancelada.

Faz sentido tirar do ensino superior para investir no básico? Não faz, não dá para tirar de um e colocar no outro. Você vai ter um gargalo de qualquer jeito. Tem que investir no ensino básico, mas sem tirar do superior, que é o que mantém a pesquisa

Júlio César Nunes, aluno do curso de física

Se existe algum evento que justifique a acusação de balbúrdia? Para o aluno de agronomia Felipe Lara Carvalho, 18, ela representa um estereótipo, e não que acontece

de verdade na universidade.

Em maio, um evento no ICC (Instituto Central de Ciências), que reúne cursos de exatas, humanas e sociais, virou alvo de críticas nas redes sociais. Era uma competição de drag queens, realizada em comemoração ao Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia.

"Mas isso não é feito com o dinheiro público, com o dinheiro do trabalhador", diz Felipe. "O que se vê por balbúrdia é o que muita gente pensa porque nunca pisou na UnB", afirma.

"Qualquer ambiente que tenha jovens, tem festas. Mas aqui, por ser um espaço aberto e de acesso livre, tem sido visto com maus olhos. Em outras universidades também acontece esse tipo de coisa, mas, por serem privadas, tudo fica bem escondido", diz Maia*, aluna do curso de serviço social.

Ex-aluno de escola pública, Júlio César conta ter sentido dificuldade em acompanhar as aulas quando passou na UnB. "Entre no ano passado, mas estou fazendo o primeiro semestre de novo. Na escola pública, eu vejo que nivelam o aluno por baixo", conta.

Direita ou esquerda?

Espalhados pelas paredes da UnB, há cartazes contra o machismo e dizeres em defesa dos direitos LGBT, causas que são mais associadas à esquerda. Também há placas de movimentos que se dizem antifascistas.

A atual gestão do DCE (Diretório Central dos Estudantes), por outro lado, se define como sendo de direita. Eleita no ano passado, a chapa Aliança pela Liberdade derrotou a Unidade para Resistir, que tinha o apoio de partidos como PT, PCdoB e PSOL.

Para os alunos, há de fato uma pluralidade de ideologias na universidade.

"Eu vi um pessoal migrando mais para o centro atualmente. Teve por muito tempo um discurso de esquerda, mas a direita cresceu bastante. O discurso da direita foi crescendo e foi migrando mais pessoas para o centro", diz Carlos*, aluno do curso de direito.

"Hoje, eu não consigo definir o perfil da universidade. A última gestão do DCE foi da esquerda, e foi meio caótico, porque a esquerda tem dificuldade de se manter unida."

"O perfil político depende do curso. No ICC norte tem mais cursos de humanas e, quando tem manifestação eles vão, muito levados pela esquerda. Na FT, quando tem greve, é o prédio que não fecha", diz Felipe, da agronomia.

A aluna de engenharia mecânica Rute Borges, 22, diz acreditar que há uma mistura de vertentes políticas entre os alunos. Ela também rejeita rótulos e afirma não saber se se identifica como sendo de direita ou esquerda.

"Tanto direita quanto esquerda podem vir aqui e dar suas opiniões, suas propostas. E a gente vai dizer se concorda ou não", afirma. "Por exemplo, se vier algum representante de um partido aqui dizer alguma coisa, não quer dizer que os alunos concordam com ele ou não."

CLIPPING



Luiz Felipe, aluno de engenharia ambiental, diz se identificar mais à esquerda, assim como seu quase xará Felipe, estudante de agronomia.

"Sou de centro, porque sabe esses testes de internet? Penso no equilíbrio das duas partes. Acho importante. Me considero no centro, nem direita nem esquerda", afirma Júlio, aluno do curso de física.

Como os cortes vão afetar todo mundo, não tem mais essa de direita e de esquerda. Tem gente que votou no Bolsonaro e diz que é contra os cortes
Felipe Lara Carvalho

Felipe Lara Carvalho, aluno de agronomia

Eu mesma pensava em fazer mestrado e doutorado e desisti. Queria muito fazer carreira acadêmica, mas não estou mais animada com isso
Rute Borges

Rute Borges, aluna de engenharia mecânica

Raio-x da UnB

39.624

alunos de graduação

18.172

alunos se autodeclararam pretos ou pardos

15.341

alunos se autodeclararam brancos

2.787

docentes

8.048

alunos de pós-graduação, dos quais cerca de 2.000 recebem bolsa de pesquisa

1.180

bolsas de iniciação científica

16^a

é a posição ocupada pela UnB no ranking latino-americano do THE (Times Higher Education)

109%

é o crescimento da produção científica da UnB de 2008 a 2017, segundo o Web of Science